



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

Mestrado Integrado em Teologia (1.º grau canónico)

VÍTOR EMANUEL PEREIRA SÁ

**Da Paróquia à Unidade Pastoral:
Um caminho necessário**

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor José da Silva Lima

Braga
2015

INTRODUÇÃO

Num mundo onde, irremediavelmente, proliferam exacerbadas expressões de anonimato e de individualismo, todos os contributos e reflexões, em ordem a repensar e a potenciar a coesão social, presente em qualquer realidade comunitária, podem parecer manifestamente parcos. Para redefinir as coordenadas de uma instituição eminentemente comunitária que, a seu modo, consolida a identidade de todos os batizados, propomo-nos, neste sumário trabalho, a rever o conceito etimológico, religioso e teológico da paróquia.

Enveredar por um tema tão atual e, aparentemente, tão estudado, não é apanágio do acaso, nem fruto de uma escolha involuntária menos refletida. Ousar interpelar a renovação da paróquia, a partir do dinamismo evangelizador da Igreja nascente, que hoje deve ter a sua âncora na esfera diocesana, é uma manifesta preocupação que presidiu à preferência deste inquieto assunto e a todo o desenrolar das diretrizes que, a seguir, se encontram desenvolvidas.

O pesar de consciência, que a muitos afeta e a todos deveria fazer pensar, resultante de uma postura instalada que apenas promove uma pastoral minimalista, apelidada, muitas vezes, por pastoral de manutenção, deve constituir um repto e um perene desafio para que se vá mais longe. Deste modo, a Igreja deve olhar, hoje, com especial atenção para a paróquia, a fim de questionar, com seriedade e prudência, as potencialidades e debilidades de uma instituição que, manifestamente, tem permanecido estagnada perante as sucessivas e vertiginosas metamorfoses que a sociedade hodierna vai sofrendo.

A urgência desta reflexão faz notar que a Igreja, sendo uma fraternidade, a todos inclui e a todos compromete, necessariamente. Como tal, mais do que uma justa atitude de solidariedade é, verdadeiramente, um dever e um efetivo compromisso dar um passo em frente para que se possam descobrir novos caminhos para continuar a dar identidade a uma instituição com a qual muitos já não se identificam.

Se assim for, e se este trabalho o conseguir, ainda que com alguma parcimónia, a Igreja, representada em cada um dos seus membros, será capaz de iniciar um caminho (com) partilhado, onde a integração e o sentido de pertença de cada um serão garantia de que é possível edificar uma realidade eclesial que respira pelo pulmão da ministerialidade e da comunhão, promovendo-se assim, como será de esperar, a tão desejada unidade da missão.

Para nos ajudar a revisitar o conceito de paróquia, acompanharemos, de perto, o pensamento de Casiano Floristán, um autor que, como poderemos atestar, muito contribuiu para o enriquecimento da reflexão teológica e pastoral. Quando se trata de um tema específico, como é o caso da paróquia, escolher um autor que tão bem a reflète, é um privilégio e uma certeza de que os conteúdos apresentados seguem uma linha referencial e objetiva. Este, possuindo uma visão esclarecida e um pensamento situado na teologia pastoral, apresenta, neste caso, os inúmeros benefícios da progressiva, mas necessária, renovação da paróquia.

Tal mecanismo transformador não é apresentado por Casiano Floristán de forma especulativa ou meramente abstrata mas, pelo contrário, este pastoralista ousa propor um caminho novo e concreto, o das unidades pastorais. Esta nova metodologia, ainda incipiente no campo da reflexão e da consequente aplicação pastoral, vai dando já os primeiros passos, impondo-se e caracterizando, progressivamente, o quotidiano de muitas comunidades.

Assim, se com este trabalho pretendemos, por um lado, apresentar a paróquia como um organismo precioso no campo da evangelização, é importante ir um pouco mais longe, daí que, não querendo, de todo, decretar a extinção desta célula cristã, histórica e identitária, tentaremos, todavia, concretizar que se ela quer cumprir eficazmente a sua missão no mundo, não pode permanecer inerte aos apelos que este, sucessivamente, apresenta.

Neste sentido, e sem ter a pretensão de elencar, nesta alocução introdutória, todos os aspectos que, de seguida, serão apresentados e desenvolvidos, podemos constatar que a nossa reflexão está estruturada em duas partes, indissolivelmente ligadas entre si.

Na primeira, para além de aprofundarmos o fortíssimo carácter humano, espiritual e teológico do autor que, de forma tão precisa, nos ajuda a percorrer um caminho verdadeiramente urgente e necessário, iremos perceber que a conceção que atualmente temos de paróquia é uma herança de muitos séculos e, hoje como no passado, esta apresenta desfasamentos, debilidades e potencialidades acrescidas para concretizar a sua missão.

Como sabemos, a nossa identidade, em todos os seus vetores, incluindo, forçosamente, o de cariz religioso, é reflexo do grande legado que outros nos deixaram. A paróquia, de forma clarividente, participa neste processo e, como tal, é chamada a guardar, como um tesouro, a sua história, de modo a apresentar-se, de novo, como lugar central para a experiência cristã.

É importante perceber quais são, hoje, os principais mecanismos organizativos e evangelizadores para que, constantemente, a paróquia não veja ameaçada a sua subsistência, como se preconizou, fortemente, há algumas décadas atrás.

De forma sucinta, compreenderemos que o bom funcionamento do conselho pastoral paroquial e a presença solícita nas situações fundamentais da vida são mecanismos que não criam hiato entre o clero e o laicado mas, pelo contrário, fazem com que estes se aproximem através de um autêntico sentido de partilha, interajuda e mútua edificação. Aliás, sem existir confusão de identidades ou uma errada inversão de papéis, procuraremos advertir para a necessidade de abandonar este dualismo sociológico. É, sem dúvida, um passo importante para quem, acima de tudo, se quer compreender como parceiro do mesmo senso eclesial.

Não obstante, a reflexão que se segue irá dar-nos conta de que a paróquia acaba por distorcer e dificultar a sua própria missão por viver, frequentemente, de forma isolada, voltada para si mesma. Como sabemos, o individualismo reinante e o orgulho exacerbado não edificam comunidades que se querem edificadas mutuamente e, quando tais características se impõem como uma inevitável realidade, a Igreja não pode ser conivente com atitudes que apenas promovem e provocam a dispersão. À luz de uma leitura crente da realidade, tem que apontar caminhos de conversão, mais ajustados e benéficos a fim de, com mais eficácia, serem resposta aos anseios das comunidades.

E porque é sobre comunidades mais amplas e diversificadas que versa a segunda parte desta reflexão, tomaremos consciência de que estas são sinal de uma Igreja em mudança. A postura adormecida e as potencialidades escondidas de muitos leigos, bem como a drástica diminuição de ministros ordenados foram, todavia, o impulso necessário para a reflexão e consequente valorização das unidades pastorais. Sobre estas, poderemos constatar que o trabalho em questão procura, sempre que possível, rentabilizar os recursos existentes, daí que, de forma notória, são desenvolvidas e aproveitadas ideias e linhas de pensamento de teólogos e pastoralistas italianos, na sua maioria. A investigação procura, também, enriquecer-se de documentos de dioceses estrangeiras e, como se poderá anuir, estas compreendem as unidades pastorais como um projeto no qual vale a pena apostar, a curto e a longo prazo, e não somente como uma alternativa de emergência.

Aliás, o aparato metodológico e bibliográfico que, de forma organizada, dá corpo a esta reflexão, faz notar que ainda vivemos à sombra dos significativos progressos conseguidos por aqueles que, com grande ousadia e sabedoria, procuram conjugar a autenticidade da Igreja com o devir do mundo em que estão inseridos.

Apesar de tudo, este mecanismo pastoral, sendo ainda pouco estudado, não tem sido recebido, por muitos, como um verdadeiro instrumento de trabalho e, sobretudo, de

evangelização. Esta resistência, conjugada com um manifesto receio pela incógnita da novidade deve-se, em primeiro lugar, pelo facto de as unidades pastorais se apresentarem como um desafio radical que implica abandonar a postura confortável que a autonomia individualista há muito vem proporcionando. Através desta sábia rutura torna-se possível, em cada comunidade, implementar a cultura do outro que, pela escuta e pelo diálogo fecundo, promoverá, não um choque de diferenças, mas uma sábia conjugação de saberes.

De facto, se a paróquia tradicional é limitada, pois a Igreja não se pode compreender, só e apenas, pela esfera territorial e geográfica, é importante admitir, sem fingimentos nem utopias, que as unidades pastorais, neste trabalho apresentadas e aprofundadamente refletidas, são apenas um caminho para que a Igreja se reorganize e se edifique, hoje e cada vez mais, na responsabilidade discernida e no autêntico espírito de comunhão que todos, sem exceção, são chamados a encarnar.

Acima de tudo é importante reter que, num mundo que sacraliza o presente, é urgente testemunhar a esperança, pregando o futuro, mediante a edificação de comunidades que vivam a fidelidade à terra. As unidades pastorais serão mote e desafio para que, a seu tempo, todos possam ultrapassar bairrismos que, de uma forma ou de outra, nos caracterizam, irremediavelmente.

Quando esta visão comum estiver harmonizada e interiorizada, cada membro estará em condições de dizer que «toda a terra estrangeira é pátria e toda a pátria é terra estrangeira»¹. Este novo mecanismo pastoral será, certamente, a certeza e a esperança de que de, quando todos se sentem comprometidos, é possível e viável acreditar que a pastoral que faremos, mais comunitária, formativa e pedagógica, dará os seus frutos.

Deste modo, a nível mais imediato, desejamos ao leitor uma proveitosa viagem, a fim de que todo aquele que tome parte neste trabalho consiga, de forma aprazível, iniciar o seu

¹ A *Diagneto*, Alcalá, Lisboa 2001, 5.

percurso com as inevitáveis contingências das diversas realidades paroquiais e, uma vez amadurecido pela sabedoria e experiência do peregrinar, possa chegar à tão desejada criatividade pastoral que, como bem sabemos, nunca é uma meta, mas caminho para fazer mais e melhor.

I. CONCEÇÃO DE PARÓQUIA EM CASIANO FLORISTÁN

Nestes últimos anos, a paróquia tem passado por grandes transformações no desempenho da sua missão e administração. É uma instituição eclesial antiga e atual que, nas características que apresenta e pela densidade teológica e pastoral que comporta, deve ser constantemente refletida, valorizada e questionada. Uma vez que, ao longo do século XX, a investigação alcançada e produzida sobre a paróquia e as demais realidades que a esta dizem respeito foi muito considerável, esta reflexão acompanhará, de perto, o pensamento de um pastoralista espanhol que, de forma esclarecida e objetiva, ousou pensar este organismo sem fingimentos, apresentando-o nas suas potencialidades e limitações.

A referência que aqui está a ser feita é atribuída, de forma justa, a Casiano Floristán. Sendo assim, torna-se indispensável traçar um breve perfil deste autor pois, compreendendo as coordenadas em que se move o seu pensamento, o seu modo de ver a Igreja e de viver em Igreja, mais sustentado e fecundo será o conteúdo apresentado nas linhas que se seguem.

1. Casiano Floristán: resumo biográfico

Juan José Tamayo, diretor da cátedra de Teologia e Ciências das Religiões Ignacio Ellacuría, da Universidade Carlos III, em Madrid, considerado por muitos como discípulo de Casiano Floristán, assume que estamos diante de uma das figuras mais importantes da paisagem teológica espanhola da segunda metade do século XX. Casiano Floristán nasceu em Navarra, a 4 de novembro de 1926, e faleceu em Pamplona, no primeiro dia do ano 2006. Foi um eminente teólogo e sacerdote espanhol, consultor do Concílio Vaticano II e perito durante a reforma litúrgica conciliar. Para este pastoralista, «a teologia é a inteligência da fé»². Como tal, ele afirma que o Concílio foi determinante para a vida da Igreja e para a experiência

² A. TEMES, *Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo*, Edicep, Valencia 2010, 167.

pessoal de cada crente, pois veio dar uma orientação concisa a um «modo abstrato de entender a fé e de fazer teologia»³.

Casiano Floristán converteu-se, verdadeiramente, em ferramenta de conhecimento, análise e transformação do catolicismo. Neste sentido, se em 1959 foi doutor da Universidade de Tubinga, em 1960 chegou à cátedra de Teologia Pastoral na Universidade Pontifícia de Salamanca onde, durante trinta e seis anos, de forma ininterrupta, desenvolveu com êxito, competência e entrega, um verdadeiro caminho de renovação eclesial. Em 1963, assumiu a direção do Instituto Superior de Pastoral, ficando este conhecido por ser um fecundo centro de diálogo com a secularização. Porém, Casiano Floristán era coerente com a sua doutrina e, como tal, não podia deixar de apontar a proposta mais credível, daí que tenha sido criticado por parte dos setores católicos conservadores e controlado pelo episcopado espanhol.

As suas funções e cargos institucionais marcaram, indiscutivelmente, o seu contributo para a vida da Igreja. Sendo ilustre fundador da Associação de Teólogos João XXIII, deve-se referir que, acima de tudo, foi um homem honesto e fiel à realidade, de grande pensamento crítico e vivia sempre numa constante abertura a Deus. Neste sentido, Casiano Floristán sempre se preocupou em transmitir que «a vida de fé e a pastoral são a primeira realidade, e só depois vem a reflexão teológica»⁴. Esta fidelidade acompanhou sempre a vida e o trabalho do referido autor, pois sempre lutou para que não fosse produzida uma «teologia abstrata e desvinculada da realidade religiosa e social»⁵.

Se é importante estudar e aprofundar o pensamento de um autor numa matéria específica, torna-se imprescindível tomar consciência das linhas mestras que orientam a sua ação, a fim de obter um maior conhecimento acerca dos fundamentos e alicerces que dão corpo à sua reflexão. Ainda que de forma sintética, nunca se deve esquecer que a teologia de

³ Ibidem.

⁴ Ibidem, 165.

⁵ Ibidem.

Casiano Floristán compreende e discerne «a ação cristã mediante a qual certas comunidades, movidas pela fé, se comprometem na transformação da realidade social»⁶. Tendo este pressuposto assumido e clarificado, mais facilmente se conseguirá pensar, a partir do próprio contexto, o lugar e o contributo da pastoral nos dias de hoje.

Como pessoa íntegra, não escondia nem mitigava a vontade natural de querer compreender a ordem natural das coisas, tendo passado quatro anos na universidade de Zaragoza a estudar química. A sensibilidade adquirida para trabalhar com os dados empíricos repercutiu-se na sua investigação teológica e pastoral⁷. Mais tarde, após prolongada reflexão, decidiu enveredar pelos caminhos da teologia, em Innsbruck (Áustria) e Tübingen (Alemanha), onde se encontrou com Karl Rahner, Hans Küng, Johann Baptist Metz, com quem, anos mais tarde, iria partilhar a liderança da teológica internacional *Concilium*.

Não cingia a sua reflexão a uma área teológica, mas era realmente um teólogo com perspectiva universalista. Neste sentido, movido pelo ímpeto da investigação, fez, ao longo de trinta anos, sucessivas viagens à América Latina e aos Estados Unidos. Pode também ser atestado, com veracidade, que Casiano Floristán esteve nas origens da teologia da libertação. Considerado alguém que dispunha de uma sinceridade transparente com Deus, teve em Zaragoza uma experiência religiosa profunda, que o conduziu, posteriormente, ao sacerdócio ministerial e ao interesse pela teologia e ação pastoral. Aliás, com a sua obra, Casiano Floristán «propõe uma fundamentação completa da teologia pastoral»⁸, sendo que todas as temáticas que tocam esta «ciência», que nasceu no século XVIII, estão representadas, em maior ou menor medida, na sua vasta produção bibliográfica.

Segundo o académico Juan José Tamayo, a dor da sua morte é diminuída pela memória de uma vida de liberdade e pelo legado que deixou: mais de vinte livros e centenas

⁶ Ibidem, 166.

⁷ Ibidem, 166: «A pastoral e a teologia complementa-se entre si, mostrando-nos assim o papel preciso da ação pastoral na missão da Igreja».

⁸ Ibidem, 188.

de artigos que abriram horizontes de libertação na esteira eclesial, iluminando assim o caminho que conduz a uma vivência cristã mais coerente e testemunhal⁹. É, verdadeiramente, alguém com atestada credibilidade de pensamento, que se concretiza numa dinâmica pastoral muito concreta, à luz do Concílio Vaticano II.

2. Conceito de Igreja em Casiano Floristán

Ao organizar uma reflexão sobre o modo de entender a paróquia hoje, não é possível passar inadvertidamente pelos valiosos contributos deixados por Casiano Floristán. A paróquia, lugar onde os fiéis «tomam consciência de ser Povo de Deus»¹⁰, é um organismo integrado numa eclesiologia mais alargada, daí que o autor já referido não estruture uma reflexão desvinculada, mas pensa a comunidade eclesial e local a partir da vitalidade e atualidade encontrada no Concílio Vaticano II. Para Casiano Floristán, este não foi um mero acontecimento, mas o ponto nevrálgico a partir do qual é possível, hoje, saber ser Igreja. O autor entende que o Concílio Vaticano II foi, sem dúvida, um concílio pastoral. Este evento surge da intuição profética de João XXIII e converte-se no maior acontecimento eclesial do século XX, apontando claramente o propósito, entre outros, de «adaptar melhor às necessidades da nossa época aquelas instituições que são suscetíveis de mudança»¹¹, sendo a paróquia exemplo vivo dessa mutabilidade.

Para Casiano Floristán, «a Igreja manifesta-se pela primeira vez na fé pascal dos discípulos de Jesus, quando o Espírito desce sobre uma comunidade já existente»¹². Neste sentido, a *ekklesia*, assembleia de povo, «é considerada como o povo de Deus, local e universal ao mesmo tempo»¹³. No entanto, nem sempre foi pacífico o modo de entender a

⁹ Cf. *Ibidem*.

¹⁰ JOÃO PAULO II, *Catechese Tradendae*, 67.

¹¹ *Sacrosanctum Concilium*, 1.

¹² C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, Ed. Sigueme, Salamanca 1993, 583.

¹³ Y. M. CONGAR, *Ensayos sobre el misterio de la Iglesia*, Barcelona 1996, 218.

Igreja como comunidade, como povo de Deus a caminho. Durante os primeiros séculos prevalece a imagem da Igreja como mistério¹⁴. A Igreja como mistério está presente de forma histórica, concreta e visível. Ainda hoje, a dimensão mistérica não pode ser descurada: é parte integrante desta realidade, não podendo a Igreja ser entendida sem ela.

A Igreja é uma única realidade, não havendo duas igrejas diferentes, opostas ou alternativas, mas uma realidade humana, histórica e social, e uma realidade teológica referida ao mistério de Deus¹⁵. Não se pode ter a pretensão de explicar o presente de forma completamente desvinculada com o passado e, neste sentido, Casiano Floristán propõe uma estrutura sistemática que lhe permite ler com clareza todas as etapas e metamorfoses que a Igreja foi sofrendo ao longo dos tempos. Contudo, refere que a Igreja do primeiro milénio se compreende essencialmente como uma congregação de fiéis¹⁶ e comunhão de Igrejas¹⁷. Já no segundo milénio, e Casiano Floristán limita-se a constatar com atenção a história da Igreja, verifica-se uma acentuação de carácter exageradamente jurídico, muito centrada na figura do Papa¹⁸.

Foi com o Concílio Vaticano II que se viu abandonada a conceção eclesiológica essencialmente piramidal, ou seja, hierárquica, para dar vida a uma Igreja onde os leigos, os ministérios e o serviço de todos são uma prioridade. Estamos diante da conceção eclesiológica *Igreja – Povo de Deus*¹⁹ que, com o seu peregrinar, se aproxima e se torna realmente em mistério de comunhão. Segundo H. Legrand, «o Concílio Vaticano II veio colocar em evidência as relações das igrejas locais entre si e com a de Roma, proporcionou a renovação das estruturas internas das igrejas locais e fez com que essas mesmas igrejas particulares se

¹⁴ Cf. R. BLÁZQUEZ, *L'glesia del Concilio Vaticano II*, Sigueme, Salamanca 1988, 29.

¹⁵ S. MADRIGAL, *Eclesiologia en devenir: el estudio de la Iglesia en el ciclo institucional de la teología*, in *Fundamentos de Teología Sistemática*, Universidad Pontificia de Comillas, Madrid 2003, 141.

¹⁶ C. FLORISTÁN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la acción pastoral*, 583.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Cf. Ibidem, 584.

¹⁹ A. TEMES, *Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo*, 170: «É precisamente o sujeito previligiado da ação eclesial, porque no contexto histórico atual, o povo que reage, reunindo-se em comunidades eclesiais de base, encontra a situação ideal para incorporar o Evangelho e renovar a praxis eclesial».

abrissem ao mundo envolvente, ou seja, ao ambiente sociopolítico e cultural»²⁰. Por conseguinte, «a Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive; (ela) faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio»²¹. Só uma Igreja que é capaz de estabelecer pontes e criar elos com quem pensa diferente consegue mostrar que, na sua vivência e estrutura, é possível uma plena comunhão de dons e carismas.

Não obstante, o Concílio Vaticano II ajuda a Igreja a situar-se e a redescobrir a sua identidade, pois «a consciência que a Igreja tem de si mesma foi aprofundada em relação ao mistério da Santíssima Trindade, donde provém e rumo ao qual ela caminha no tempo»²². Portanto, a Igreja em que vivemos e acreditamos, na qual peregrinamos rumo a outro horizonte é o «ponto de encontro entre dois mundos, o cruzamento de um plano conhecido com outro para nós desconhecido e poderoso»²³. É a tenda de Deus no meio dos homens, é a capacidade do ser humano compreender que a Igreja é dom, «que não se inventa ou produz, mas recebe-se»²⁴.

É de basilar importância constatar que, nos trabalhos e sessões do Concílio Vaticano II, existiu um interesse muito concreto em tratar o tema *Igreja como Povo de Deus*, em absoluta complementaridade com outra definição fundante, que interpreta a Igreja como *Corpo Místico de Cristo*. Sendo assim, «A hierarquia cedia, pois, lugar ao Povo de Deus, consciente de que também ela fazia parte desse mesmo Povo»²⁵. Este era o princípio fundamental que conduzia a uma nova eclesiologia, a eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II. Sendo assim, pode-se afirmar com relativa clareza que esta avalanche de renovação procurou responder à clássica pergunta: «Igreja, que dizes de ti mesma?»²⁶.

²⁰ H. LEGRAND, *Compromisos teológicos de la revalorización de las Iglesias locales*, Conc 71 (1972), 50.

²¹ PAULO VI, *Ecclesiam Suam* 65.

²² B. FORTE, *A missão dos Leigos*, Paulistas, Lisboa 1986, 9.

²³ *Ibidem*, 12.

²⁴ *Ibidem*, 13.

²⁵ S. P. FERREIRA, *Paróquia e corresponsabilidade do leigo*, atas das Jornadas de Direito Canónico, in *Lusitana Canónica* 15 (2010), 97.

²⁶ PAULO VI, Abertura da 2ª sessão, de 29.IX.1963, e abertura da 3ª sessão, 14.IX.1964.

Esta nova eclesiologia veio impor uma verdadeira mudança de mentalidades, logrando «despertar os cristãos para uma nova consciência da sua dimensão eclesial»²⁷. A Igreja não vive para si mesma, mas consciente de que se constitui na comunhão, e atenta à missão que tem no mundo, assume um lugar na história, um rosto concreto, que se edifica com aqueles que se vão constituindo como corpo. O Concílio Vaticano II²⁸, surge como esperança de uma renovação para a hierarquia eclesiástica e os leigos católicos²⁹. Casiano Floristán não compreende a Igreja a partir do binómio sacerdócio-laicado, mas recupera o binómio comunidade-ministérios³⁰. Nesta nova eclesiologia, o sentido é o de serviço, e não o de domínio/poder.

Para Casiano Floristán, é indiscutível o facto de o Concílio ter revestido de particular relevância a Igreja local³¹. Não obstante, refere que cada Igreja local não pode «funcionar» ou subsistir de forma completamente independente e individualista, mas afirma que «formadas as Igrejas particulares à imagem da Igreja universal, nelas e por elas se constitui a única Igreja católica»³². O Concílio Vaticano II tentou fazer da paróquia uma figura da diocese; contudo, «a paróquia é uma componente da Igreja diocesana, não a sua reprodução em miniatura»³³.

A paróquia é a célula-base da Igreja: não é apenas uma subdivisão administrativa da diocese, mas um verdadeiro espaço eclesial, no qual a diocese se dá como o todo na parcela. Para o Concílio, as paróquias «representam a Igreja visível estabelecida por todo o mundo, com o objetivo de que floresça o sentido comunitário paroquial»³⁴. Nesta linha de

²⁷ J. CALMEIRO MATIAS, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto 2002, 5.

²⁸ A. TEMES, *Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo*, 169: «O Concílio Vaticano II opera numa linha de recuperação e responsabilidade eclesial de todos os cristãos».

²⁹ Cf. J. LOBO ANTUNES, *Sobre a Mão e outros Ensaio*s, Gradiva, Lisboa 2005, 236.

³⁰ Cf. C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 289.

³¹ Cf. *Ibidem*, 587.

³² *Lumen Gentium*, 23.

³³ S. LANZA, *La parroquia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, Edizioni OCD, Roma 2004, 197.

³⁴ *Sacrosanctum Concilium*, 42, citado por C. FLORISTÁN, in *Conceptos Fundamentales de Pastoral*, ed. Cristandad, Madrid 1983, 696-697.

pensamento, convém esclarecer que «o sujeito da ação pastoral é a Igreja como comunidade, comunidade local e universal de discípulos que seguem Jesus de modo afetivo e efetivo»³⁵.

O mundo mudou e não para de se transformar, daí que a atualidade dos contributos que o Concílio Vaticano II nos deixou chega a ser designada por «metamorfose social»³⁶. Casiano Floristán atesta que se cada um vive alheado das sucessivas ruturas com que o mundo se depara, concebe uma Igreja «à margem», de forma destorcida. Com grande propriedade se pode dizer que «uma Igreja situada perante o mundo, mas que prefere fazer o seu mundo e criar estruturas paralelas, não é uma Igreja em missão»³⁷. A Igreja no mundo só se compreende em diálogo com o mundo³⁸.

Os chefes de estado, políticos e sociólogos, ainda que vivendo doutrinas díspares, nunca podem ignorar o impacto que a Igreja, organizada em comunidades, continua a ter, pois, se esta exerce poder no mundo de hoje, devido à sua influência moral e aos seus recursos económicos, a capacidade de diálogo e a sinodalidade assumem-se como plataformas insubstituíveis para a credibilidade e autenticidade da transmissão da fé. Neste sentido, é «capaz de comunicar com inúmeros milhões todos os domingos de manhã... também comunica com os seus membros nos outros seis dias da semana, e no mundo de hoje a Igreja utiliza jornais, revistas e outros meios como apoio das suas comunicações diretas»³⁹. Ainda que muitos não reconheçam, a paróquia tem merecido destaque, embora nem sempre bem aproveitado, na subsistência e manutenção da Igreja na esfera global.

³⁵ A. TEMES, *Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo*, 169.

³⁶ J. TILLARD, *La Iglesia Local: eclesiología de comunión y catolicidad*, Ed. Sígueme, Salamanca 1999, 386.

³⁷ J. A. RAMOS, *Teología Pastoral*, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid 1995, 195-196.

³⁸ J. LOBO ANTUNES, *Sobre a Mão e outros Ensaios*, Gradiva, Lisboa 2005, 235: «Se a Igreja tem decerto uma voz mais activa na intervenção política e se se verifica o que se poderia chamar uma globalização do poder papal na afirmação vigilante da solidariedade e da justiça, a Igreja não se pode afastar das reais questões da sociedade do nosso tempo, a sua voz não pode ser débil quando interpelada pelas consciências inquietas, nem frágil e fragmentada a intervenção dos católicos...».

³⁹ A. TOFFLER, *Os Novos Poderes*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa 1991, 393.

3. Da Igreja local ao conceito de paróquia

Após um olhar breve e atento à densidade e à atualidade que acompanham os documentos conciliares, rapidamente se depreende que, por exemplo, as constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* não abordam o tema da paróquia, estando este assim remetido para a esfera diocesana, Igreja particular e síntese de comunhão a nível local. Casiano Floristán conclui, sem dificuldade, que «a Igreja local é realização da Igreja universal em determinado lugar»⁴⁰, «é plenamente Igreja»⁴¹. A natureza da Igreja local está completamente fundamentada e comprovada pelo Concílio Vaticano II, referindo este que «a Igreja de Cristo está presente em todas as legítimas reuniões locais de fiéis, que, unidos aos seus pastores, recebem também o nome de Igrejas no Novo Testamento»⁴². Nestas comunidades, ainda que pequenas ou pobres, Cristo está presente com o poder da sua unidade. Assim se compreende que «as Igrejas locais devem estar abertas umas às outras como realização da Igreja universal»⁴³. Sendo assim, o espaço em que se desenvolve a Igreja local não é tanto o geográfico, mas o cultural⁴⁴, que põe em ênfase o povo congregado. Enfrentamos aqui dois conceitos diferentes, ou seja, o da geografia da paróquia e o da teologia da paróquia; de forma clarividente, esta reflexão aprofunda e segue de perto o segundo, em todas as suas diretrizes.

Deste modo, o tema desta primeira reflexão versa essencialmente sobre o conceito da paróquia, no modo como hoje a interpretamos e vivemos em todas as suas dimensões. Por conseguinte, torna-se premente perceber que, para Casiano Floristán, a paróquia é o «principal lugar institucional onde se desenrola quantitativamente a vida cristã»⁴⁵. Já o Concílio de

⁴⁰ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 589.

⁴¹ Ibidem.

⁴² *Lumen Gentium*, 26.

⁴³ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 589.

⁴⁴ Cf. Ibidem, 589-593.

⁴⁵ Ibidem, 597.

Trento (1545-1563) determinou o estatuto jurídico da paróquia, «considerando-a o órgão principal da pastoral»⁴⁶.

Portanto, como se pode aferir, a paróquia tem uma estrutura que não é de hoje, mas secular, milenar. Passou por várias crises e inúmeras investidas de renovação, algumas coisas se adaptou mas, na sua essência, tudo se foi mantendo inalterável. Numa visão pessimista, Pedro Bassini, sacerdote, presidente da Conferência Nacional de Presbíteros e subsecretário-adjunto para a pastoral (CNBB), afirma que «a paróquia funcionava e funciona conforme o desejo do presidente (pároco), sendo que o que a vai sustentando são os movimentos eclesiais, o terço, ladainhas e outras devoções...»⁴⁷.

Casiano Floristán enquadra e contextualiza a paróquia essencialmente através de duas dimensões, a sociológica e a eclesial. Para fundamentar a primeira dimensão, atesta que «a análise sociológica da paróquia exige vê-la como um sistema de relações sociais»⁴⁸, sendo que o específico da paróquia deve ser a vida cristã em comum dos batizados⁴⁹. No que concerne à dimensão eclesial, e para a justificar, a bussola deve apontar para os documentos conciliares, onde se percebe que a paróquia representa a Igreja visível estabelecida em toda a terra, na medida em que é sacramento da mesma.

A paróquia é o analogado principal da diocese⁵⁰. Nela, as considerações sobre a Igreja local e particular adquirem realização, dado que a paróquia é também «Igreja local», em situação de comunidade básica⁵¹; em cada uma das células da diocese (paróquia), desenvolve-se uma ação pastoral básica, na medida em que a sua missão ou *múnus* pastoral reside em estabelecer verdadeiramente a Igreja num determinado lugar. A título de curiosidade, é interessante constatar que a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada

⁴⁶ CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. XIV, decreto *De reformatione*, c.13 in *Conciliorum ecumenicorum decreta*, Bologna 1973, 768.

⁴⁷ P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, in *Vida Pastoral* 52 (2011), 16.

⁴⁸ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Navarra 1995, 53.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*.

⁵⁰ Cf. F. G. BRAMBILLA, *La parrochia nella chiesa, Riflessioni fondamentali*, in *Teologia* 13 (1998), 44.

⁵¹ Cf. C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 54.

em 1992, publicou um documento sob o tema *Comunidade cristã e comunidade eclesial de base*. A partir deste trabalho, «os bispos já acenam a uma organização da paróquia em rede de comunidades»⁵², sendo hoje uma das preocupação reais para aqueles que, por mandato e missão, são pastores junto daqueles que o Espírito Santo lhes confiou.

Contudo, não se podem confundir os conceitos, pois a Igreja local é a diocese. Neste sentido, atesta-se que «a Igreja local age como a igreja toda, não sendo toda a Igreja»⁵³. No Concílio Vaticano II, assiste-se à redescoberta da diocesanidade da Igreja. Por isso, «a paróquia é uma instituição eclesial multissecular que expressa e realiza, de modo peculiar, a vocação e missão da Igreja Diocesana»⁵⁴. Estas referências, e outras que se poderiam aduzir, mostram que a paróquia só o é verdadeiramente quando se situa no seio da diocese e, por ela e nela, alcança a dimensão plena de comunhão eclesial. Depreende-se, assim, que «uma paróquia não integrada na pastoral diocesana é um contra censo e representa um anti testemunho»⁵⁵.

Muitos leigos sentem que «a Igreja paroquial é a que realmente existe no seu dia-a-dia»⁵⁶, aquela que lhes facilita a relação com a comunidade, a que lhes proporciona a formação básica do ser cristão à maneira de discípulos de Jesus Cristo. A paróquia, pelo seu ser e agir, expressa e configura a solicitude da Igreja pelos pobres, sinal de que o Reino de Deus se vai implantando entre nós. Sem querer ter a pretensão de desresponsabilizar a diocese, privando-a da sua missão, «a paróquia está mais livre para ser Igreja local no meio do povo, para ir ao encontro das pessoas e sintonizar com as suas situações»⁵⁷. O Código de Direito Canónico de 1983 revalorizou o sentido da paróquia, querendo corrigir a doutrina eclesiológica e a prática pastoral com que a Igreja até então se deparava. Neste sentido, refere

⁵² P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, 19.

⁵³ A. BRIGHENTI, *A Pastoral dá o que pensar, A inteligência da prática transformadora da fé*, Livros Básicos de Teologia – SIQUEM, vol.15, Paulinas, São Paulo 2006, 146.

⁵⁴ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra 2008, 97.

⁵⁵ A. RIBEIRO, *A integração da paróquia na pastoral diocesana*, in *Communio* 1 (1990), 66.

⁵⁶ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 13.

⁵⁷ *Ibidem*, 21.

que «a paróquia é uma determinada comunidade de fiéis cristãos, constituída de modo estável na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do Bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio» (cân. 515).

Se é verdade que a paróquia é um instrumento plausível para qualquer ser humano, independentemente da sua formação, iniciar a sua caminhada de fé, não é possível omitir a atualidade das palavras do Papa João Paulo II, pois admite que esta é «insubstituível e insuficiente»⁵⁸. A paróquia é e será o lugar imprescindível de encontro; porém, por força das circunstâncias, é também o lugar onde mais se sente a crise da religião, constituindo, nas palavras de Danièle Hervieu-Léger, um «microcosmos de descristianização vigente»⁵⁹.

4. Características da paróquia

Mais do que nunca, a tentação de enveredar segundo uma existência sem compromissos estáveis e duradouros é, sem dúvida, muito grande. Neste sentido, para contrariar as inegáveis posturas que dão identidade a muitos setores da nossa sociedade, ainda hoje, «a característica que mais identifica a comunidade paroquial é, pois, a da familiaridade com as vivências específicas de cada agrupamento humano, a da vizinhança de um conjunto de crentes, a da proximidade na vivência comunitária do Evangelho, na interpelação constante do Espírito»⁶⁰. Contudo, corre-se o risco de pensar que a paróquia é um sistema meramente prático e instrumental, de que o bispo dispõe para distribuir o clero. Esta é uma visão extremamente redutora, que em nada dignifica esta unidade vital e imprescindível. Casiano Floristán, para refutar esta mentalidade que muitas vezes se vai impregnando, fez um levantamento dos colóquios europeus e semanas nacionais que refletiram, precisamente, o tema da paróquia. Se no século XX, na Europa, existiram quinze colóquios, Casiano Floristán

⁵⁸ JOÃO PAULO II, *Congresso Paróquia evangelizadora*, Lombardia 1987, 18.

⁵⁹ D. HERVIEU-LÉGER, *La religion en mouvement: la pèlerin et le converti*, Paris 1999, 34.

⁶⁰ J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, Universidade Católica Editora, Lisboa 2009, 331.

constatou, com agrado, que os portugueses foram pioneiros na celebração do Colóquio Nacional de Paróquias, sob o tema *A Corresponsabilidade na Paróquia*, em 1986. Mas também em 1989, em Fátima, se trabalhou a importância da *Paróquia para o homem de hoje*⁶¹.

Com efeito, terá sido a partir de 1952 que a paróquia começou a ser estudada e renovada em diversos países, ainda que tais trabalhos careçam de solidez e sustentabilidade. Nesta época começava a imperar uma consciência de pastoral de conjunto, existindo uma justa preocupação para que a paróquia englobasse uma tripla dimensão da ação eclesial, nomeadamente a palavra, a liturgia e a caridade. Após a leitura de estudos sociológicos realizados em meados do século XX, compreende-se que, nos anos que antecederam o Concílio Vaticano II, foram feitos esforços para analisar a realidade, ou seja, conhecer a paróquia, nomeadamente através de «métodos psicossociais e sócio religiosos»⁶².

Uma boa aplicação prática de métodos pastorais exige, em primeiro lugar, uma leitura discernida e um olhar atento ao mundo, à Igreja e à teologia. Pode referir-se que estes esforços primeiros, que esclareceram a paróquia através de uma perspetiva lúcida e renovada, tem rostos concretos, ou seja, teólogos acreditados que deram contributos imprescindíveis para uma melhor compreensão das ciências sagradas e humanas. Na verdade, «se percorrermos as diferentes bibliotecas de teologia, ou as livrarias de temas religiosos mais significativas, percebemos que existem alguns vultos que, graças aos seus precisos contributos, conseguem, a seu modo, orientam grande parte da pastoral de hoje»⁶³. Esta referência vai, claramente, para Y. Congar, F. X. Arnold e Karl Rahner, o que permite compreender que tanto a pastoral fundamental⁶⁴, como a pastoral especial⁶⁵, como é o caso do

⁶¹ Cf. C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 29.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ J. A. RAMOS, *Teología Pastoral*, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid 1995, 6.

⁶⁴ P. M. ZULEHNER, *Teología Práctica, Diccionario de conceptos teológicos*, Barcelona 1990, 530: «A teoria imanente à ação crente e eclesial pode ser verdadeiro objeto de reflexão científica. Na pastoral fundamental podemos promover uma teoria teológica de praxis cristã e eclesial, tal como nos revela a história».

estudo e da reflexão sobre a paróquia, tem fundamentos e alicerces teológicos muitos credíveis. Se hoje é possível pensar a teologia da paróquia, esse estudo só começou a ser consistente a partir de 1963, quando o pensamento pontifício concebe a paróquia como comunidade de fé, de culto e de caridade.

Como se pode ver, ao longo dos anos, não foram poupados esforços para dar um novo vigor e imprimir uma renovada dinâmica nesta estrutura que nos é tão familiar. Agora, para melhor se compreender este organismo, e sempre sob a perspectiva lúcida apontada por Casiano Floristán, procederemos à interpretação da paróquia a partir de três características fundamentais: a canónica, a teológica e a pastoral.

Do ponto de vista canónico, e à luz do novo Código de 1983, a paróquia não é definida como um território, mas como uma «comunidade de fiéis» (cân. 515&1). Não é destacada a primazia do pároco, ainda que tenha grande importância, mas a cura pastoral, o serviço da palavra e a indispensabilidade dos sacramentos da cura. Neste novo código está também previsto o funcionamento das comunidades entre si, podendo as paróquias que trabalham em comum serem servidas por uma equipa de sacerdotes como, no capítulo seguinte, se poderá refletir e aprofundar, de forma mais pormenorizada.

A nível teológico será importante constatar que, não obstante a importância da paróquia para a evangelização, esta «não é a estrutura essencial da Igreja, é a Igreja local derivada, não plena»⁶⁵. Casiano Floristán não despreza os contributos de H. Legrand a este nível, nomeadamente quando refere que uma completa conceção teológica sobre a paróquia tem necessariamente que englobar elementos constitutivos como o Espírito Santo, o Evangelho, a Eucaristia e o ministério. Outro aspeto fulcral, que hoje se vive com mais seriedade, passa por uma relação pericorética entre a ação pastoral da paróquia e a pastoral

⁶⁵ J. A. RAMOS, *Teología Pastoral*, 11: «Um segundo nível que podemos encontrar no uso do termo pastoral é o que se refere à ação da Igreja numa situação determinada, ou seja, a sua realização histórica em cada uma das estruturas e ações pastorais concretas».

⁶⁶ C. FLORISTÁN, *Teología Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 607.

diocesana: a primeira tem que estar em plena sintonia com a segunda, ou seja, não pode haver dicotomia ou separação. Essa harmonia pastoral é, claramente, reflexo da unidade e da comunhão intensa entre o bispo diocesano e os seus presbíteros. As comunidades, ainda que diferentes entre si, têm a missão de caminharem rumo à unidade, seguindo as orientações que o pastor diocesano propõe.

Na perspectiva pastoral, Casiano Floristán começa por admitir que os contributos do Concílio Vaticano II foram «diretrizes certeiras na forma de pensar e construir a paróquia»⁶⁷. Neste âmbito, não pode deixar de ser feita menção a Jesús Murgui Soriano, bispo e teólogo espanhol, que Casiano Floristán considera e admira, nomeadamente quando deteta, com precisão, o estado da paróquia na altura do Concílio Vaticano II, atestando que esta se encontra «doente, em crise, em situação de agonia, em quebra e num grande problema»⁶⁸. A constatação deste teólogo não era problemática na altura, porque muitos se reviam nela, e pode-se dizer que, de certa forma, a instituição que hoje concebemos como paróquia esteve realmente em perigo. É interessante, por conseguinte, verificar que, antes da reflexão proposta pelo Concílio Vaticano II, a paróquia era vista por alguns teólogos como a *comunidade impossível*. Apesar de esta visão negativa já estar abandonada por aqueles que refletem a paróquia e, dia a dia, a vivem, com as suas potencialidades e debilidades, ainda há hoje quem teorize a *falência da paróquia*.

Se é um organismo estável, ainda se encontra muito limitada no que diz respeito à caminhada cristã específica de cada um. É necessário superar algumas barreiras, daí que se diga, com toda a propriedade, que a falência dos modelos de iniciação cristã e a falta de uma oferta formativa permanente e sistemática proporcionada pela comunidade paroquial, capaz de satisfazer os anseios dos homens do nosso tempo e fazer crescer os cristãos numa fé adulta

⁶⁷ Cf. *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*, 608.

e sólida, «exige que se ponha todo o esmero a preparar e oferecer com carinho verdadeiros itinerários de iniciação e de formação cristã para crianças, adolescentes, jovens e adultos»⁶⁹.

Para Casiano Floristán, a dimensão pastoral de qualquer paróquia nutre-se de certas características, tais como a comunitária, a popular e aquela que conduz à unidade pastoral. Deste último item trataremos posteriormente, de forma aprofundada e aplicada, pois é um tema multifacetado, ainda em descoberta. A paróquia deve ser uma célula comunitária, «dando prioridade a grupos conscientes que revitalizem a liturgia, a ação social, a catequese de adultos e o serviço aos pobres e marginalizados»⁷⁰. O Concílio Vaticano II aponta para a urgência de os leigos participarem plenamente na vida da Igreja. No entanto, verifica-se que existem algumas debilidades pastorais, pois não basta, por exemplo, música jovem para resolver o problema de uma autêntica vivência cristã. É verdadeiramente urgente e necessário «criar autênticos espaços de evangelização, para que a paróquia não fique reduzida a uma simples estrutura jurídica»⁷¹.

Ainda no campo pastoral, percebe-se que o Concílio Vaticano II não veio dar resposta a todos os problemas e ambiguidades até então existentes, dado que, no que diz respeito à pastoral litúrgica, não se verificaram grandes alterações, pois esta continuou a ser de *massas*. Quer isto dizer que não existe uma preocupação em relação a cada membro, na sua singularidade. A liturgia ainda continua a ser dinamizada em função de um todo que, sempre que possível, se quer numeroso. Porque, na verdade, todos contam, o corpo não é o mesmo quando alguma parte falta, daí que a pastoral litúrgica tem que compreender cada assembleia na perspetiva de uma harmonia e unidade, obtida na diversidade dos rostos e das vidas ali presentes.

⁶⁹ A. COUTO, *Ide e fazei discípulos*, Carta Pastoral, 2013.

⁷⁰ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 608.

⁷¹ J. CALMEIRO MATIAS, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, 83.

Não obstante, foram feitos esforços para se conseguir uma autêntica renovação. Contudo, os efeitos nunca são os mesmos em todos os âmbitos e, pastoralmente, este Concílio teve o mérito de «purificar os devocionismos individualistas»⁷². Há um contacto maior com a Sagrada Escritura e as pessoas podem não só interagir com o fundamento e a tradição da fé judaico-cristã, como podem também dar razões, no seio da comunidade, daquilo em que acreditam. A consciência de que é necessário dar razões da fé emerge neste concílio. A fé, quando aprofundada, visa uma caminhada de redescoberta da própria identidade. Grande parte do que somos, somo-lo à luz da fé, e não seríamos os mesmos, certamente, sem este horizonte crente.

Casiano Floristán, através dos contributos avançados pelo Concílio Vaticano II, fez uma ampla leitura sobre a paróquia, constatando as diversas opiniões existentes sobre a mesma. Neste sentido, se alguns a interpretavam como uma *comunidade impossível*, como anteriormente se verificou, outros, mais otimistas, já conseguiam antever uma verdadeira *comunidade de comunidades*, aspeto a ser desenvolvido no próximo capítulo. A melhor definição proposta pelo autor vai no sentido de uma «instituição principal de ação pastoral, onde se desenvolve quantitativamente a vida cristã».⁷³ Ampliando um pouco mais a definição, enriquecendo-a, ainda se pode dizer que «constitui um espaço de referência religiosa básica»⁷⁴.

A teologia pastoral apercebe-se de que, apesar de a paróquia reunir pessoas com proximidade geográfica, entre estas não existem relações interpessoais e de amizade, condição imprescindível para existir verdadeiramente comunidade. Neste sentido, e interpretando a

⁷² Ibidem.

⁷³ C. FLORISTÁN, *La Iglesia, Comunidad de creyentes*, Ed. Sigueme, Salamanca 1999, 499.

⁷⁴ Ibidem.

realidade, chega-se a dizer que «as missas dominicais da paróquia não são celebrações comunitárias, mas atos de culto realizados por aglomerados sócio religiosos»⁷⁵.

A paróquia consegue cumprir eficaz e cristãmente a sua missão, se promover relações interpessoais e de amizade, se transmitir e anunciar a Palavra de Deus com fidelidade, provocando assim um crescimento esclarecido na fé, e não sucessivas reuniões de anónimos. Deve ser uma plataforma insubstituível na evangelização, que representa para o homem moderno, mais do que uma estação de serviços donde chegam informações; tem de ser um lugar de encontro do sentido onde, através da dinâmica do caminho, se promove o diálogo e a partilha da fé.

5. Tipos de Paróquia

Torna-se evidente que, hoje em dia, como no passado, não há uma conceção e uma configuração única, unívoca ou uniforme da instituição à qual chamamos paróquia. Na verdade, existe, atualmente, uma enorme diversidade de paróquias o que, por razões geográficas, orientações pastorais, cultura da comunidade ou história subjacente, não permite que as olhemos segundo a mesma perspetiva nem apliquemos o mesmo método a todas as realidades. A paróquia é uma realidade simultaneamente consistente e volátil, muito dependente da iniciativa e da proposta do pároco, «pessoa decisiva na pastoral paroquial»⁷⁶, pelo que uma visão pastoral e eclesial menos ajustada da parte deste tende geralmente a comprometer a orgânica da comunidade.

Neste sentido, a sumária distinção que, de seguida, será elencada, parte da perspetiva de Casiano Floristán, que faz um estudo completo a partir de alguns fatores, a saber:

⁷⁵ J. CALMEIRO MATIAS, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, 84.

⁷⁶ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 609.

«orientações pastorais, agentes responsáveis, sensibilidade social e estrutura comunitária»⁷⁷.

Com base nestes pressupostos, a Igreja depara-se, hoje, essencialmente, com três tipos de paróquia.

O primeiro género, sobre o qual o autor se debruça, é a paróquia pré conciliar de pastoral da cristandade. Como é sabido, uma parte significativa das nossas paróquias ainda se pauta por critérios muito tradicionais, «não tendo ainda assumido a renovação conciliar»⁷⁸. Poder-se-á dizer que este género de paróquias privilegia mais a dimensão litúrgica mas, na verdade, se bem analisadas, conclui-se que estão completamente voltadas para a pastoral sacramental e devocional. Numa análise mais pormenorizada, facilmente se deteta que as eucaristias são rotineiras e monótonas, e as homilias não fazem caminho da Palavra de Deus para a vida concreta dos fiéis, não refletem nem apresentam propostas, sendo predominantemente moralistas.

Nestas paróquias, a dinâmica pastoral subjacente é da responsabilidade quase exclusiva do pároco, havendo, neste sentido, um papel extremamente passivo da parte dos leigos. O pároco, que acaba por ser, do ponto de vista teológico e sacramental, o único com autoridade, tem influência basilar na comunidade a que preside, pois através da sua entrega, ou da falta dela, pode alicerçar uma paróquia como verdadeiro lugar de encontro e de comunhão ou, pelo contrário, como uma instituição legalista, fria e impessoal.

Na paróquia pré conciliar, «o compromisso social é quase nulo»⁷⁹, não se verificando uma colaboração com as instituições sociais e movimentos cívicos. Os mais débeis sofrem com isto, pois não veem denunciadas as flagrantes injustiças, e não existe ninguém que reivindique os seus direitos. Uma paróquia deste género acaba por ser uma instituição caduca que, não vivendo comunitariamente, é nula de respostas, propostas e desafios. Por norma, «o

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 45.

serviço litúrgico é sacramental e devocional, massivo, despersonalizado, com ingredientes de magia e superstição»⁸⁰. Regra geral, toda a pastoral aí promovida não é feita por testemunho, anúncio, escuta ou interpelação, mas pela imposição da parte do clero, pois «a sua eclesiologia centra-se no princípio hierárquico da submissão dos leigos ao sacerdócio ministerial»⁸¹. Porém, rapidamente se percebeu que esta não era a melhor nem a mais fiel metodologia para alicerçar uma comunidade que, quando o é de verdade, a todos inclui e integra.

Outro modelo existente na Igreja, abundante na diversidade de dons e carismas, é a paróquia conciliar de pastoral da conservação. Sempre muito fiel às linhas do Concílio, reconhece e tenta acompanhar o permanente estado de mudança, promove a catequese, as celebrações comunitárias, «oferecendo serviços religiosos dignos e práticos»⁸². A sensibilidade social e a atenção ao pobre não são realidades alheias nem adversas a esta instituição, existindo sempre uma peculiar ligação entre o mundo civil e eclesiástico. Verdadeiramente, «a paróquia é o povo que vive este cruzar de influências e molda o seu modo de ser e de estar na sociedade civil»⁸³.

Por último, e de forma mais aprofundada, torna-se possível tratar do tipo de paróquia mais atual, ou seja, a paróquia pós conciliar de pastoral missionária⁸⁴ e libertadora. Aqui, a preocupação missionária é a opção prioritária da pastoral vigente. Uma paróquia deste género, já há muito rompeu com esquemas tradicionais que visam uma aparente manutenção. Aqui, por exemplo, «dá-se mais importância à catequese de adultos de inspiração catecumenal, do

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 610.

⁸² Ibidem.

⁸³ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 21.

⁸⁴ É conveniente saber, a este propósito, que as Orientações pastorais para a primeira década do terceiro milénio recomendam uma paciente e corajosa revisão de todo o tecido pastoral do ponto de vista missionário, com a disposição de realizar aquela conversão pastoral que se revele necessária.

que a crianças que se preparam para a primeira comunhão, ou jovens para a confirmação»⁸⁵, se bem que ambos os grupos recebem a justa atenção.

Ao contrário da paróquia da pastoral de conservação, trabalhada anteriormente, esta não procura uma relação tão profunda com o mundo civil. Procura operar nele, transformando-o, mas não confia na religião aprendida nas escolas. Esta paróquia não se descarta das suas funções, sabe qual o seu lugar, a sua missão, e não se demite de a fazer, nem deixa os seus critérios por mãos alheias. Aliás, entende que «a evangelização transmite-se com a vida, não somente na liturgia ou na catequese»⁸⁶. A homilia, por exemplo, toma o verdadeiro sentido do termo, conversa familiar, e torna-se assim um diálogo fecundo, onde a Palavra encarna a vida, procurando dar sentido às alegrias e vicissitudes com que cada qual se depara.

O núcleo fundamental da paróquia é a comunidade cristã, e dado que «a sua ecclesiológia é claramente a da comunhão e do Povo de Deus»⁸⁷, aquela tem que ser mestra em acolher, com hospitalidade, os que procuram serviços e ajuda e, acima de tudo, os que se querem propor a um sério caminho de descoberta do amor de Deus, que atinge a sua plenitude quando direccionado para os irmãos. Aqui, a diferença não cria hiatos, mas gera relação, aproximação e dom de si. Aproveitando os contributos de Yves Congar, percebemos que a paróquia tem como finalidade formar cristãos, sem acrescentar outras coisas, ou seja, «a sua função ou *munus* pastoral reside no implementar da Igreja num determinado lugar»⁸⁸. A paróquia deve solidificar a sua génese com rostos concretos, não através de massas anónimas e, em certa medida, ser o modelo de comunidade de base da Igreja, lugar de reunião e de missão ao serviço do homem para o ajudar a viver a fé, a vida de fé que, sendo a principal

⁸⁵ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 611.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 47.

⁸⁸ *Ibidem*, 56.

riqueza que este tem para partilhar com o mundo, é o fundamento que confere sentido à própria existência.

6. A renovação da paróquia

Depois da primeira guerra mundial, muitos foram os esforços envolvidos no sentido de uma clara renovação da paróquia, ou seja, constatou-se a existência de alguns movimentos cristãos de renovação que propunham uma autêntica efervescência deste organismo. Sem dúvida, «a primeira preocupação pastoral da paróquia é fazer surgir no seu interior uma autêntica comunidade cristã»⁸⁹. Neste sentido, Casiano Floristán considera que a renovação da paróquia se dá em quatro perspetivas distintas e simultaneamente complementares, a saber: a litúrgica, a missionária, a eclesiológica e a comunitária.

Na renovação litúrgica, Casiano Floristán constata, para começar, que a «eucaristia dominical deve ser entendida como núcleo básico paroquial»⁹⁰. Os liturgistas alemães ainda vão mais longe pois, ao definirem o ministério sacramental da paróquia, afirmavam que a assembleia litúrgica é a célula básica da Igreja e, por conseguinte, da paróquia. Porém, é conveniente nunca enveredar pelo extremismo pastoral, ou seja, «identificar a paróquia unicamente como assembleia cultural, sem ter em conta a sua vocação missionária e o seu contexto social»⁹¹. A renovação litúrgica é apenas uma parte viva e ativa da paróquia, essencial na medida em que complementa e fomenta a evangelização, catequese e compromisso social.

Relativamente à renovação missionária, observa-se que, nas últimas décadas, «a paróquia se abriu à dimensão social e coletiva da missão»⁹². Contudo, é um caminho que

⁸⁹ C. FLORISTÁN; J-JOSÉ TAMAYO, *Conceptos fundamentales de Pastoral*, Ed. Cristandad, Madrid 1983, 712.

⁹⁰ C. FLORISTÁN, *La Iglesia, Comunidad de creyentes*, 500.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*, 501.

ainda não está completo pois, em muitos casos, ainda é perceptível a alienação da paróquia com o compromisso missionário e evangelizador. Caminham em sentidos opostos, não se encontram nem se comprometem. Na maioria das vezes, os sacerdotes que presidem às comunidades têm como objetivo primeiro e essencial a criação de obras e estruturas paroquiais cuja função, em muitos dos casos, é bastante discutível.

Para fazer face a esta realidade, Casiano Floristán realça o positivo contributo levado a cabo pelo movimento da Juventude Operária Católica, dado que a sua ação foi um «despertar evangelizador que se seguiu à segunda guerra mundial»⁹³. O operar e o agir cristão devem conduzir a uma Igreja que é, por sua natureza, missionária, não fechada em si mesma, mas enviada a todos os homens, sendo um dos manifestos desejos do atual Pontífice, Papa Francisco.

Como se sabe, a paróquia é toda ela Igreja, mas a Igreja não se reduz à paróquia. Sendo assim, não pode existir qualquer género de incompatibilidade entre paróquia e missão pois, na verdade, uma traduz-se na outra e não se podem separar. Para o autor, a questão não pode ser resolvida sem uma séria revisão da estrutura da paróquia. Sem este trabalho prévio e imprescindível, facilmente se cai no erro de dividir a paróquia contra si mesma fomentando, por exemplo, «uma pastoral urbana inserida numa mentalidade/ambiente rural»⁹⁴. Antes de encarar a especificidade de qualquer problema, é necessário compreender a sua origem, contexto e fundamentos subjacentes.

Fruto de uma prática paroquial invertida, a renovação pastoral acentua o dinamismo da Igreja num determinado lugar. É precisamente em torno deste tópico que Casiano Floristán versa a sua reflexão sobre a renovação eclesiológica aplicada à paróquia. Com uma visão eclesiológica renovada, afirma-se que a paróquia é a primeira comunidade de vida cristã na Igreja de Jesus Cristo e, por conseguinte, «comunidade que vive em torno da fé,

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ C. FLORISTÁN, *La Iglesia, Comunidad de creyentes*, 502.

oração e caridade»⁹⁵ que, deste modo, encarna uma perene fidelidade à Igreja nascente. O que se promove na paróquia é mais significativo do que o local onde está implementada. Só na medida em que são superadas barreiras (territoriais) se torna possível conquistar pessoas.

A última grande característica da renovação da paróquia, e não a menos importante, prende-se com a dimensão comunitária. Aqui, é possível constatar uma enorme «centralidade do dinamismo pastoral em torno da comunidade cristã dos crentes»⁹⁶. A paróquia, mais do que nunca, deve ser uma comunidade cristã e, para se desenvolver uma verdadeira pertença comunitária é importante explorar algumas dimensões nem sempre bem aproveitadas. Aproveitar a eficácia e a transformação interior obtida pelos sacramentos para catequizar toda uma comunidade é uma missão que não deve ser desprezada. Em algumas paróquias o batismo é, por exemplo, celebrado na Eucaristia dominical. Este aspeto é extremamente fecundo, e neste primeiro sacramento de tão grande significado, deve ser toda a comunidade, em que o novo batizado é integrado, a alegrar-se. Também a unção dos enfermos, quando possível, deve ser celebrada na comunidade, pois todos são chamados a associarem-se num profundo espírito de oração por aquele que, por alguma circunstância, sente a vulnerabilidade da vida. Quanto mais a paróquia se sentir implicada com as dimensões fundamentais da vida e do peregrinar de cada um dos seus membros, mais preparada estará para os desafios que se dão numa verdadeira comunidade, porque mais comunidade será.

Hoje, na pastoral, impõe-se a «necessidade de compreender a teologia da Igreja particular»⁹⁷. Quando esta reflexão estiver adquirida, a paróquia estará em condições para passar da esfera do poder eclesiástico para a esfera da corresponsabilidade e do serviço, onde toda a comunidade se sente implicada, por vocação, a ser um com os outros e para os outros. Outro repto que constitui um desafio permanente, porque nunca completamente alcançado, passa por «promover a pessoa na sua individualidade, ressaltar a sua dignidade, respeitar as

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

⁹⁷ P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, 23.

suas particularidades para que cada um não seja apenas um número no todo, mas tenha consciência do seu lugar eclesial e o exerça com liberdade e gratuidade»⁹⁸.

Um último aspeto, ainda neste tópico, prende-se com o fato da paróquia renovada conseguir transmitir a necessidade de superar o individualismo que infantiliza a relação com o transcendente. A paróquia deve promover uma espiritualidade adulta, que é característica da pessoa que sabe em quem confia e por que confia.

7. A paróquia capaz de evangelizar

O Papa Paulo VI referiu que a nossa identidade é evangelizar e, como tal, ao longo das últimas décadas tem havido uma dedicação muito considerável, por parte da Igreja e a teologia em geral, relativamente à questão da evangelização dos povos, com um anúncio sempre novo que, em contextos por vezes adversos, seja capaz de transmitir uma mensagem de esperança. A obra da evangelização, afirma o Concílio Vaticano II, é dever fundamental do povo de Deus, já que «toda a Igreja é missionária»⁹⁹. É por esta razão que a evangelização é, atualmente, um tema que suscita abundante reflexão, por constituir em si uma tarefa urgente e central na ação pastoral. Este perene desafio «não é só atual porque abundantemente tratado, mas também é tratado porque, em si mesmo, é de grande atualidade»¹⁰⁰.

A Igreja nunca perdeu de vista o seu impulso missionário, mas «a secularização acelerada da sociedade nestas últimas décadas, levantou a preocupação pela evangelização»¹⁰¹. É interessante, e simultaneamente preocupante, ver até onde é que esta dita secularização nos levou e, após rápida observação, conclui-se que o que há décadas atrás era

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ *Ad gentes*, 35.

¹⁰⁰ J. SOBRINO, *Evangelización e Iglesia en América Latina*, ECA, 1977, 723.

¹⁰¹ C. FLORISTÁN, *Para comprender la evangelización*, Ed. Verbo Divino, Estella 1993, 28.

convicção, hoje é opção. Os mandamentos divinos passam a ser *sugestões divinas* e, acima de tudo, a Igreja parece ser orientada por aquilo que dá certo, e não por aquilo que é certo.

Perante estas e outras características do nosso tempo, tais como a descristianização da sociedade europeia, a ambiguidade de algumas expressões religiosas tradicionais e a rutura entre a fé e a vida, é urgente o despertar de sensibilidades e atitudes que mostrem que a vitalidade da Igreja se mede, em parte, pela forma como dialoga com a cultura e evangeliza o mundo, ainda que encontrando contextos manifestamente áridos.¹⁰²

Tais factos, excessivamente reais, dão-nos conta de que evangelizar é a primeira prioridade da Igreja, é o seu objetivo fundamental. É, concomitantemente, uma forma de dar resposta e continuidade ao mandato de Jesus Cristo, que disse: «Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda a criatura» (Mc 16, 15).

Esta prioridade pastoral chegou também à paróquia, instituição que, salvo raras exceções, está muito pouco adaptada a esta missão. Deste modo, de seguida tratamos das principais potências evangelizadoras que à paróquia dizem respeito, partindo do pressuposto que «a paróquia deve evangelizar através de todos os meios próprios, especialmente através da catequese, liturgia e compromisso social»¹⁰³. Juntamente com esses meios, a paróquia deve contar com os dinamizadores dos mesmos, pároco, catequistas e colaboradores, que desempenham um papel fundamental no que diz respeito à promoção de uma autêntica vida de comunhão.

Antes de descrever, em dimensões específicas, as áreas e os meios onde, mais facilmente, a paróquia consegue chegar à vida concreta de cada pessoa, convém esclarecer por que razão, em muitos casos, a paróquia não consegue evangelizar. Não raras vezes, constata-se que a Igreja vive para si e para os *seus*, trabalha apenas para aqueles que,

¹⁰² CF. M. P. DOMINGUES, *A Paróquia como espaço de evangelização*, in *Communio* 1 (1990), 51.

¹⁰³ C. FLORISTÁN, *Para comprender a paróquia*, 91.

independentemente dos seus propósitos, são fiéis. Para reforçar o que anteriormente foi exposto, constata-se que «a atividade que se realiza hoje nas nossas paróquias aparece muito centrada na vida interna da própria comunidade, preocupada com os serviços e atenção aos praticantes»¹⁰⁴. A paróquia só adquire o seu verdadeiro sentido se for «casa de porta aberta ao mundo e às pessoas, escrevendo as pequenas páginas da história de cada dia em solidariedade com toda a gente»¹⁰⁵. Recorde-se que «à paróquia ocorre o povo simples nos momentos decisivos da vida»¹⁰⁶, sendo que nem todos se encontram motivados pela fé, encontrando-se apenas ao nível da religiosidade popular.

Cada vez mais a teologia deve, inevitavelmente, fazer esforços para dotar o seu estudo e investigação de um carácter de universalidade, pois o teólogo sabe-se unido com todos os outros discípulos do Senhor, não só enquanto estuda teologia mas também enquanto crê e se reconhece chamado a ser filho de Deus; «considera-se unido não só com quem se dedica à ciência, mas também com todos aqueles que acolhem a Palavra de Deus cuja inteligência persegue»¹⁰⁷. Portanto, na linguagem de Casiano Floristán, «a ação paroquial está centrada em tarefas *intra eclesiais*, esquecendo a missão no mundo». Pôr a Igreja a sair de si mesma, a deixar-se comunicar, sem perder a sua identidade e dinamismo próprio, é e será sempre um grande desafio, um repto nunca totalmente conseguido.

Outra dificuldade na evangelização paroquial consiste no facto de os leigos, que se dizem e assumem como comprometidos, terem muita dificuldade em encarnar, com a vida, um verdadeiro espírito de entreatajuda. São pouco solidários e, no pior dos casos, padecem de um individualismo atroz, o que não promove o bom e belo testemunho a que todo o batizado, por chamamento e vocação, é interpelado. Casiano Floristán refere que a missão evangelizadora da paróquia fica comprometida pelos «comportamentos ásperos e distantes,

¹⁰⁴ AA. VV., *Congresso Parroquia evangelizadora*, Edice, Madrid 1989.

¹⁰⁵ R. PRAT I PONS, *Tratado de teología Pastoral, Compartir la alegría de la fe*, Ed. Secretariado Trinitario, Salamanca 1997, 274.

¹⁰⁶ M. ALMEIDA DE SOUSA, *A realidade paroquial*, in *Cenáculo* 124 (1992), 58.

¹⁰⁷ R. PRAT I PONS, *Tratado de teología Pastoral, Compartir la alegría de la fe*, 280.

agarrados ao burocrático e ao legalista»¹⁰⁸. Muitas vezes, o complexo aglomerado de papéis e a perversão do Código de Direito Canónico, frequentemente posto à frente da Palavra de Deus, impedem o encontro vital com a vida de cada um, especialmente com aquele que, por alguma carência, tanto dele necessita.

Para conforto de muitos, «há quem pense que a paróquia evangeliza celebrando bem a liturgia»¹⁰⁹. Outros, nesta linha de pensamento, «pensam que evangeliza através da preparação dos sacramentos, sobretudo nos encontros preparatórios do batismo e do matrimónio»¹¹⁰. Se tudo isto é verdade, a paróquia deve, acima de tudo, dar testemunho de uma nova forma de ser e de viver as relações humanas. Este é o «caminho fundamental que a paróquia apresenta ao mundo»¹¹¹. A paróquia evangeliza, se for «sinal da nova humanidade, inaugurada em Cristo»¹¹²; evangeliza se existir «um clima sensível e atento ao acolhimento, à escuta, à consulta, à compreensão dos fiéis leigos empenhados nos vários meios temporais»¹¹³.

Não se pense, contudo, que os sacramentos são um mero adereço ou um instrumento acessório, pois estes, sendo sinais eficazes da graça, constituem o elemento nuclear para todo aquele que, amadurecendo a sua fé, quer verdadeiramente obter o remédio salutar e salvífico que cura, edifica e constrói. Contudo, as posições de extremo nunca foram pacíficas nem benéficas, e «a paróquia, estando fundamentalmente centrada na dimensão sacramental e não na conversão pessoal ou na evangelização libertadora, dificilmente será mediadora da evangelização através da liturgia»¹¹⁴.

¹⁰⁸ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 91.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ J. CALMEIRO MATIAS, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, 94.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ SÍNODO DOS BISPOS, *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo a vinte anos do Concílio Vaticano II. Instrumento de trabalho*, Secretariado Geral do Episcopado, 1988, 62.

¹¹⁴ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 92.

No que diz respeito a paróquias com especiais condições para promover uma evangelização eficaz, com uma boa metodologia e proposta, é justa uma menção a alguns espaços que, por conjunturas devocionais mais alargadas e reconhecidas, funcionam como paróquia-santuário. Se todas as paróquias possuem desafios acrescidos para congregar os fiéis com alguma estabilidade, na paróquia-santuário «embora se verifique uma ação centralizada e centralizadora, há um diferencial e uma heterogeneidade acrescida nos fiéis que participam»¹¹⁵. Torna-se um lugar de passagem com alta rotatividade de pessoas que, com as mais variadas intenções, acorrem ao santuário: pagam promessas, participam nos sacramentos, adquirem objetos religiosos, abastecem a sua religiosidade e retornam ao seu mundo quotidiano. Ou seja, atitudes como estas, não promovem a fidelidade mas, de forma muito sustentada, acabam por ser características de um cristão itinerante e descomprometido.

Não obstante a adesão de fiéis que diz respeito a este tipo de paróquia, não se fomenta um encontro pessoal e vital, promovendo-se antes um «anonimato alargado»¹¹⁶. Todavia, a pastoral que nestes locais vai ganhando consistência, acaba por alimentar uma religiosidade individualista, pronta a atender à expectativa de cada pessoa que ali chegou. O agente de pastoral implicado neste tipo de paróquia não deve ser ingénuo a ponto de pensar que consegue aniquilar e reverter todas as práticas alusivas ao individualismo e à falta de compromisso.

Porém, a partir do contexto que lhe é apresentado, e apesar da oscilação relativa à maturidade de fé de cada um, o desafio passa por um acolhimento personalizado e fraterno junto dos peregrinos. O plano pastoral que ali preside deve ser consistente, reflexo de uma profunda unidade diocesana e conhecido por todos. Não obstante, «a Eucaristia é o ponto culminante que resume todo o itinerário do peregrino rumo ao santuário»¹¹⁷. A paróquia-

¹¹⁵ P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, 20.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ AA. VV., *Pastoral de los santuarios, Documento final del Congreso Mundial de Pastoral de los Santuarios e Peregrinaciones*, 1992, 120.

santuário tem necessariamente que ser pedagógica, transmitindo assim que a fé não pode estar dissociada dos sacramentos. Nestes locais, deve-se privilegiar e promover o sacramento da reconciliação¹¹⁸ pois, muitas vezes, as pessoas acorrem a estes centros porque, nas paróquias onde residem, não é administrado com o bom acolhimento pastoral que seria desejável.

Apesar das amputações e das debilidades a que esta paróquia está sujeita, o desafio de quem a coordena passa, acima de tudo, por fazer perceber que «quando o peregrino encontra a misericórdia de Deus através da mensagem do santuário, este encontra alicerces para edificar o amanhã e transmitir aos irmãos a alegria da sua fé»¹¹⁹. Assim se percebe a importância de as dioceses darem particular atenção a estas paróquias e a estes centros, porquanto são unificadores de pontos muito díspares. Como tal, os bispos devem dispor para estes locais de clero bem preparado e, de preferência, de uma equipa sacerdotal sólida que, complementando-se na diferença, consiga fazer com que o peregrino viva o seu quotidiano a partir de uma experiência de fé consciente e inquietante. Mais ainda, a paróquia-santuário tem de conseguir levar a cabo a «passagem de uma experiência de fé, entendida como um culto religioso que se pratica, a uma vivência assumida do encontro com Jesus e da integração na comunidade eclesial»¹²⁰. Quando tal for conseguido, tudo na existência cristã deriva assim desse encontro pessoal com Jesus, encontro que muda a vida e lhe oferece um novo rumo.

O ministério sacramental da paróquia é um contributo imprescindível para revigorar os vínculos da fé na comunidade cristã. Tendo em conta que Casiano Floristán tem uma visão muito ampla sobre os inúmeros contributos e aspetos que, quando bem ordenados, fomentam uma evangelização consistente, referimo-nos agora ao magnânimo contributo que a paróquia pode dar no que concerne ao serviço aos doentes e à inevitável morte do cristão.

¹¹⁸ Cf. F. SULLIVAN, *L'Église dans le monde, La création de nouvelles paroisses et le manque de prêtres*, in *La documentation catholique* 2026 (1991), 398: «Os sacerdotes devem estar disponíveis para o sacramento da reconciliação, tanto a nível privado como a nível comunitário (...) e, tal como acontece em muitos outros setores da pastoral, deveria existir um grupo de sacerdotes bem preparados para acolher quantos se aproximam deste sacramento. Este processo poderia ser mais centralizado e, atualmente, é bom verificar que algumas Igrejas são locais favoráveis para que esta aproximação aconteça».

¹¹⁹ AA. VV., *Pastoral de los santuarios*, 122.

¹²⁰ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, Ed. Paulinas, Prior Velho 2011, 35.

Não será fácil para a sociedade e, muito concretamente, para os crentes, compreender a dor e o sofrimento humano, dado que estes, na maioria das vezes, surgem inesperadamente, tornando-se quase incontroláveis. A doença é, realmente, um dos maiores problemas que preocupa o ser humano. À luz da fé, o sofrimento é, no fundo, um mistério, pois Jesus aceitou-o e deu-lhe valor de redenção, embora não o tenha desvelado completamente¹²¹.

Porém, a investigação a que este trabalho procura ser fiel, não se prende, de todo, com uma reflexão sobre a problemática do mal e da doença em si mesma, mas antes em perceber como a paróquia, tendo presente esta inevitável realidade, consegue transparecer aquele que, de certa forma, deve ser um dos apostolados mais eficazes da Igreja, a pastoral dos doentes. Nas belíssimas e atuais palavras de Casiano Floristán, verifica-se que «a pastoral dos doentes é uma questão de maturidade e de amor; é um carisma ao serviço do doente para ser ajudado na provação e para que não se debilite a graça do batismo».¹²²

Neste sentido, e independentemente dos recursos da paróquia, a vários níveis, esta pastoral deve ser sempre encarada como um ministério da comunidade, ou seja, deve existir uma clara prioridade dos agentes responsáveis da comunidade na visita aos doentes, para que assim se desenvolva a preocupação do homem todo, isto é, «atenção corporal e assistência espiritual»¹²³. Em algumas paróquias, existe uma clara indiferença no que à pastoral dos doentes diz respeito, sendo que esta é muitas vezes confinada a uma perspetiva puramente sacramentalista, «reduzida a visitar o doente para lhe levar os sacramentos e o ajudar a morrer confortado com os últimos auxílios religiosos»¹²⁴. Qualquer agente de pastoral, clérigo ou não, deve ter bem presente que «a caridade não é inocente, a caridade contamina, compromete, faz assumir o sofrimento do outro»¹²⁵. É necessário que cada paróquia tenha

¹²¹ Cf. C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 189.

¹²² *Ibidem*, 190.

¹²³ *Ibidem*, 190.

¹²⁴ A. RODRÍGUEZ, *Pastoral sanitaria en la parroquia*, Edice, Madrid 1989, 247.

¹²⁵ L. MANICARDI, *Ao lado do doente, O sentido da doença e o acompanhamento dos doentes*, Paulinas, Prior Velho 2012, 51.

colaboradores discernidos que, uma vez dedicados ao ministério dos doentes, exercem essa missão com alegria e prudência.

É necessário ultrapassar o preceito/preconceito de, por exemplo, o doente receber a Eucaristia pouco tempo antes de morrer. Esta é entendida como o remédio para a última viagem, o viático. Este tipo de atitude não é, de todo, satisfatória, pois é necessário que a paróquia, representada no pároco e em agentes pastorais específicos, assuma compromissos que promovam a santificação dos mais débeis. Como tal, o doente não deve receber assistência espiritual somente no fim dos seus dias, mas todos os domingos. Deve existir, contudo, alguma regularidade. O pároco ou os ministros extraordinários da comunhão devem transmitir ao doente e a toda a família que também naquela casa, não obstante as dificuldades presentes, se celebra a páscoa semanal.

A missão da paróquia exige uma clara opção pelos mais fracos, sendo que sem opção pelos doentes, na sequência da opção pelos pobres, «não há pastoral verdadeira no mundo do sofrimento»¹²⁶. Nestes últimos anos, aumentou consideravelmente o número de doentes, de pessoas de terceira idade, de deficientes, «e em mais de metade das paróquias não há grupos organizados para dar atenção pastoral a este tipo de pessoas»¹²⁷. O doente¹²⁸ é a oportunidade magnânima para mostrar que a paróquia está ao serviço da Igreja, facilitando a comunhão de todos entre uma vida desfalecida e o amor de Cristo entregue até à morte.

Outro momento significativo em que a paróquia é chamada a «dar provas de si mesma» é na morte de um cristão, na morte de um dos seus membros, de um dos seus filhos. Sabe-se que o ministério principal da paróquia não é enterrar os mortos; não obstante ela tem a imprescindível missão de testemunhar a sua presença neste momento decisivo e único,

¹²⁶ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 191.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ L. MANICARDI, *Ao lado do doente, O sentido da doença e o acompanhamento dos doentes*, 51: «A propósito, é preciso libertarmo-nos de uma certa espiritualidade dolorista, que ainda hoje impregna a sensibilidade de muitos crentes».

«despertando a esperança numa vida plena de ressurreição»¹²⁹. A paróquia, tendo em conta a sociedade secularizada que a envolve, «pretende dar um novo sentido à celebração da morte com o testemunho de uma vida em conformidade com o Evangelho proclamado por Jesus morto e ressuscitado»¹³⁰.

Não poucas vezes se constata que a pastoral dos funerais está esvaziada de sentido, que as celebrações são completamente frias e impessoais, os ministros indiferentes à dor e à comunidade que sofre. No pior dos casos, estas celebrações equiparam-se a meros atos sociais, em que os motivos de cada um dos presentes são egoístas, visando interesses pessoais e promoção humana. Desde sempre, é bom e justo rezar pelos defuntos, com a celebração da Eucaristia incluída, «cujo sujeito responsável é a assembleia dos crentes, sendo o seu presidente um verdadeiro mestre na fé e ministro da consolação»¹³¹.

A paróquia é hoje chamada a olhar com grande sensibilidade para a celebração de exéquias, as quais são momento privilegiado de evangelização, visto que, apesar da prática religiosa ter diminuído, nos funerais encontram-se crentes, não praticantes e batizados não crentes. Porém, como escreve P. Llabrés, deve pregar-se sempre e com clareza a mensagem cristã a todos os presentes, porque assim superar-se-ão «as incertezas, ambiguidades e atitudes fechadas e ritualistas na celebração funerária»¹³².

Se é verdade que a paróquia evangeliza e cumpre a sua missão em momentos de dor e tribulação, esta também é chamada a potenciar a sua eficácia evangelizadora suscitando vocações para a totalidade dos ministérios cristãos. Casiano Floristán refere que «não basta a boa vontade»¹³³, mas em qualquer ministério é necessária uma preparação pessoal e ajustada, de modo a que se verifique a plena «aceitação de toda a comunidade»¹³⁴. A comunidade deve

¹²⁹ C. FLORISTÁN; M. USEROS, *Teología de la acción pastoral*, Ed. Católica, Madrid 1968, 463.

¹³⁰ C. FLORISTÁN, *Para comprender a paróquia*, 201.

¹³¹ *Ibidem*, 207.

¹³² P. LLABRÉS, *Teología y pastoral de la celebración cristiana de la muerte*, 1997, 23.

¹³³ C. FLORISTÁN; J-JOSÉ TAMAYO, *Conceptos fundamentales de Pastoral*, 714.

¹³⁴ *Ibidem*.

potenciar sempre corações disponíveis para, sem reservas, encarnarem o compromisso radical e de fidelidade no sentido de, mais tarde, assumirem eficazmente o pastoreio eclesial.

Uma vez implementada a pastoral missionária, constata-se que, de forma louvável, se percorre um caminho que vai da sacramentalização até à evangelização. Neste sentido, «nota-se nesta pastoral uma certa abertura às áreas sociais e uma clara sensibilidade pela vida concreta»¹³⁵, o que faz com o que presbítero seja compreendido como evangelizador e não administrador sacramental, «educador da fé e não professor de religião»¹³⁶. A pastoral missionária nunca deve perder de vista o seu horizonte e fim último, ou seja, fazer crescer a Igreja e transparecer que a missão parte da Igreja. É preciso que surjam novos estilos de comunidades cristãs, onde seja possível interpelar e mudar uma história à luz da fé.

8. O Conselho Pastoral Paroquial

Como é sabido, a reforma conciliar da Igreja fez com que se operasse uma autêntica mudança de paradigma no que concerne ao contributo dos leigos e, por conseguinte, à sua (co) responsabilidade eclesial. Esta nova imagem, saída do Concílio Vaticano II, apresenta-nos «uma comunidade, ativa e responsável, dentro da qual existem diversos ministérios que englobam todos os fiéis»¹³⁷. Neste sentido, um meio prático e atual para todos compreenderem que são chamados a envolverem-se nas dinâmicas nucleares da vida da comunidade é o conselho pastoral paroquial, «criado para fomentar a participação dos paroquianos na comunidade pastoral e no seu projeto, a fim de transformar a paróquia numa comunidade cristã viva»¹³⁸. O cristão leigo deve, necessariamente, encarnar o percurso de uma identidade concreta pois, por vocação, «todos devem ser plenos participantes de uma

¹³⁵ C. FLORISTÁN, *Para compreender a evangelização*, Gráfica de Coimbra, 73.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ J. M. CASTILLO, *Los ministerios en la Iglesia: de una valoración clerical e una instancia comunitaria*, Sal Terrae, 1974, 22.

¹³⁸ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 83.

comunidade toda ela ministerial, onde os diferentes serviços e ministérios são assumidos em vista da sua utilidade, do bem e do crescimento comuns»¹³⁹. Esta é a espiritualidade fundante que deve assistir todo aquele que, com seriedade, encara este organismo como meio de promover, mais e melhor, a comunidade à qual pertence.

Casiano Floristán afirma que este organismo não é diretamente instituído pelo Concílio Vaticano II, embora tenha nele o seu fundamento. O Concílio a todos compromete na edificação de um trabalho construtivo em prol de um bem maior, sendo o conselho pastoral paroquial exemplo disso, pois «os leigos têm a faculdade, e às vezes o dever, de expor o seu parecer acerca dos assuntos que dizem respeito ao bem da Igreja... através de instituições para isso criadas»¹⁴⁰. Casiano Floristán atesta ainda que este organismo também não tem a sua origem e o seu termo na paróquia, sendo que «o conselho pastoral paroquial deduz-se, pois, por analogia, do conselho pastoral diocesano»¹⁴¹. Por vezes, pode existir a tentativa de o burocratizar em demasia, esquecendo que o que verdadeiramente preside à sua natureza é a componente teológica/eclesial, e não a jurídica como, ao longo destas linhas, se pode intuir.

Dentro da riqueza que pode advir, a vários níveis, do bom funcionamento do conselho pastoral paroquial na vida da comunidade, «as suas principais funções passam por conhecer a realidade a evangelizar, criar e desenvolver a comunidade paroquial, programar a ação pastoral em cada um dos seus setores, coordenar todas as iniciativas, servir de plataforma de reflexão e ser promotor de unidade a todos os níveis»¹⁴². Se a organização e a participação de todos não pode ser mais completa, deve ser adequada à realidade pastoral. Contudo, nunca se deve esquecer que a vida cristã e pastoral traz, no mínimo, a exigência participativa e comunitária.

¹³⁹ M. C. BINGEMER, *Viver como crentes no mundo em mudança*, Paulinas, São Paulo 2014, 86.

¹⁴⁰ *Lumen Gentium*, 37.

¹⁴¹ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 85.

¹⁴² *Ibidem*.

Como se sabe, por razões práticas e pastorais, o conselho pastoral paroquial não pode ser composto por todos os membros da paróquia, daí que «uma pequena equipa de pessoas representativas assume a responsabilidade de planificar a caminhada da comunidade paroquial»¹⁴³. Todavia, este grupo tem que ser a voz de toda a comunidade, ou seja, a comunidade tem que se sentir representada e ouvida. No conselho pastoral paroquial, «o leigo é portador de valores religiosos na sua própria vida, devendo participar no poder de decisão em questões eclesiais»¹⁴⁴. Não se trata de suprimir a função do pároco, mas dar novo sentido de responsabilidade ministerial.

Torna-se ainda digno de nota salientar que o conselho pastoral paroquial deve, obrigatoriamente, saber respeitar a vivência de fé e os ritmos pastorais vigentes, pois o que está previsto nos estatutos das dioceses portuguesas, «é para uma fase avançada da organização da corresponsabilidade, e não para o começo»¹⁴⁵. O cuidado a ter com as exigências da pedagogia pastoral constituirá sempre um repto atual, independentemente da realidade. Na pastoral, o processo não pode ser o da imposição rígida, mas o de uma catequese contínua e crescente. Como refere o reconhecido pastoralista Júlio Ramos, «a identidade paroquial nunca deve ser uma imposição, mas resultado do diálogo e da escuta mútua de todos os que compõe a paróquia»¹⁴⁶.

Se é importante compreender a génese, espiritualidade e importância do conselho pastoral paroquial na missão evangelizadora e no serviço à vida da comunidade cristã, torna-se fundamental perceber como funciona realmente este organismo, ou seja, como é composto e constituído. Como se poderá atestar adiante, estas questões têm pertinência, tanto a nível prático e pastoral, como a nível teológico. Neste sentido, importa perceber que o conselho pastoral paroquial é composto pelo pároco, sacerdotes e diáconos, caso haja, por

¹⁴³ C. FLORISTÁN; J-JOSÉ TAMAYO, *Conceptos fundamentales de Pastoral*, 715.

¹⁴⁴ *Ibidem*, 714.

¹⁴⁵ J. ALVES, *Conselho pastoral paroquial como órgão de corresponsabilidade*, in *Communio* 1 (1990), 82.

¹⁴⁶ J. A. RAMOS, *Teología Pastoral*, 343.

representantes de comunidades religiosas sediadas na paróquia. Tanto o caso dos diáconos, como o dos religiosos, são pouco frequentes, sobretudo em paróquias mais rurais. A maioria dos membros do conselho pastoral paroquial são leigos, «podendo o seu número oscilar entre os 10 e 15»¹⁴⁷. Convém esclarecer que sendo este organismo meramente consultivo, as decisões fundamentais da paróquia não se estabelecem por votação, tentando-se assim apurar uma suposta maioria. Os membros que compõem o conselho pastoral não se devem coibir de aconselhar, mas o pároco continua com plena liberdade e autonomia para decidir e decretar. Promover-se-ão, desta forma, decisões mais dialogadas e unânimes.

Por fim, o conselho pastoral deverá elaborar o seu próprio estatuto ou regulamento, de acordo com as normas nacionais ou diocesanas, onde se defina a sua composição, nomeações, competências e funcionamento, «segundo as dimensões da paróquia e o seu grau de maturidade pastoral»¹⁴⁸. O conselho pastoral paroquial é, pois, um instrumento valioso, para que a vida e a ação da comunidade se desenvolvam de maneira harmónica com a participação responsável e efetiva de todos os membros. Não é mais uma estrutura ao lado de outras, «é um organismo vivo a integrar e dinamizar todos os setores da paróquia, com o objetivo de realizar a sua vocação e missão»¹⁴⁹.

Perante o exposto, será fácil compreender as interpelações deixadas por João Paulo II, quando apontava «a valorização cada vez mais convicta, ampla e decidida dos conselhos pastorais paroquiais»¹⁵⁰. Quem beneficia da promoção deste organismo é toda a estrutura paroquial, toda a comunidade, que se vê chamada, juntamente com toda a Igreja, a uma renovação orgânica e funcional no sentido de estar cada vez mais ao serviço dos homens, para os ajudar a viver a sua dimensão comunitária e ser, para eles e com eles, expressão da sua vida religiosa.

¹⁴⁷ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 86.

¹⁴⁸ *Ibidem*, 87.

¹⁴⁹ J. ALVES, *Conselho pastoral paroquial como órgão de corresponsabilidade*, 81.

¹⁵⁰ PAULO PP VI, *Motu Proprio Ecclesiae Sanctae*, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966), 214.

9. Limitações da paróquia

Independentemente do tipo de paróquia que se está a tratar, encontram-se sempre dificuldades pastorais que caracterizam um pouco a génese desta instituição. A síntese que, de seguida, apresentará as limitações deste organismo, procura mostrar que quando não se conseguem obter respostas adequadas aos desafios atuais, exigentes e inquietantes, torna-se premente encontrar e desenvolver uma proposta pastoral renovada.

A paróquia é uma estrutura basilar para a experiência de fé vivida de forma comunitária mas, por vezes, fica aquém do pretendido, sendo necessário pensar numa outra forma de a empreender, estruturar e organizar. Neste sentido, torna-se importante assinalar o contributo de Enzo Bianchi que, com grande objetividade, reflete este organismo, referindo «a preocupação de que a comunidade cristã, a paróquia – e, por conseguinte, cada cristão – seja verdadeiramente evangelizada, alcance uma fé madura e refletida, antes de ser lançada na evangelização, na missão, dedicando a estas a maior parte das suas energias»¹⁵¹. Esta insistência obsessiva sobre a evangelização não põe em evidência, de forma adequada e proporcional, o dever e o empenhamento de «crescer em tudo para aquele que é a cabeça, Cristo» (Cf. Ef 4, 15), a necessidade de uma dimensão testemunhal que comprometa a vida.

Consequentemente, Casiano Floristán, assume, em primeiro lugar, que a paróquia se depara, muitas vezes sem grandes alternativas, com um conservadorismo tradicional profundamente enraizado. Como é sabido, «o código genético da paróquia foi, durante muito tempo, o costume, o preceito, a obrigação e a proibição»¹⁵², o que ainda se nota hoje. Neste sentido, as dificuldades são acrescidas, no que concerne ao apostolado junto dos batizados que há muito, e por razões diversas, se afastaram da fé cristã. Como não se vive um dinamismo

¹⁵¹ E. BIANCHI; R. CORTI, *A paróquia*, Ensaios, Paulinas, Paulus 2006, 5.

¹⁵² C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 36.

missionário interior, a paróquia não consegue estender a sua missão a ambientes que lhe são periféricos. Vive-se assim uma «fé herdada, mas não comprometida e testemunhada»¹⁵³.

Não raras vezes, a teologia debruça-se sobre a tendência crescente que se denomina de *religião à la carte*. Este é outro problema irremediavelmente implementado no quotidiano de qualquer paróquia, e agrava-se no que diz respeito aos sacramentos, como se analisou anteriormente. Casiano Floristán, que cedo se apercebeu desta tendência, rapidamente concluiu que a paróquia exerce, inevitavelmente, um sacramentalismo ritual. O corpo vivo que a compõe só se reconhece como tal na liturgia, ou seja, «a assembleia paroquial é praticamente a assembleia eucarística»¹⁵⁴, sendo extremamente complicado reunir os paroquianos para fins que não sejam de índole celebrativa. Posto isto, a paróquia acaba por, infelizmente, colaborar ativamente para uma crescente banalização dos sacramentos, ou seja, administra-os porque, na maioria das vezes, quem os pede, fá-lo por mera tradição ou para cumprir um ritual que há muito se impôs no núcleo familiar. Assumindo a definição de Peter Berger, que se tornou clássica, verifica-se que «a religião constitui uma empresa humana que cria um cosmos sagrado»¹⁵⁵. Sendo assim, a paróquia vê-se limitada, não fomentando a educação da fé, o sentido de pertença ou o desafio ao compromisso.

Nem sempre se procura o verdadeiro sentido daquilo que se faz e, como tal, verifica-se que, não raras vezes, a paróquia serve como uma plataforma razoavelmente eficaz para, à medida do desejo de cada um, se possa enveredar por interesses que, infelizmente, nem sempre são os do serviço gratuito e oblato. A comunidade paroquial tende a esmagar-se em querelas organizativas e interesseiras, pois resiste a deixar-se construir inteiramente pelo Espírito de Deus, que é a sua alma¹⁵⁶. Desta forma, compreende-se que a paróquia não é composta de um corpo uno, mas enfrenta, continuamente, uma dispersão de interesses, aquilo

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Ibidem, 37.

¹⁵⁵ P. BERGER, *The sacred Canopy, Elements of a sociological Theory of Religion*, New York 1967, 56.

¹⁵⁶ Cf. J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 333.

a que Casiano Floristán denomina de «heterogeneidade ideológica»¹⁵⁷. A reconciliação e a unidade não devem ser compreendidas como uma utopia ou qualquer possibilidade longínqua, perdida no passado, mas a sólida referência cristã patente naqueles a quem, por força do ministério, são chamados a ser arquitetos da unidade.

Outra dificuldade pastoral que, por força das circunstâncias, tende a impor-se no ritmo de vida dos crentes vinculados a uma comunidade paroquial é, inevitavelmente, a força política. Casiano Floristán concebe que, em cada paróquia, existe um variado leque de tendências políticas; não obstante, a história da Igreja atesta, com muita clarividência, que a união trono-altar, em último recurso, não é benéfica para nenhuma das partes e, como tal, «a paróquia desconfia da ação política»¹⁵⁸. Acima de tudo, «a comunidade eclesial de base não pode confundir-se com uma célula político-partidária»¹⁵⁹, pois o centro e a coordenada orientadora da comunidade terá que ser sempre o Evangelho, e nunca o confronto ideológico entre os seus membros. O desafio será, em qualquer circunstância, estar no mundo sem ser do mundo, ou seja, «viver comprometido com os problemas que afligem os homens, mas tendo critérios diferentes»¹⁶⁰. Seja qual for o contexto, o tempo da Igreja tem de ser cronometrado por uma fraternidade vivida e reconhecida.

Sobretudo nas zonas rurais, a pastoral depara-se com uma exagerada centralidade relativamente à figura do pároco, excluindo-se assim o contributo de outros sacerdotes e leigos na dinâmica paroquial. Esta atitude, que não é saudável, acaba por revelar dependência, não fomentando que cada um potencie eficazmente os seus dons e talentos. Qualquer pároco se depara hoje com inúmeros problemas e dificuldades, não conseguindo, por exemplo, que a caridade promovida seja reflexo daquela que impulsionou a Igreja nascente. Como tal, a sensação é a de que a pastoral socio caritativa acaba por ser condicionada pelos protocolos de

¹⁵⁷ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 37.

¹⁵⁸ *Ibidem*, 38.

¹⁵⁹ J. CALMEIRO MATIAS, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, 106.

¹⁶⁰ *Ibidem*, 109.

que depende para subsistir, «levando a uma quase estatização das iniciativas que, em vez de serem prioritariamente pastorais, acabam sendo atividade social de empresas onde a comunidade não se revê, porque julga que tudo está garantido pelos ditos protocolos e onde os próprios pastores têm dificuldade em assumir a sua identidade evangélica»¹⁶¹. A paróquia há muito que se desviou desta fundante dimensão da caridade fraterna, equiparando-se a uma grande instituição onde convergem uma série de objetivos que, na maioria dos casos, não tem o pobre como prioridade.

As condicionantes com que a missão da paróquia se depara não ficam por aqui. Deve-se, com legitimidade, acrescentar que, para Casiano Floristán, esta integra-se com muita dificuldade e lentidão num espaço humano. A paróquia hoje, devido a inúmeras mudanças sociológicas e aos sinais dos tempos, não impera, não tem a última palavra. É chamada a dialogar, a ser parte num todo, a fazer-se ouvir e a cooperar. Mais do que nunca, «o futuro da paróquia passa por uma profunda transformação»¹⁶² pois, alterando, de forma substancial, o seu modo de ser e agir, encontra condições para continuar a existir como «comunidade cristã em território, promovendo a sua realização de forma histórica, adequada e eficaz»¹⁶³.

A Igreja deve respeitar a autonomia secular, sem abdicar de intervir na ordem dos valores, na construção da cidade terrestre. Este é o desafio sempre novo e atual que é apresentado a uma instituição que, cada vez mais, tem que interpelar, tem que se transformar de forma personalizada e testemunhal, para conseguir promover o encontro verdadeiro. Toda a reflexão traçada até aqui compreende a paróquia em si mesma, num estilo que já vem de longe. Como se concluiu, uma pastoral que se pauta apenas por critérios territoriais, numéricos ou geográficos não é satisfatória. A reflexão que se segue, para além de tentar colmatar as insuficiências, a vários níveis, apresentadas pela paróquia tradicional, vem mostrar que é urgente vencer a distância, superar o risco, criar comunhão, diversificar

¹⁶¹ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 37.

¹⁶² S. LANZA, *La parrocia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, 78.

¹⁶³ *Ibidem*.

serviços e fazer da comunidade, não territorial mas humana, uma casa comum, sempre aberta a todos.

A paróquia tradicional configura-se num quadro de valores que formaram heróis e santos, homens e mulheres de nobres sentimentos e grande capacidade, gente humilde de sabedoria provada na vida e resistente à intempérie a que estava sujeita, jovens que sonham e realizam ideais de notável grandeza e generosidade. Apesar do testemunho que esta época deixou e das marcas que imprimiu na história, as vozes da modernidade foram, progressivamente, cavando os alicerces da cultura paroquial.

II. O CAMINHO DAS UNIDADES PASTORAIS

Toda a literatura sobre a paróquia, a partir de 1965, embora não anuncie simplesmente o seu desaparecimento preconiza, pelo menos, a revisão da ideia desta instituição, que deveria criar-se a partir da junção de pequenos grupos afins, constituídos na base das relações de proximidade. Sobre estes alicerces seriam, assim, edificadas verdadeiras comunidades cristãs¹⁶⁴. Neste sentido, a reflexão que aqui se pretende desenvolver tem presente, como desafio de primeira linha, mostrar que os «limites territoriais e geográficos não garantem a sobrevivência da paróquia»¹⁶⁵. A crise da paróquia, quando assumida e enfrentada, pode converter-se num «evento de graça»¹⁶⁶, na medida em que provoca e estimula o surgimento de novos mecanismos pastorais. Estas respostas, mais do que anunciar mudança, constituem uma metáfora eficaz que, cheia de sentido, completa e orienta a missão e a identidade da Igreja.

1. Uma Igreja em mudança

A Igreja, ao longo dos tempos, foi permanentemente desafiada a encontrar métodos para se fazer presente e atuante no contexto sociocultural em que estava inserida, mas, ao analisar a história do cristianismo, percebe-se facilmente que este foi um facto nem sempre conseguido. As metodologias adotadas pela Igreja para responder às exigências dos «sinais dos tempos»¹⁶⁷ constituem, efetivamente, «o instrumento da sua auto compreensão e do seu agir»¹⁶⁸. Como é do conhecimento geral, «a atual inquietação espiritual latente ou declarada, a secularização dos costumes e o laicismo dos estados, a perda de referências, o relativismo redutor, a desagregação das comunidades pelo individualismo da cultura dominante, a

¹⁶⁴ Cf. A. BORRAS; G. ROUTHIER, *A nova paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra 2010, 43.

¹⁶⁵ A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, EDB, Bologna 2003, 14.

¹⁶⁶ *Ibidem*, 195.

¹⁶⁷ SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS, *Viver o Concílio, «Relação» Final*, I, nº6, Secretariado Geral do Episcopado, 2ª edição, Lisboa 1986, 40: «Dado que o mundo está em contínua evolução, convém que os sinais dos tempos sejam submetidos a uma renovada análise, a fim de que o anúncio do Evangelho seja escutado de modo mais claro e a atividade da Igreja se torne mais intensa e mais eficaz para a salvação do mundo».

¹⁶⁸ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 167.

globalização dos modelos, a multiplicação de paradigmas e a busca de novas racionalidades e epistemologias»¹⁶⁹ não se compadecem com a perpetuação de modelos pastorais que, desde há muito, ficam aquém dos desafios da sociedade hodierna. Perante transformações tão evidentes ao nível da realidade sócio eclesial, percebe-se que o tecido paroquial multissecular não resolve todas as questões dos tempos que correm. Portanto, daqui advém a necessidade de se refletir, hoje, sobre a problemática de uma Igreja em mudança que, não ficando estagnada sobre si mesma, descobre a necessidade de interpelar o mundo a partir de uma profunda conversão interior.

Ao analisar as intervenções do atual Pontífice, Papa Francisco, um homem que alerta, sem fingimento, para os problemas do tempo presente, intui-se claramente que os desafios lançados vão no sentido de uma purificação da Igreja a partir de dentro. Só assim, assumindo os erros e procurando reconstruir-se, é que ela está apta para evangelizar o mundo.

É urgente voltar às fontes, pois, ainda que de forma limitada, é sempre possível potenciar os recursos existentes e promover aquilo que na Igreja recebemos gratuitamente, como dom. Neste sentido, Bernard Genoud, numa carta sobre planificação pastoral, refere que «precisamos de tomar consciência de que a Igreja já não tem, no mundo e na sociedade, o lugar que teve até agora»¹⁷⁰. Com toda a humildade, a Igreja deve propor a fé, ser testemunho da fé. A pastoral de acolhimento deve, cada vez mais, tornar-se uma pastoral da proposta, um caminho a prosseguir com outrem, seja ele quem for. A preocupação da pastoral, mais do que renovar estruturas ou propor novas planificações, deve ser a de promover uma cultura da proximidade, uma solicitude próxima das reais questões dos grupos humanos na atualidade¹⁷¹, visando assim uma autêntica comunhão de comunidades onde se cruzam vidas e se promove, com propriedade, aquilo que cada qual pode partilhar.

¹⁶⁹ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 29.

¹⁷⁰ B. GENOUD, *Abrir-se ao futuro com confiança*, Carta Pastoral, Lausanne 2003.

¹⁷¹ Cf. C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 57.

Se até agora se tratou, de forma específica, a paróquia, segundo as perspetivas e interpelações de Casiano Floristán, constata-se que hoje a configuração da sociedade, da família e do próprio ser humano não é a mesma de há algumas décadas atrás. Hoje os fiéis já não têm a consciência de pertença à comunidade paroquial de onde são naturais ou onde residem, como houvera outrora. A Igreja não pode ficar alienada dessas transformações pois, de contrário, corre o perigo de se tornar numa instituição escrupulosa, mas fora do mundo, ou seja, não vive com os problemas, mas deles se mantém apartada.

Para Casiano Floristán, «a paróquia tem-se assumido num estilo de Igreja equiparado a uma grande instituição, e não como uma rede de comunidades»¹⁷². Urge, portanto, repensar uma pastoral em que esteja suficientemente presente o encontro com Jesus Cristo, «através do encontro com as suas testemunhas»¹⁷³. O autor constata que depois do Concílio Vaticano II, a doutrina é abundante nas diretrizes que propõe ao insistir na necessidade da criação das comunidades eclesiais. A este respeito, é interessante verificar que se existem pessoas que, ingenuamente, pensam que a Igreja nasceu com o Concílio Vaticano II, deixando de lado o magistério e a tradição, existem outras que ainda estão longe de interiorizar e de assumir os seus conteúdos, o que, na verdade, não ajuda a alicerçar o verdadeiro espírito comunitário e unificador. A mensagem proposta é clara, pois «sem comunhão não há comunidade, e sem esta a Igreja não é fiel a si mesma»¹⁷⁴. É evidentemente «necessário caminhar de forma pedagógica, persistente e englobante, para uma Igreja que surja como comunhão de comunidades»¹⁷⁵. Isto não quer dizer que se tenha de desprezar o atual conceito de paróquia pois, embora esta já não consiga quadricular ou cobrir a totalidade do espaço geográfico e, sobretudo, social, «tem e terá um papel imprescindível para traduzir a memória cristã num lugar»¹⁷⁶. Com estes contributos, o objetivo não passa tanto por afirmar que a paróquia é uma

¹⁷² C. FLORISTÁN; J-JOSÉ TAMAYO, *Conceptos fundamentales de Pastoral*, 712.

¹⁷³ A. JANELA, *Igreja presente na cidade*, in *Communio* 1 (1990), 27.

¹⁷⁴ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 112.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 40.

instituição em perigo, mas por colocar em linha de reflexão a verdadeira essência de uma comunidade que, por conhecer a vulnerabilidade das circunstâncias, procura adaptar-se e promover-se, sem perder de vista a matriz que a identifica.

A Igreja, ao perspetivar o futuro, reconhece sempre quanto foi e onde operou, pautando-se assim por uma consciência objetiva. Para que passe da situação de cristandade em que ainda vive, com as suas características organizacionais centralizadas no clero, a Igreja «necessita de processos de renovação e de mudança, de projetos operativos que integrem o conjunto do Povo de Deus e a diversidade dos seus ritmos, a progressividade da evangelização, a acertada inserção e a espiritualidade comunitária»¹⁷⁷. Neste sentido, as unidades pastorais, entre outras razões que a seguir serão analisadas, fazem com que a Igreja não perca a sua autenticidade, na medida em que reavivam e refletem todo o apostolado.

Não se pense, contudo, que refletir as unidades pastorais é tarefa fácil, concisa e clara, pois trata-se de um tema complexo, ainda em descoberta. Acima de tudo, procura ser uma nova forma de articulação na Igreja. Trata-se de um tema que a todos enche de elevadas expectativas, pela novidade que comporta. Não obstante, consegue impregnar noutros um certo anseio, que advém do facto de estas não serem, ainda, muito conhecidas e estudadas.

Todavia, convém explanar que o conceito de unidade pastoral tem a ver com a «articulação orgânica de todos os recursos pessoais, espirituais e materiais duma comunidade que assim se coloca ao serviço da missão»¹⁷⁸. Se a Igreja hoje necessita de apresentar novas formas e propostas pastorais, estas não dispensam a habilitação própria de cada crente, que assim irá agir como corresponsável na missão. O modelo pastoral que nunca está sujeito às intempéries da moda é aquele onde os batizados assumem com a vida a medida alta da sua identidade cristã.

¹⁷⁷ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 113.

¹⁷⁸ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 20.

Neste âmbito, a reflexão seguinte procura, na medida possível, especificar o conceito e afastar o preconceito que muitos manifestam em relação às unidades pastorais, ampliando-o depois para aquilo que são as reais necessidades do povo de Deus. Será justo referir que as unidades pastorais comportam uma profunda revisão de várias lacunas eclesiológicas.

Estas, não são fruto de uma Igreja que fica estagnada perante um mundo em mudança, se bem que não é só o mundo que sofre metamorfoses ao longo dos tempos, mas também a própria Igreja, nas suas mais variadas formas. Este novo mecanismo organizacional é o resultado da Igreja que «sabe pôr-se a caminho»¹⁷⁹, ou seja, a caminho de uma presença significativa na sociedade, com a firme convicção de que o futuro desejável lança raízes no presente possível.

E porque o horizonte da Igreja deve compreender, acima de tudo, as urgências e as necessidades das pessoas, Valentino Grolla apresenta algumas causas/pressupostos a ter em conta aquando da criação de unidades pastorais, tais como uma «nova mentalidade de comunhão-responsabilidade que deve preceder a resposta à urgência»¹⁸⁰, uma pastoral renovada, mais missionária e uma cura pastoral que promove todo o povo de Deus. Promove-o, valorizando-o nos diversos ministérios, reconhecendo sempre a sua matriz batismal e cultural. Nas unidades pastorais está patente a preocupação dos crentes se realizarem como Igreja de batizados. Os diversos ministérios, ao serviço do mistério, põem em evidência a Igreja una e plural. Portanto, quando solidamente pensadas e promovidas, num contexto de mudança, as unidades pastorais podem ser, legitimamente, a nível local e prático, o coração da nova evangelização.

Quando existe a pretensão de refletir algum tema com razoável profundidade, é sempre enriquecedor munir-se das diversas perspetivas e contributos que existem sobre o mesmo. Neste caso, se anteriormente foram elencadas, a partir da ótica do pastoralista italiano

¹⁷⁹ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 180.

¹⁸⁰ V. GROLLA, *Unità Pastorali, nel rinnovamento della pastorale parrocchiale*, EDR, Roma 1996, 54.

supracitado, causas sumárias que conduzem à criação de unidades, julgo particularmente importante ter em conta os contributos do autor que, de forma pertinente e consciente, tem vindo a ser o fio orientador desta investigação, ou seja, Casiano Floristán. Antes de mais, este começa por evidenciar que as unidades pastorais são efetivamente «uma nova situação social e eclesial, fruto da secularização da sociedade, do vertiginoso abandono crente da prática religiosa e do despovoamento das zonas rurais e conseqüente crescimento de núcleos urbanos»¹⁸¹.

Outro pressuposto que, na visão do autor, abriu caminho às unidades pastorais é o facto de a Igreja ainda sofrer com a inércia do passado, o que conduz a uma falta de modelos e de referências, mesmo a nível pastoral/prático e, neste sentido, as unidades pastorais, apesar de ainda não ser possível avaliar os seus resultados e fazer uma retrospectiva da sua implementação, surgem como uma semente de esperança que, com o seu dinamismo, procura uma Igreja onde se promove a ação orientada, a missão e a corresponsabilidade. As unidades pastorais comportam, assim, uma autêntica mudança de mentalidade, de atitude, de comportamento, de formação, de preparação e de estruturas, a fim de que, a ação evangelizadora por elas promovida, possa produzir os frutos desejados. A mudança, embora difícil e pouco cómoda, gera sempre crescimento e aprendizagem.

Como se poderá detetar, este conceito procura estabelecer e reafirmar uma nova mentalidade, a da Igreja comunhão, «tratando-se precisamente de viver a comunhão no espaço eclesial mais próximo às pessoas»¹⁸². Apesar de as unidades pastorais constituírem, de certa forma, rutura e perplexidade, são o eco de uma Igreja que reclama mudança. Mais do que um tema da moda, são caminho para dar resposta às necessidades pastorais de hoje. Como tal, possuem um sentido muito ativo, pois exigem todo um «repensar do método de trabalho

¹⁸¹ C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, Centro Iberoamericano de Editores Paulinos, Madrid 2002, 1530.

¹⁸² G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 146.

pastoral programado a nível interparoquial ou diocesano»¹⁸³. Mas, acima de tudo, este mecanismo, ainda em descoberta, diz respeito a todo o povo de Deus¹⁸⁴, e não apenas aos agentes pastorais mais diretos ou, somente, ao clero. As unidades pastorais devem ser vistas por todos como um perene desafio, pois também são reflexo dos alertas que a Igreja recolhe a partir dos manifestos sinais e metamorfoses da sociedade em que está inserida. Para tempos novos, soluções novas!

2. A pastoral de conjunto

Casiano Floristán sempre refletiu o sentido e a importância fundamental da pastoral de conjunto, ou seja, da existência de uma planificação comum capaz de congregar e equilibrar as oposições que, por força das circunstâncias, se vão impondo. Para o autor, «a ação pastoral planificada que conduz à pastoral de conjunto é a resposta específica, consciente e intencional às necessidades da evangelização»¹⁸⁵. A pastoral de conjunto surgiu em França e baseia-se numa profunda reflexão teológica capaz de unir a teoria e a prática. Este mérito é, na verdade, uma aspiração suprema de toda a pastoral. Tornou-se necessário o aparecimento de um plano pastoral novo ao serviço da eficácia da missão da Igreja. Muitas vezes, «a Igreja e o mundo caminham em sentidos paralelos, ou seja, não existe um encontro efetivo»¹⁸⁶. Este tipo de pastoral procurou reafirmar que a relação e o diálogo da Igreja com o mundo é um desafio de sempre, nunca completamente conseguido. Descobre-se assim uma autêntica teologia da missão.

Sem uma proposta devidamente coordenada e direcionada, as comunidades caminharão ao ritmo das suas próprias incertezas e dispersões. Sendo assim, para levar a cabo

¹⁸³ Cf. DIOCESI DI MILANO, *Sínodo de Milão*, 47, *Le Unità Pastorali nella Pastorale d'Insieme*, Centro Ambrosianon, Milano 1995, 207.

¹⁸⁴ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 20: «A unidade pastoral é um mesmo corpo eclesial que tem Cristo como cabeça e onde nenhum membro é considerado como dispensável».

¹⁸⁵ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 232.

¹⁸⁶ J. A. RAMOS, *Teología Pastoral*, 50.

a ação pastoral são necessárias estruturas sólidas, capazes de ser o ponto de convergência dos problemas, anseios e necessidades que, constantemente, assolam a vida das pessoas. Quer isto dizer que «a vida eclesial organiza-se desde estruturas comunitárias concretas, que se irão encontrar num âmbito mais amplo da comunhão eclesial»¹⁸⁷. Toda a comunhão e expressão sacramental têm lugar numa comunidade concreta, por isso constata-se que esta identidade comunitária assume um rosto e ganha forma na paróquia, na diocese e na Igreja universal.

Tomando um ponto de referência que permita facilmente chegar à paróquia, analisa-se que a nível intradiocesano são privilegiadas duas estruturas hoje enraizadas e adquiridas, nomeadamente, o arceprelado e a zona pastoral. Antes de analisar estes dois organismos ativos, convém referir que, precedendo o arceprelado e a zona pastoral, «atualmente beneficiamos dos contributos levados a cabo durante a reflexão sobre a pastoral de conjunto, pois as paróquias hoje não se compreendem através de uma unidade isolada e independente, mas vivem plenamente inseridas numa unidade diocesana»¹⁸⁸.

O arceprelado é uma divisão territorial diocesana que, abarcando várias paróquias, tem o objetivo de congregar todos os presbíteros, e a sua ação pastoral, num mesmo território. Verdadeiramente, «o arceprelado é hoje peça chave na pastoral de conjunto, como ponte entre a diocese e a paróquia»¹⁸⁹ ou, por outras palavras, a unidade da pastoral paroquial. Também nesta renovação da orgânica paroquial, que a Igreja chama de unidade pastoral, apela-se que «várias paróquias vizinhas possam unir-se em grupos peculiares, como o são os arceprelados»¹⁹⁰. A paróquia é chamada a inserir-se no arceprelado, isto é, a «entrar numa dinâmica de solidariedade, para também assumir os problemas que afetam outros»¹⁹¹. Contudo, não é fácil que as paróquias pertencentes ao mesmo arceprelado adotem uma linha

¹⁸⁷ Ibidem, 291.

¹⁸⁸ Cf. Ibidem, 53.

¹⁸⁹ C. FLORISTÁN, *Teología Práctica, Teoría y Praxis de la acción pastoral*, 239.

¹⁹⁰ J. POLICARPO, *Decreto de Ereção da «Unidade Pastoral»*, Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, Lisboa 2005.

¹⁹¹ R. PRAT I PONS, *Tratado de teología Pastoral, Compartir la alegría de la fe*, 272.

pastoral comum, visto que o pluralismo hoje existente na Igreja e na sociedade é preponderante. O arciprestado é um organismo demasiado grande para se implementar a pastoral de proximidade e de comunhão daí que, apesar das várias propostas por este apresentadas, louváveis na maioria dos casos, a pastoral envereda, tendencialmente, numa linha eminentemente paroquial¹⁹².

Na verdade, como Casiano Floristán analisou todas as estruturas que envolviam, direta ou indiretamente, a paróquia, e porque queria caminhar rumo a uma certa uniformidade, sem nunca aniquilar a diferença, deu um certo ênfase à zona pastoral, realidade ainda hoje bem vincada e patente na vida paroquial. A zona pastoral, como afirma F. J. Calvo, «é um conjunto de diversos ambientes que gozam de alguma homogeneidade»¹⁹³, um instrumento imprescindível, pois «na zona pastoral interseitam todos os problemas humanos, especialmente a mentalidade, a vivência e a prática religiosa»¹⁹⁴. Com alguma frequência, a paróquia é um aglomerado pequeno, muitas vezes fechado em si mesmo, não bastando para enfrentar alguns problemas. Por sua vez, a diocese é extensa e o arciprestado limitado, daí que a vasta panóplia de situações, que a pessoas diz respeito, não seja tratada com a pessoalidade devida.

Na zona pastoral, chamada a promover a comunhão e a pastoral de conjunto, sempre aberta a uma orientação diocesana, deve existir um responsável que coordene os esforços dos párocos¹⁹⁵. Este responsável tem como missão, através da abertura constante ao diálogo, refletir sobre os problemas humanos e religiosos, a fim de delinear objetivos que promovam uma ação pastoral eficaz e ajustada. Apesar de existir um ímpeto forte para que as pessoas trabalhem *em rede*, deixando a paróquia sair das fronteiras territoriais da sua freguesia, Casiano Floristán refere que terá sempre de haver «uma adequação da mentalidade dos

¹⁹² Cf. J. DELICADO, *Pastoral diocesana al día. El arciprestazgo en la pastoral de conjunto*, Estella 1966, 51.

¹⁹³ F. J. CALVO, *Organismos y estructuras para una pastoral de conjunto*, in *Pastoral de conjunto. Reflexiones y sugerencias*, Madrid 1966, 156.

¹⁹⁴ C. FLORISTÁN, *Para comprender a paróquia*, 238.

¹⁹⁵ Cf. *Ibidem*.

agentes a cada situação»¹⁹⁶. Embora o desafio seja trabalhar em rede, numa comunidade maior e mais ampla, os agentes pastorais envolvidos nunca devem esquecer que, embora trabalhando com paróquias geograficamente próximas, apontando diretrizes pastorais comuns, estas não são homogêneas. As comunidades paroquiais, ainda que limítrofes, diferem muito umas das outras, tem ritmos de caminhada, tradições e processos muito diferentes. Aqui, é necessário apelar à prudência, pois não é conveniente que a complementaridade da missão faça evaporar toda uma identidade ancorada numa história concreta.

É evidente que Casiano Floristán marcou, irremediavelmente, o século XX, por ter ousado fazer teologia e questionar os métodos pastorais vigentes, daí que a sua atitude nem sempre tenha sido encarada como pacificadora, sendo revolucionária e incómoda. Sendo assim, e porque cada pessoa tem obrigatoriamente que acompanhar e dar respostas para o tempo presente, o conceito a que hoje facilmente se denomina de «unidades pastorais» não era, de todo, uma realidade comum há alguns anos atrás. No entanto, Casiano Floristán apela à necessidade de um novo rumo, ou seja, de uma alternativa viável para, mais satisfatoriamente, acompanhar espiritualmente os fiéis.

Contudo, tendo presente, por um lado, o que é a paróquia, a missão da Igreja que nela se deve concretizar e os diferentes serviços e ministérios que essa missão pressupõe e, por outro lado, olhando para a realidade das paróquias que temos e para as suas dificuldades, anteriormente apresentadas, «percebe-se que estas não oferecem os requisitos necessários para continuar a usufruir de plena autonomia eclesiológica»¹⁹⁷, como acontecia até então. Isto não quer dizer que a paróquia, porque limitada, tenha que ser extinta, mas devem-se racionalizar os recursos existentes numa rede de comunidades. Na paróquia não existe, por vezes, colaboradores necessários, tais como catequistas para se poder organizar e garantir a catequese de um modo minimamente adequado e eficaz. Ora, sem a falta destes recursos que

¹⁹⁶ *Ibidem*, 239.

¹⁹⁷ SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS, *Viver o Concílio*, 11.

se operam no âmbito da geografia humana, a paróquia não consegue, por si só, subsistir nem traçar planos pastorais organizados.

Se a descoberta da pastoral de conjunto proporcionou valiosos contributos, entre finais do século XIX e durante todo o século XX, para que a Igreja agisse segundo uma pastoral com uma matriz mais social, hoje sente-se a necessidade de encontrar novas formas, preservando a mesma fidelidade. Como tal, a Igreja está a descobrir a riqueza e os contornos daquilo a que hoje se pode designar de «rede de comunidades»¹⁹⁸ ou unidades pastorais. Porque esta reflexão versa, fundamentalmente, um aprofundamento sólido sobre as unidades pastorais na vida da Igreja, é de notar que, apesar de este termo ser recente, «o seu significado mais profundo representa um lógico ponto de chegada, e não necessariamente definitivo, do movimento havido pelos anos cinquenta e mais vigorosamente desenvolvido pelo Concílio Vaticano II, ou seja, a pastoral de conjunto ou pastoral orgânica»¹⁹⁹.

As unidades pastorais têm como finalidade facilitar uma autêntica pastoral de conjunto, sobretudo no campo da evangelização e da prática sacramental, «procurando uma mais profunda complementaridade entre os presbíteros e outros agentes de pastoral, diáconos, leitores, acólitos e leigos com particulares responsabilidades pastorais»²⁰⁰. Acima de tudo, as unidades são um «conjunto de paróquias ou comunidades cristãs implantadas numa área territorial homogénea, estavelmente constituída por uma cooperação pastoral orgânica»²⁰¹. O conceito de unidade pastoral não é, portanto, um apêndice desvinculado da reflexão

¹⁹⁸ P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, 20-21: «Embora conserve o poder jurisdicional canónico, é apenas uma instituição jurídica e de serviço à rede de comunidades que a compõe em seu território prescrito. O poder não está centralizado na matriz e no pároco, e sim no conselho que rege a rede: o conselho pastoral paroquial, formado com representantes oficiais de cada comunidade, basicamente sua coordenação. As decisões são sempre colegiadas tanto para a rede como para cada comunidade, que conta com o seu conselho comunitário pastoral. Este é formado pelas forças vivas da comunidade: líderes nas pastorais, nos movimentos e nas associações de cunho tanto religioso quanto político-social. Essa descentralização compreende uma interdependência funcional das comunidades entre si e com o pároco, que se torna o animador da rede paroquial. Com isso, a comunidade torna-se sujeito na evangelização e não apenas objeto, em que um líder descarrega sua fala sobre o Evangelho ou outro assunto qualquer de cunho religioso».

¹⁹⁹ G. BONICELLI, *Unità pastorali e futuro de la Chiesa Locali*, in *Unità Pastorali, verso un nuovo modello di parrocchia?*, EDR, Roma 1994, 7.

²⁰⁰ J. POLICARPO, *Decreto de Ereção de «Unidade Pastoral»*.

²⁰¹ A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, in *Quaderni di diritto ecclesiale* 9 (1996), 156.

contemporânea, mas tem fundamentos reconhecidos no dinamismo renovador da pastoral de conjunto, ferramenta que tem sido basilar na pastoral da Igreja.

Atualmente, o estudo, reflexão e implementação das unidades pastorais tem mais consistência em dioceses estrangeiras, onde se constata o desenvolvimento e a receptividade de projetos mais ousados e inovadores. Exemplo disso são as dioceses de Milão, Lausanne e Nova Iorque. Ao contrário do que acontece um pouco por todas as dioceses portuguesas, noutros países, cujas dioceses estão acima referidas, verifica-se a consciência de que o processo de implementação de unidades pastorais é lento e maturado, ou seja, não pode ser concretizável no imediato e os seus frutos comportam a sabedoria da espera²⁰², o que indica que a pastoral não é a arte do instantâneo, mas do possível, sendo que a Igreja se vai construindo todos os dias.

Se é verdade que os progressos apresentados noutros locais onde a Igreja de Jesus Cristo está implementada devem constituir, para nós, referência e desafio para caminhar rumo a uma semelhante progressão, convém referir que em Portugal, e ainda no âmbito da pastoral de conjunto, desenvolvida neste ponto, «o sentido mais definido de unidade pastoral surge na década de 80, em artigos de revista, sendo que nos anos 90 começa a ser trabalhado em sínodos diocesanos, nomeadamente, Milão, Braga e Coimbra»²⁰³. Verifica-se assim que a Igreja e a pastoral acompanham com generosidade e apreensão um modelo que, na sua globalidade, ainda está longe de caminhar segundo as coordenadas para o qual foi pensado.

²⁰² B. GENOUD, *Abrir-se ao futuro com confiança*: «Peço, pois, que por toda a diocese sejam formadas unidades pastorais. Elas deverão compreender várias paróquias vizinhas a viver em conjunto, comprometendo-se a aumentar a sua cooperação. Estas unidades não vão criar-se de um dia para o outro. Exigem estudo e concentração a todos os níveis...a pastoral será organizada sobre um plano de conjunto e não sobre uma paróquia só. Evidentemente que a paróquia permanecerá como célula da Igreja diocesana».

²⁰³ Cf. A JANELA, *Igreja presente na cidade*, 27.

3. A acentuada diminuição de clero e o silêncio do laicado

Hoje em dia é muito frequente, tanto nos ambientes *cristianizados* como nos *paganizados*, ouvir falar em crise do clero. Em primeiro lugar, não negando as evidências, *crise* é uma palavra forte que comporta uma carga exageradamente pejorativa. Muitas vezes, nas diversas situações e contrariedades, onde uns só conseguem vislumbrar o horizonte de crise outros, mais atentos conscientes, são capazes de compreender que se trata de uma «fase de transformação»²⁰⁴, interpretando assim os «sinais dos tempos». Sobre esta última expressão, particularmente enfatizada por Bento XVI, percebe-se que o grande desafio é, sobretudo, o de «procurar, a partir da força da própria fé, entrar em confronto com o secularismo»²⁰⁵, sendo que este enorme processo é a verdadeira e a grande missão deste tempo. Aqui se percebe que o cristão dos dias de hoje não pode ser um mero crente conformado e, por vezes, alheado da realidade que o cerca.

Ainda que os presbíteros não disponham do tempo necessário para levar a cabo todas as atividades pastorais, os leigos devem pautar-se por uma «solidariedade eclesial na responsabilidade pela comunhão e pela missão»²⁰⁶, sendo que cada um deles, cada batizado, se deve sentir reconhecido no seu contributo batismal e na sua capacidade espiritual de participação e colaboração fraterna. Quanto mais o leigo se sentir (co) responsável na missão da Igreja, mais o sacerdote vive a plena realização do seu ministério, pois irá sentir que não trabalha apenas para o outro²⁰⁷, mas, acima de tudo, coopera com os outros, segundo as diferenças típicas do ministério que a cada qual compete e compromete.

Apesar de o número de ministros ordenados ser nitidamente menor, o que conduzirá necessariamente a uma sobrecarga dos existentes, o problema principal reside no facto de que

²⁰⁴ A. CASTEGNARO, *Crisi del clero, silenzio del laicato, Una lettura sociologica*, in A. TONIOLO, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo de transizione?*, Edizioni Messaggero Padova, Padova 2003, 57.

²⁰⁵ BENTO XVI, *Luz do Mundo – O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos*, Paulinas, São Paulo 2010, 143.

²⁰⁶ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, Ed. Paulinas, Prior Velho 2011, 26.

²⁰⁷ Cf. *Ibidem*, 35: «Por vezes, os pastores são vistos como funcionários do sagrado, capazes de satisfazer as suas necessidades espirituais de realizar os ritos religiosos que lhe encomendam».

o modelo pastoral vigente já não interpela, não cria e não questiona. Está-se a falar, claramente, de um modelo apto a garantir a conservação da fé numa sociedade homogénea, mas que se revela inadequado para fazer frente a uma sociedade complexa e pluralista²⁰⁸. Emerge aqui outra questão muito importante, ou seja, a própria identidade do presbítero, que se percebe confundido num ambiente onde as metamorfoses são contínuas e significativas.

Para além de reconhecer a sobrecarga pastoral dos párocos, Casiano Floristán refere que «em quase todas as dioceses da Europa, as ordenações são muito menos que o número de sacerdotes falecidos»²⁰⁹, assumindo posteriormente que muitos sacerdotes, nas paróquias, se encontram «abatidos, crispados ou cansados»²¹⁰. Na verdade, os tempos de «um povo, uma paróquia e um presbítero são passados»²¹¹. Como se vai tendo consciência, «o problema é apenas de algumas dioceses e, até ver, pode ser um caso transitório»²¹². Outra constatação patente na nossa pastoral é que a redistribuição de clero assenta numa âncora clérico-cêntrica²¹³, não tendo em conta a «comunidade cristã local - isto é, como articulá-la com a sua estrutura e o funcionamento nas condições socioculturais presentes»²¹⁴.

No entanto, Casiano Floristán sempre equacionou um horizonte de esperança, não através de perspetivas irreais, onde se vislumbra um florescimento de vocações sacerdotais em curto espaço de tempo, mas assumindo sempre que a Igreja deve contribuir para o crescimento dos ministérios laicais. Não será segredo para ninguém que se vive num tempo em que as dioceses se vêem mais obrigadas «a dispensar padres dos serviços pastorais, por

²⁰⁸ Cf. A. CASTEGNARO, *Crisi del clero, silenzio del laicato, Una lettura sociologica*, 58.

²⁰⁹ C. FLORISTÁN, *Para comprender a paróquia*, 77.

²¹⁰ *Ibidem*.

²¹¹ C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1532.

²¹² A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, 43.

²¹³ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 26: «Com frequência o pastor presbítero se comporta como se tivesse, na linguagem dum pastoralista italiano, a síntese dos carismas, recorrendo aos outros membros do povo de Deus apenas como seus colaboradores, mas não como membros corresponsáveis duma missão comum».

²¹⁴ S. LANZA, *Le conversioni pastorali*, 38.

razões de idade e de saúde, do que a fazer nomeações»²¹⁵. Porém, a lógica não é encontrar soluções a nível externo, mas aproveitar, promover e potenciar os recursos possíveis. Mais do que nunca, «a relação entre ministro ordenado e não ordenado está, no fundo, em processo de transformação»²¹⁶. Integrado no povo de Deus, contando com os diversos conselhos em seus níveis organizacionais e com a variedade ministerial, «o ministro ordenado sente-se espiritualmente mais confortável para pastorear e administrar a comunidade»²¹⁷. Com isto, perde poder mas ganha autoridade, pois vê a sua responsabilidade diminuída e a solidariedade e o compromisso potenciados.

Com efeito, Casiano Floristán admite a necessidade de organizar as paróquias de forma renovada, menos pesada, admitindo que, muitas vezes, o pároco é o «administrador, gestor de sacramentos, pregador, catequista, missionário, liturgista, animador de grupos, impulsor de caridade e líder social»²¹⁸, o que não vai ao encontro das disposições da Igreja em relação a esta matéria, pois a diversidade de carismas deve existir em total simbiose com os vários ministérios, devendo cada um exercer aquele para o qual se sente predisposto e preparado²¹⁹, dando assim um rosto humano à comunhão missionária. Nunca fugindo ao realismo dos factos, torna-se insustentável, perante a diminuição de clero nas dioceses, «aplicar os esquemas do passado e promover os mesmos métodos de redistribuição»²²⁰.

Sendo assim, em ordem a um melhor serviço, Casiano Floristán previu a hipótese de se «juntarem várias paróquias, sendo que a responsabilidade é assumida por um grupo de

²¹⁵ A. DIAS, *Portalegre: Caminhar em direção às unidades pastorais*, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/portalegre-caminhar-em-direcao-as-unidades-pastorais/>, acedido em 22/06/2015, às 14:55.

²¹⁶ P. VALDRINI, *Fonction de sanctification et charge pastorale*, in *La Maison-Dieu* 194 (1993), 47.

²¹⁷ P. F. BASSINI, *Paróquia, Rede de Comunidades*, 24.

²¹⁸ C. FLORISTÁN, *Para compreender a paróquia*, 79.

²¹⁹ ORIOLO, *A revitalização das paróquias*, 2012: «O pároco deve saber descobrir o conjunto privilegiado de competências que as pessoas trazem na sua bagagem. Conhecer bem os paroquianos e a comunidade, perceber quem é dotado de conhecimentos, habilidades e competências, a fim de, constantemente, reforçá-los e atualizá-los».

²²⁰ ARCIDIOCESI DI MILANO, *La Comunità Pastorali*, Centro Ambrosiano, Italy 2009, 20.

sacerdotes em equipa ou solidariamente»²²¹, ou seja, *in solidum* (cân. 517 &1). Esta é, verdadeiramente, uma aspiração de muitos sacerdotes e uma necessidade da própria experiência paroquial. É, certamente, uma forma mais evangélica de conduzir as comunidades, daí que Jesus, conhecendo bem a nossa humanidade e as dificuldades e provações que esta nos traz, não enviou os seus discípulos sozinhos em missão, mas dois a dois, para que, nas tribulações do caminho, se pudessem amparar e fortalecer mutuamente.

Uma tentação fácil das dioceses que se deparam com uma vertiginosa falta de vocações sacerdotais e com o inevitável envelhecimento do clero disponível poderia passar pela extinção das paróquias menos populosas. Seria, à partida, uma alternativa fácil e autorizada, pois o Código de Direito Canónico prevê essa possibilidade. Seria também simplificadora, pois, com a extinção jurídica de algumas paróquias, que se fundiam com outras, dando lugar a comunidades maiores, os bispos dispunham do seu clero de forma mais confortável. Porém, a Igreja no seu ser e no seu agir, não se pode conceber como uma instituição meramente rígida e legalista. A Igreja não é alheia ao facto de a «instituição paroquial ter um papel imprescindível para traduzir a memória cristã num lugar»²²².

A paróquia dá rosto e configura a vida das pessoas que ali descobriram a fé, assume as tradições daquele local e cresceu com o contributo dos crentes que ali existiram. Extinguir este organismo é diluir a identidade de um povo que, sem a paróquia, perde parte de si. Neste sentido, «as paróquias continuarão pois a viver, tendo o seu ritmo próprio, mas de uma maneira diferente, no conjunto da nova organização das unidades pastorais»²²³. Elas existem como espaço onde se realiza a vida da Igreja, contudo, não serão mais o lugar de coordenação da pastoral.

²²¹ Ibidem.

²²² C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 13.

²²³ J. CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*, Bragança 2012.

É com este profundo respeito pela esfera social e pastoral desenvolvida na história de cada paróquia, que a Igreja descobre novas formas, perante circunstâncias diferentes das do passado, de conduzir as comunidades. Procura-se assim formar identidades renovadas, que na comunhão e na relação encontram a sua força e expressão. Esta renovação do sistema paroquial «exige leitura, oração, estudo, reflexão, criatividade constante, experiências e iniciativas várias e maior dedicação do padre àquilo que lhe é mais específico e essencial como verdadeiro pastor e evangelizador duma comunidade que se quer ver adulta e a caminhar por si»²²⁴. A redução do número de pastores torna-se pretexto para um aprofundamento e uma investigação eficaz dos mecanismos da teologia pastoral.

Porém, se de seguida será explicado o funcionamento de uma unidade pastoral, que ainda peca por certa indefinição, pode-se referir que «será errado fomentar e criar uma unidade pastoral a partir do problema do clero, e não da mutável condição da vida da comunidade»²²⁵. Sempre consciente da atualidade e da premência do problema, a Igreja aponta e desafia a criação de unidades pastorais que, não raras vezes, encontram o seu propósito somente nos critérios numéricos. Estes acabam por traduzir aquela que é a primeira e a motivação real de toda a reorganização pastoral. Esta preocupação, justa e válida, nem sempre é acompanhada de uma prévia reflexão teológica e pastoral sobre o tema. Daqui surge uma significativa dificuldade, pois nada na teologia prática encontra plena razoabilidade se não estiver imbuído de um substrato fundamental.

Saliente-se que os leigos devem, sem dúvida, assumir compromissos credíveis²²⁶, estáveis e relativamente duradouros nas comunidades, mas, de forma alguma, devem substituir o ministro ordenado, naquilo que é a sua missão específica. Porém, aqueles devem ser entendidos como corresponsáveis na ação pastoral e não meras ajudas para aliviar a carga do

²²⁴ A. DIAS, *Portalegre: Caminhar em direção às unidades pastorais*.

²²⁵ S. LANZA, *La parrocchia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, 365.

²²⁶ J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 339: «Uma paróquia decide-se com eles, depende da gestão de suas responsabilidades, revitaliza-se no exercício eficaz daquilo que os identifica na missão comum».

pároco. Gerir os recursos possíveis de forma satisfatória não passa pela inversão de papéis, pois «as assembleias dominicais sem sacerdote, constituem uma solução de emergência, mas distorcem eclesiologicamente o ministério ordenado»²²⁷. No entanto, não nos devemos opor a esta metodologia que, por razões de distância ou outros impedimentos, se tem tornado muito útil. Por outras palavras, igualmente sábias e pertinentes, «institucionalizar a diferença entre os ministérios confiados aos leigos sobre uma base jurídica, e os conferidos aos sacerdotes sobre uma base sacramental, é pôr em questão os fundamentos profundos da eclesiologia»²²⁸. Casiano Floristán não usa meios-termos para responder a estes problemas, referindo que «não é correto que os ministérios que exigem a ordenação sejam habitualmente exercidos por pessoas não ordenadas»²²⁹. É conveniente perceber, não obstante a promoção do laicado, que, nas unidades pastorais, o presbítero não é um elemento acessório.

O ministro ordenado, ao serviço de uma Igreja local, tem a responsabilidade de garantir, servindo-se dos melhores colaboradores, que a Palavra é anunciada, que os sacramentos são celebrados e que os pobres são servidos e respeitados, como se do próprio Cristo se tratasse. Outro perigo que é conveniente evitar passa por compreender que as unidades pastorais não são uma estrutura adicional, em justaposição às já existentes. São antes uma forma diferente de conduzir a Igreja pela direção da comunhão e do serviço.

Contudo, é com alguma perplexidade e preocupação que se constata que, nas dioceses, só foi dada a devida atenção às unidades pastorais quando começou a ser notório o vertiginoso declínio de sacerdotes disponíveis²³⁰, se bem que no ponto anterior já foi explicado que o nascimento deste mecanismo pastoral não se deve a esta razão. Apesar de o fundamento apresentado pelos bispos diocesanos ir ao encontro de uma eclesiologia de comunhão e de

²²⁷ B. SESBOUÉ, *Les animateurs laïcs. Une perspective Théologique*, Études, 1992, 253.

²²⁸ P. DE CLERCK, *Deis laïcs ministres des sacraments?*, in *La Maison Dieu* 195 (1993), 45.

²²⁹ C. FLORISTÁN, *Para comprender a paróquia*, 80.

²³⁰ Cf. C.M. MARTINI, *Le unità pastorali*, Omelia del Cardinale Arcivescovo nella Messa crismale del giovedì santo, Centro Ambrosiano, Milano 1994, 23-24: «Em muitos países da Europa contemporânea, é precisamente a falta de clero que leva a um renovado debate sobre a organização dos sacerdotes nas paróquias e a colaboração entre sacerdotes e leigos no campo de uma ou mais paróquias...»

uma espiritualidade sacerdotal comunitária, as unidades pastorais só começaram a ser equacionadas como real possibilidade quando surgiu o risco de algumas comunidades não terem quem as parouquiasse. Tal representação não é negativa se a falta de clero for, contudo, pretexto para uma organização menos individualista e mais eclesial.

A Igreja deve tornar claro que as unidades pastorais não são simplesmente a «união de muitas paróquias sob a orientação de um presbítero apenas que, neste caso, se tornaria um multi pároco»²³¹, ou então uma «mega paróquia que, por agregar as menos populosas entretanto suprimidas, centraliza em si todas as atividades»²³². Pelo contrário, a organização eclesial deve levar os fiéis a compreender que, ao fazerem parte de uma unidade pastoral, caminham juntos, de forma unificada, sob a orientação de um presbítero.

A falta de clero não deve conduzir a que apenas os bispos reflitam os mecanismos pastorais, a fim de promover respostas possíveis e credíveis, como são o caso das unidades pastorais. Este problema deve consciencializar o presbítero, de modo a que seja só e apenas presbítero, ou seja, a sua missão deve ser totalmente preenchida pelo ímpeto de, em cada dia e em qualquer circunstância, «ser sinal vivo e credível de Cristo, o Belo e Bom Pastor»²³³, acompanhando na fé a vida dos cristãos. Ele não faz tudo, mas faz com que tudo se faça.

Como tal, as unidades pastorais poderão resultar de um conjunto de paróquias confiadas a um ou a vários presbíteros. Em casos mais pontuais, poderão mesmo ser formadas pelo arciprestado inteiro, sendo que o objetivo não passa por criar uma mega estrutura ou mega paróquia. Sempre que possível, não se deve confiar um número exagerado de paróquias a poucos sacerdotes, pois estes devem dispor de tempo para preparar um dos seus ministérios fundamentais, ou seja, o anúncio da Palavra. Quer isto dizer que a pregação, sobretudo a dominical, não pode ser homogénea, igual em todas as comunidades. O ideal é que os clérigos

²³¹ Cf. S. POLETTI, *Chiamati per stare insieme*. Lettera pastorale ai Sacerdoti, Diaconi, Religiose, Religiosi e Fidei laici per la presentazione delle Unità Pastorali e l'indizione della visita pastorale, Asti 1992.

²³² Ibidem.

²³³ J. CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*.

conheçam e saibam para quem pregam²³⁴. Estes devem inteirar-se dos problemas e das tradições dos fiéis que lhe estão confiados, pois só assim se consegue uma implicação direta entre o sacramento e a vida.

A integração de presbíteros em unidades pastorais não é uma missão clerical, nem tem como finalidade sobrecarregar mais os pastores. É, fundamentalmente, a «vocação de uma nova geração de evangelizadores que compreendem que, na plena comunhão a que são chamados, podem fazer mais e melhor por aqueles que lhes estão confiados»²³⁵. Porém, nesta matéria tem que existir um profundo respeito e uma escuta apurada no que concerne ao percurso e ao ritmo de vida dos presbíteros, constatando-se que possam existir padres mais idosos, cujo modelo de formação foi outro, que não estejam, portanto, muito sensíveis para este tipo de trabalho em equipa. É importante haver bom senso da parte de quem governa e a consciência de que mais importante do que impor é propor um novo modo de ser Igreja. A reflexão de hoje será capaz de se transformar no *modus vivendi* do futuro na medida em que a Igreja souber compreender a história e a singularidade de cada presbítero, bem como o ritmo pastoral de cada comunidade.

Porém, «sem que se altere, para já, o seu estatuto jurídico, estas paróquias, a nível pastoral, passarão a ser olhadas e tratadas como um todo»²³⁶. Os agentes pastorais, presbíteros, consagrados ou leigos, trabalharão, não em função das comunidades a que pertencem ou pelas quais são mais diretamente responsáveis, mas em função do todo dessa mesma unidade pastoral. Em relação ao presbítero/pároco, é imprescindível reforçar que a

²³⁴ Cf. F. SULLIVAN, *L'Église dans le monde, La création de nouvelles paroisses et le manque de prêtres*, 395: «Se um sacerdote tem de exercer o ministério da pregação, ele deve ter tempo suficiente para o preparar. Os sacerdotes devem encontrar tempo necessário para isso. Deve, porém, conhecer a comunidade para a qual fala, para que a Palavra de Deus seja assumida de forma prática na vida daquelas pessoas. Por esta razão, não é possível que um padre celebre, ao domingo, missa em muitas comunidades, sem ver como é que o sacramento e a Palavra estão relacionados com a vida dos paroquianos. Alguns falam mesmo do medo de se tornarem máquinas sacramentais. Ou o sacramento está ligado à vida, ou torna-se um ato mágico e vazio (...) Francamente, não percebo como é que um sacerdote pode celebrar mais de três missas em cada fim-de-semana e desempenhar corretamente a pedagogia da Palavra».

²³⁵ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 44.

²³⁶ A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, 126.

«intercomunhão com os outros membros da comunidade fá-lo parceiro que habita a terra que transforma»²³⁷. Quando tal acontece, este ganha consciência de que está inserido, «e não é angélico»²³⁸. Deste modo, criar-se-ão condições para que se promovam as capacidades e os carismas de cada um, para que assim possa surgir um tecido eclesial coeso, que em cada um tem origem e a todos se destina, de igual forma.

4. Estrutura das Unidades Pastorais

Se esta expressão implica, certamente, a comunhão eclesial à qual não pode estar dissociada para levar a cabo a sua missão, deve também estar imbuída de mecanismos práticos e organizativos em ordem a um melhor planeamento. Neste sentido, devem tomar-se em consideração os contributos de Agostino Montan, padre da diocese de Roma e professor de Teologia e de Direito Canónico na Pontifícia Universidade Lateranense que, em 1996, deu um valioso contributo para aprofundar e melhor compreender esta temática.

Segundo ele, uma unidade pastoral funciona como uma «forma de cooperação pastoral entre paróquias vizinhas»²³⁹, fundamento que foi também partilhado também pelo cardeal Martini²⁴⁰, aquando de uma reflexão mais direta sobre o assunto. Este contributo já refere, por si só, que a unidade pastoral é delimitada, estendendo-se numa área concreta, assumida e reconhecida, o que implica muita sensibilidade e cuidado por parte de quem traça e delimita este *campo de trabalho*, pois os critérios a ter em conta passam por preservar alguma homogeneidade cultural e facilidade geográfica²⁴¹ entre as comunidades paroquiais englobadas que, quando favorecidas por circunstâncias mais prósperas, funcionam como células vivas da unidade pastoral e, com grande propriedade, fazem com que o corpo funcione

²³⁷ J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 319.

²³⁸ *Ibidem*.

²³⁹ *Ibidem*, 140.

²⁴⁰ Cf. C.M. MARTINI, *Le unità pastorali*, 22: «Chamamos Unidade Pastoral a uma colaboração orgânica entre paróquias vizinhas, colaboração promovida, reconhecida e configurada institucionalmente».

²⁴¹ Cf. J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 232.

na harmonia de todos os seus membros. Com estas condições, serão promovidos maiores e melhores recursos, em ordem à realização da missão da Igreja.

É mais frequente assistir a agrupamentos de paróquias (cân. 374), a fim de formarem uma unidade pastoral, em zonas predominantemente rurais. Contudo, apesar de as unidades pastorais urbanas existirem em menor número, é mais fácil implementar aqui um sentido alargado de eclesiologia de comunhão, pois o horizonte das pessoas que ali habitam não fica encarcerado na sua própria capela. Para além da unidade que assume a diversidade de paróquias vizinhas, pertencentes a uma área relativamente homogénea, é importante, em qualquer contexto, atender também às condições económicas, administrativas, culturais e disciplinares de cada comunidade, bem como aos serviços civis ali existentes, sendo que outro elemento imprescindível da unidade pastoral passa por conseguir formar um grupo visível, com responsabilidade de coordenação e condução que, como se torna claro, não se restringe aos ministros ordenados.

Apesar dos fatores e condicionalismos que presidem à estruturação da unidade, «as paróquias agrupadas devem funcionar como se fossem uma só paróquia»²⁴². É de realçar que a equipa responsável da unidade pastoral deve reunir regularmente, a fim de manter atualizado o conhecimento e viva a sensibilidade da realidade humana e eclesial. Nestes encontros, haverá também oportunidade de aprofundar temas, de programar e avaliar as atividades mais significativas. Para além disso, estas reuniões serão fecundas na medida em que proporcionarem um melhor conhecimento dos membros da equipa responsável que, de forma cada vez mais consciente, se abrirão a uma permanente renovação no aspeto pastoral e espiritual.

Nas unidades pastorais, a nível mais prático, é fundamental que se proporcionem meios favoráveis, a fim de se promoverem ações comuns. Este pressuposto tem sido reforçado

²⁴² C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1532.

pelo Papa Francisco, pois «espera que todas as comunidades se esforcem por usar os meios necessários para avançar no caminho da conversão pastoral e missionária»²⁴³. Como tal, devem ser garantidos meios de transporte, tanto pessoais como coletivos, para as deslocações que à missão dizem respeito²⁴⁴. É muito importante que os coordenadores dialoguem no sentido de, mais facilmente, obterem consenso sobre o que pode ser programa comum a todas as comunidades, ou seja, preparação da celebração de sacramentos, de festas religiosas, de iniciativas de formação, de contribuição para as despesas coletivas, circuito e periodicidade da ida-visita marcada do pároco ou de quem partilha com ele a responsabilidade pastoral de cada pequena comunidade.

Qualquer comunidade é, antes de mais, lugar de comunicação, diálogo, interlocução e interação. Para que este pressuposto se torne real e funcional, necessita de meios e de organismos que o caracterizem e lhe confirmem fluidez e sustentabilidade. Estes, quando pensados e orientados sob uma matriz cristã, fazem com que a Igreja se comunique, revelando-se, dizendo quem é e qual a sua missão. O mesmo acontece na comunidade organizada e, neste sentido, um aspeto que pode ser potenciado e desenvolvido de forma comum, porque a todos se dirige, é o que se prende com os já conhecidos boletins de informação.

A orgânica dos boletins paroquiais já está relativamente maturada pois, em muitas comunidades, é desenvolvido de forma comum para uma determinada zona pastoral, variando as informações particulares que, sendo mais direcionadas, dizem respeito a comunidades específicas. É um excelente meio de formação e catequização que, quando bem formulado, pode ser rico em conteúdos teológicos e doutrinas que, semana após semana, dão ênfase ao tema e à proposta do respetivo domingo. Deve dar conta dos programas e atividades diocesanas, bem como das respetivas notas pastorais. Nas unidades pastorais, esta

²⁴³ Cf. FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, 25.

²⁴⁴ Cf. G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 17.

comunicação em rede pode, sem dúvida, ser reflexo da espiritualidade reinante que ali se vem alicerçando.

O mundo atual está inserido na esfera da tecnologia, da Internet e das redes sociais. Estes mecanismos, por vezes, alteram e adulteram a forma de olhar a realidade e, em última instância, a relação entre os iguais. Porém, quando bem desenvolvidos, podem ser benéficos pois, a Igreja Católica, em cada tempo, «considera seu dever pregar a mensagem de salvação, servindo-se dos meios de comunicação social vigentes»²⁴⁵. Cada vez mais se assiste a uma proliferação de dioceses e paróquias em *sites*, *blogs* e páginas de redes sociais, atitude que, aliás, tem sido apoiada e testemunhada pelos últimos pontífices.

Esta dinâmica de cariz comunicativo/informativo pode, sem dúvida, ser elo de coesão entre os fiéis de determinada região ou unidade pastoral. Consegue divulgar, de forma mais alargada, e sem restrições, a essência e o quotidiano eclesial que se tece num determinado lugar. Com agrado se analisa que esta metodologia tem feito caminho, pois várias unidades pastorais já gozam deste suporte de comunicação e divulgação. O desafio será sempre continuar e expandir, tentando ao máximo potenciar a qualidade daquilo que é publicado porque, para além de ser um mecanismo eficaz para interpelar a uma maior e mais ativa participação nas atividades que ali se concretizam, é um meio excelente, por vezes o único, para chegar a muitos que, de outra forma, não estabeleciam qualquer vínculo com a comunidade da qual também fazem parte.

Relativamente aos agentes de pastoral, será necessário ter em conta a preparação de alguns membros das diversas comunidades para, não de forma institucional, mas pessoal, «assegurar o apoio aos doentes, idosos e fazer a distribuição da Eucaristia àqueles que, por circunstâncias adversas, estão impedidos de o fazer no local de culto»²⁴⁶. A pastoral do

²⁴⁵ Cf. PAULO PP VI, *Inter Mirifica*, *Sobre os meios de comunicação social*, in *Acta Apostolicae Sedis* 56 (1964), 102.

²⁴⁶ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 150.

acompanhamento é desafio de primeira linha, sendo esta equipa pastoral, sem menosprezo para nenhuma das outras, uma das mais fecundas e vitais de uma unidade pastoral. É preciso reaprender a pastoral do silêncio, da simplicidade e da humildade pois, não raras vezes, é no serviço discreto que se operam profundas transformações interiores.

Quando uma unidade pastoral é constituída por vários presbíteros que exercem um pastoreio ativo, «um deles, não por eleição mas designado pelo bispo, assume o papel de moderador»²⁴⁷. A vivência de presbíteros em comunidade, desejada pelo Concílio Vaticano II, seria verdadeiramente benéfica e ajustada para o espírito de comunhão requerido numa unidade pastoral pois, desta forma, promover-se-ia uma pastoral mais comunitária, com ajuda mútua e fraterna a nível espiritual, humano e ministerial. Isto seria o objetivo ideal e desejável, beneficiando dele mais diretamente os próprios presbíteros e, em segunda linha, os fiéis daquela unidade, que se sentiriam, certamente, interpelados por tão significativo testemunho de comunhão e partilha. Aprenderiam assim que a riqueza maior está em saber ser comunidade e que, desta forma, um cristão sozinho é um cristão em perigo.

Neste caso, existindo vários presbíteros numa mesma unidade, estes devem «convergir múltiplas habilidades»²⁴⁸, ou seja, na medida dos dons recebidos, cada um deve dinamizar a área pastoral para a qual se sente melhor preparado. Devem ter-se em conta os meios que os presbíteros que compõe a unidade possuem para se encontrarem e trabalharem entre si a fim de, com menos dificuldades, possam promover um pastoreio fecundo. O moderador deve garantir, entre outros aspetos que lhe estão confiados, que a unidade pastoral caminha em harmonia com o plano pastoral diocesano. Esta dimensão não é nova, pois, como foi referido, no capítulo anterior, verifica-se que o mesmo deve acontecer com a paróquia.

Como já vem sendo exposto, para se promover a unidade é necessário, em certos casos, pôr em prática um processo eficaz de descentralização. Quer isto dizer que numa

²⁴⁷ Cf. S. GORETTI, *Per una pastorale d'insieme, Le unità pastorali*, Assisi 1992.

²⁴⁸ G. CAPRARO, *Unità pastorali tra sociologia e teologia*, in *Il Regno - Attualità* 38 (1993), 629-630.

unidade pastoral formada por um conjunto significativo de paróquias, sob o governo estável de dois ou três presbíteros, é impossível, por exemplo, celebrar Eucaristia em todos os locais de culto existentes naquele vasto espaço territorial. Isto pode parecer, à primeira vista, contraditório, pois é incompreensível o facto de o cristão ser privado do Domingo. Basta analisar a contestação direta, ocorrida no ano 304, com alguns cristãos de Abitene, atual Tunísia, pois, impedidos de celebrar o preceito dominical, afirmaram que «*Sine dominico non possumus!*», ou seja, «sem o Domingo do Senhor, sem o Dia do Senhor não podemos viver». Estes cristãos dos primeiros séculos são para os de hoje vivo testemunho de que «não há Comunidade sem Domingo nem Domingo sem Comunidade»²⁴⁹.

A Igreja não pode, de todo, ser conivente com o relativismo ou a banalização do Domingo, pois deve catequizar as pessoas a fim de compreenderem que a Igreja de Cristo não se confina aos limites territoriais da sua freguesia ou às paredes da sua Igreja paroquial. Aliás, neste tipo de organização, devem-se fomentar encontros mais amplos, onde, promovendo toda a unidade pastoral, «as eucaristias são melhor cuidadas e preparadas»²⁵⁰. Uma comunidade também se concretiza na sua fé celebrada, sendo indispensável que os agentes de pastoral saibam promover verdadeiros encontros de qualidade, a fim de conduzirem todos os fiéis ao augusto sacramento do altar. Uma celebração comum e festiva, com uma Igreja bem cheia, um dinâmico grupo de jovens e uma equipa pastoral motivada são elementos que, contagiando, podem ter um efeito multiplicador nas comunidades, para além de se conseguir, mais facilmente, encarnar um dos maiores desafios da Igreja de hoje, a alegria do Evangelho.

Através da boa compreensão das comunidades cristãs e do contributo dos diáconos, desenvolvido a seguir, torna-se possível não só manter como potenciar esta experiência de fé e de encontro semanal. Neste ponto, como em tantos outros que dizem respeito às unidades pastorais, creio que é fundamental reter o que escrevia Fernando Pessoa, ou seja, a

²⁴⁹ Cf. J. CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*.

²⁵⁰ C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1533.

necessidade de *aprender a desaprender*²⁵¹. Portanto, numa unidade pastoral, para bem celebrar o Domingo, o importante é revigorar o sentido de pertença, que se afirma mais pela intensidade da relação do que pela residência ou local de origem. A proximidade cria-se pela comunhão de sentimentos e sintonia de experiências, e não tanto por vínculos legais ou exigências impostas.

Relativamente aos diversos presbíteros que, no exercício do seu ministério, compõem e conduzem uma mesma unidade pastoral, é importante sublinhar que as tarefas administrativas e os encargos financeiros comuns não podem ser descurados. Para uma gestão o menos injusta possível, em cada unidade pastoral deve existir um conselho de gestão económica, sendo que a este compete gerir o fundo comum dessa mesma unidade. Este conselho governa o que diz respeito ao sustento de cada presbítero, determinando, também, «em função do plano pastoral, as possibilidades de dar resposta às diversas necessidades»²⁵². Este organismo terá uma utilidade basilar, pois diz respeito a um dos setores mais flagrantes de qualquer paróquia ou unidade pastoral, ou seja, o sócio caritativo.

Na unidade pastoral deve existir uma partilha equilibrada entre todas as paróquias, implicando-as numa responsabilidade que visa, entre outras tarefas, saldar as despesas normais com as pessoas e atividades. Este ofício pode, em todo o caso, estar parcial ou totalmente confiado a um diácono permanente ou a um leigo que, exercendo a função de ecónomo²⁵³ ou tesoureiro da unidade pastoral, registará todos os atos administrativos e as respetivas receitas e despesas. Aliás, é vivamente recomendado que as unidades pastorais

²⁵¹ A. CAEIRO, *Aprendendo a desaprender*.

²⁵² D. JOSÉ CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*.

²⁵³ Cf. ARCIDIOCESI DI MILANO, *La Comunità Pastorali*, 27: «O ecónomo deve assistir o presbítero que modera a unidade pastoral no que diz respeito à gestão dos recursos, às prioridades de aplicação dos mesmos e, de forma fiel, deve pautar-se pelo cumprimento das obrigações fiscais».

invistam na formação teológica, pastoral e administrativa²⁵⁴, pois pessoas bem preparadas dão contributos benéficos e eficazes na coordenação e programação dos diversos setores.

Ao longo desta reflexão, defendemos, sob variados aspetos, uma autêntica promoção laical, porém, a formação destes torna-se imprescindível para compreenderem o seu próprio ministério e a sua missão na Igreja pois, não raras vezes, «as novas figuras dos colaboradores laicos têm dificuldade em evitar o risco de uma tendência clericalizante»²⁵⁵. O que foi dito para o conselho de gestão económica também se aplica ao conselho pastoral das unidades pastorais pois, existindo de forma mais alargada e multifacetada, porque a várias comunidades diz respeito, deve ser capaz de trabalhar em função do plano pastoral diocesano, promovendo aquela unidade na esteira da fé e da evangelização²⁵⁶.

Se é frequentemente referido que as unidades pastorais são um instrumento excelente para promover os ministérios laicais, o mesmo se pode dizer em relação ao diaconado permanente, esquecido durante a Idade Média, restaurado pelo Concílio Vaticano II, em 1964, mas com raízes profundas na antiguidade cristã. Ao analisar as intervenções e a proposta de Igreja em relação ao diaconado, percebe-se rapidamente que este, após uma sólida formação, pode ser uma ajuda benéfica no que concerne às dificuldades no ministério sacerdotal e à escassez de presbíteros. Acima de tudo, os diáconos podem prestar um valioso contributo na ação socio-caritativa das comunidades, sendo essa uma das principais características do seu ministério. Contudo, «não devem ser entendidos como auxiliares dos sacerdotes, mas como seus diretos colaboradores»²⁵⁷. E este trabalho de colaboração estreita é fundamental para o funcionamento de uma unidade pastoral estável, pois ajuda as comunidades a promoverem-se ao nível da Palavra, da liturgia e da caridade.

²⁵⁴ Cf. C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1530: «Sobretudo nas unidades pastorais mais amplas e complexas, será conveniente contar com o contributo de algum leigo especializado para o trabalho pastoral».

²⁵⁵ J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 437.

²⁵⁶ J. CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*.

²⁵⁷ C. FLORISTÁN, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, 315.

Do ponto de vista prático, e sabendo que não é possível proporcionar celebração dominical em todas as comunidades que compõe a unidade pastoral, o diácono pode dar um contributo significativo na medida em que está habilitado a presidir a uma celebração da Palavra com distribuição da comunhão. É óbvio que não substitui nem se iguala a um presbítero, mas apesar de não celebrar Eucaristia, a sua missão é importante pois, graças a ela, os fiéis de determinado lugar podem tomar parte das duas mesas, a do Pão e a da Palavra.

Outro aspeto significativo, atual e muito discutível, prende-se com a celebração dos batismos e das exéquias. O diácono pode, sem dúvida, prestar um eficaz contributo neste sentido, pois alivia a carga pastoral do(s) pároco(s) que compõe a unidade. Todavia, deve ser o pastor da comunidade a assumir e a vivenciar a alegria pela chegada de um novo membro e, em circunstâncias de morte, ser solidário na dor, manifestando o pesar pela partida de alguém que também era paróquia/comunidade.

O ministério do diácono permanente deve potenciar o do presbítero, libertando-o dos aspetos de cariz mais burocrático. Se ao diácono for confiada a dimensão socio-caritativa da unidade pastoral, ou seja, a caridade mais institucionalizada que, não raras vezes, assume a forma de centros sociais, os presbíteros terão a oportunidade de cultivar o sacramento do outro, imprescindível para uma pastoral da proximidade. Segundo o pensamento de Ramón Prat i Pons, quanto mais desvinculado o presbítero estiver de constrangimentos que não caracterizam a essência do seu ministério, mais fácil será para ele promover um genuíno trabalho de acompanhamento, «onde será potenciada a dignidade da pessoa humana, a tolerância, o clima de amizade, a capacidade de escutar, a aceitação da lentidão dos processos humanos e a humildade»²⁵⁸. Deste modo, as comunidades estarão em condições de encontrar no presbítero um verdadeiro irmão na fé e um fraterno companheiro de caminhada. Portanto, «revitalizar o diaconado permanente é uma emergência evangélica e pastoral, não em função da diminuição do clero, mas em virtude de uma Igreja servidora, na totalidade de todos os

²⁵⁸ Cf. R. PRAT I PONS, *Tratado de teología Pastoral, Compartir la alegría de la fe*, 197.

seus membros»²⁵⁹, garantindo-se assim unidades pastorais funcionais, onde se promove, em cada dia, a desejada coesão e eficácia.

No quotidiano da unidade pastoral, deve existir a preocupação de, por exemplo, «conservar as tradições religiosas e civis, bem como a realização das festas patronais»²⁶⁰. É de uma profunda sabedoria pastoral saber respeitar e preservar aquilo que, por fruto da tradição, identifica o sentir e o agir das pessoas de determinado tecido eclesial²⁶¹. Embora as confrarias e comissões, pertencentes às pequenas comunidades, não tenham o mesmo relevo e visibilidade na unidade pastoral, estas devem continuar a comprometer-se para levar a cabo, da forma mais digna possível, as celebrações festivas mais importantes e impregnadas naqueles locais.

Quanto à catequese, torna-se essencial que a coesão dos que assumem tal compromisso de evangelização passe pela formação sólida que, em primeiro lugar, é recebida nos departamentos diocesanos, para isso destinados. Já na unidade pastoral, os catequistas devem ser colaboradores diretos do(s) pároco(s) no que diz respeito à coordenação, estrutura e funcionamento deste organismo. A catequese deverá sofrer, sobretudo em comunidades mais pequenas, um autêntico processo de centralização. Deve estar organizada numa paróquia central da unidade, cujos acessos são mais fáceis a todos. Porém, não se pretende um número de crianças e jovens exageradamente grande em cada ano, tal como não é benéfico um número diminuto em cada comunidade. Deve existir uma proposta clara que, fazendo uma saudável distinção entre os conteúdos e as temáticas destinadas ora à infância, ora à adolescência, a todos proporcione uma caminhada de crescimento fecundo na fé. Em alguns

²⁵⁹ J. ORTIGA, *Significado histórico e eclesial do Diaconado Permanente*, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/significado-historico-e-eclesial-do-diaconado-permanente/>, acedido em 12/05/2015, às 21:30.

²⁶⁰ Cf. G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 150.

²⁶¹ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 118: «Supõe respeito profundo pelo antigo valioso que existe e capacidade para integrar na harmonia do conjunto aquele novo e este antigo. Será forma de desrespeito tudo o que atenta contra esta dinâmica: horizontalismo de vida, laxismo, monolitismo, dispersão, sobreposição, angelismo, elitismo, corte com a tradição autêntica e imediatismo temporalista».

casos, e se as condições da comunidade forem propícias a tal, justifica-se um sólido investimento na catequese de adultos pois, muitas vezes, estes carecem mais de anúncio e de evangelização do que os próprios filhos. Neste sentido, como será fácil de intuir, serão necessários menos agentes de pastoral a operar na catequese, os quais, com maior formação e espírito de comunhão, conseguirão levar a cabo uma preparação mais sólida e eficaz que, como sempre, nunca prescindirá de ajustado testemunho de vida.

O bom funcionamento de uma unidade pastoral não se medirá, certamente, pela experiência litúrgica nela realizada, «mas integrará os setores evangelizador e socio-caritativo, permitindo, talvez, uma maior lucidez e compromisso em relação aos reais problemas da comunidade»²⁶², procurando assim ser resposta e dar resposta às situações mais desajustadas. Para que uma unidade pastoral seja pensável e concretizável, deve encontrar aplicação prática, ou seja, ser um local onde gradualmente se criem as condições necessárias para se poder estabelecer uma missão de responsabilidade. Porém, para que a vitalidade de uma unidade pastoral seja duradoura, não pode apenas ser um belo mecanismo que sobrevive somente graças ao espírito de comunhão e à solicitude dos presbíteros que a compõe. Ou a unidade pastoral compromete e agira o sentimento de toda uma Igreja local, ou corre o risco de ser uma ilha isolada.

Reflete bem sobre isto Casiano Floristán, ao assumir com clarividência que «um projeto desta envergadura só é possível como opção e ação de toda a Igreja particular, com a participação, na reflexão e no dinamismo, dos diversos conselhos, tais como a pastoral diocesana, presbiteral, arciprestal»²⁶³. A partir deste pressuposto, verifica-se que a estabilidade e a consistência encontradas na célula diocesana são, em primeiro lugar, a condição flagrante que possibilita a unidade pastoral.

²⁶² J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 397.

²⁶³ Cf. C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1531.

As unidades pastorais nunca devem perder de vista o desafio de ser escola, de «educar de maneira continuada a fé dos membros da comunidade cristã, formando agentes pastorais discernidos e responsáveis»²⁶⁴. Devem levar a sério este horizonte formativo na medida em que as celebrações ali realizadas promovam uma fecunda variedade de ministérios e serviços. Mais do que inculcar teorias e conceitos, ainda que válidos e bem fundamentados, o mais importante é a formação do coração.

Esta dimensão basilar verifica-se, mais concretamente, na religiosidade popular onde, em vez de desprezar as manifestações menos refletidas, é essencial atendê-las, «orientando-as para uma vivência mais profunda da fé como seguimento de Jesus Cristo»²⁶⁵. A partir desta realidade, compreende-se que a pastoral não se impõe nem se dá, mas constrói-se em cada dia, com uma comunidade concreta, através de um acompanhamento atento, fraterno e formativo.

É, ainda, relevante fazer referência a um dos conceitos mais bem conseguidos, proposto por Andrea Toniolo, sobre aquilo que, no fundo, devem as unidades pastorais na vida prática da Igreja. Neste sentido, elas são compreendidas como se de um *laboratório eclesial* se tratasse, porque, na verdade, o seu desenvolvimento passa por esta experiência sempre nova, de quem verifica, experimenta, faz testes e pondera resultados, a fim de conferir se estes são coerentes com a «esperança num maior renovamento eclesial»²⁶⁶. Antes de se definirem unidades pastorais, de forma definitiva ou irreversível, será benéfico promover oportunidades de ensaio, em distintas realidades, de modo a que as comunidades possam ser progressivamente preparadas para a mudança e para os necessários reajustes. Se, de forma significativo, a Igreja for capaz de funcionar como um verdadeiro *laboratório* que, através do estudo e da investigação, procura promover as estruturas e potenciar o povo de Deus, no

²⁶⁴ Ibidem, 1535.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ A. TONIOLO, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo di transizione?*, EMP, Padova 2003, 56.

futuro, certamente, não se verificarão discrepâncias e desajustes tão violentos entre o que é dito e proposto e o que é vivido e experienciado.

5. Unidades Pastorais: a paróquia do futuro?

Como vem já sendo dito, as unidades pastorais, que ainda não possuem, completamente, um «significado unívoco e linear»²⁶⁷, constituem uma realidade relativamente nova, que, ousando a coragem da novidade, se vai impondo progressivamente na ação governativa, na reflexão teológica e na organização eclesial; são mesmo o «tema da moda das Igrejas locais»²⁶⁸. Por conseguinte, nestes últimos anos, muito se tem dito e escrito sobre elas e, apesar de já terem dado os primeiros passos, ainda têm um longo caminho a percorrer para se tornarem, por um lado, uma realidade efetiva da Igreja e, por outro, um modelo pastoral credível²⁶⁹.

Assumidas como novas formas de reordenamento organizativo da Igreja, «procuram o seu lugar na complexa rede pastoral, em que as estruturas pretendem ser significativas e funcionais, e impelem as demais formas a redefinir-se e a situar-se adequadamente»²⁷⁰. Para além das causas anteriormente referidas que, nomeadamente, intersetam a falta de ministros ordenados e a precária formação dos leigos para um apostolado eficaz, as unidades pastorais, ainda não completamente enraizadas na vida da Igreja, surgem como resposta a uma melhor governação paroquial, com a delimitação das funções pertencentes a cada comunidade, na harmonia do conjunto da unidade²⁷¹. Sendo assim, desde já se depreende que as unidades pastorais constituem, hoje, um verdadeiro desafio eclesiológico, em todas as suas dimensões.

²⁶⁷ A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, 37.

²⁶⁸ A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, 139.

²⁶⁹ Cf. J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 397.

²⁷⁰ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 135.

²⁷¹ Cf. *Ibidem*, 136.

A Igreja vive inserida num meio ambiente próprio, do qual recebe influência e ao qual procura evangelizar. A humanidade vive, neste momento, uma viragem histórica, que podemos constatar nos progressos alcançados em vários campos. Por isso, «a Igreja evangeliza quando procura enfrentar os diferentes desafios que se apresentam»²⁷². Não basta detetar um problema, nem apontar causas ou expectativas, como paulatinamente acontece com a reflexão sobre as unidades pastorais. Antes de tudo, podemos ver nelas uma «maneira nova e diferente de olhar a realidade»²⁷³. Se elas não conseguissem trazer mais nada de positivo, o que não é verdade, o seu impacto já seria benéfico, pelo simples facto de constituírem um desafio a não corroborar uma pastoral adormecida e instalada pois, como já se foi refletindo, «o futuro da paróquia passa pela sua transformação»²⁷⁴.

Não se pode dizer que as unidades pastorais constituem um novo conceito de paróquia, pois este já está descoberto e refletido, como anteriormente se verificou. Porém, «as unidades pastorais, como sujeito pastoral, fazem surgir uma nova forma de realização da Igreja e um novo nível no seu ordenamento organizativo»²⁷⁵. Têm a possibilidade de ir mais longe, de apresentar estruturas renovadas para uma pastoral renovada, mas estão condicionadas pelo modo como a Igreja diocesana assume as suas funções, no que concerne à transmissão e educação da fé, celebração, serviço e testemunho. São, todavia, condicionadas pelas «possibilidades de recursos das paróquias envolvidas»²⁷⁶.

Contudo, a (com) unidade pastoral constitui uma nova realidade organizativa, cheia de potencialidades apostólicas. E é verdadeiramente de uma comunidade que estamos a tratar, pois «a implementação das unidades pastorais supõe e exige uma caminhada feita por todos, ou seja, pelas paróquias abrangidas, pelos presbíteros envolvidos, pelos grupos e agentes pastorais atingidos, e pelo povo cristão beneficiário do serviço que a nova organização

²⁷² FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, 62.

²⁷³ A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, 140.

²⁷⁴ A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, 11.

²⁷⁵ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 148.

²⁷⁶ *Ibidem*.

proporciona e oferece»²⁷⁷. Os bispos, que presidem às dioceses, não podem contar só com a solicitude e a com a capacidade de ajuste do seu clero, mas têm que garantir que os párocos são mediadores e promotores de uma nova organização humana.

As unidades pastorais não traduzem a sua verdadeira essência se estiverem centradas apenas numa reorganização territorial, ainda que sólida e bem fundamentada. Desse modo, a Igreja equiparar-se-ia a um mero organismo estatal que, de forma puramente racional, propõe estratégias, segundo determinados objetivos.

Ao invés, estas novas células compreendem-se e são fiéis à sua génese quando estão devidamente «inseridas numa área territorial com homogeneidade sociocultural e com um habitat humano identificado; integram várias comunidades paroquiais, com os seus recursos e limitações, realizando assim uma ação pastoral partilhada, de maneira unitária e orgânica»²⁷⁸. Mais do que nunca, é essencial dar prioridade ao imaterial, ou seja, à esfera que visa promover uma rede de relações, de partilha de dons e diversidade de ministérios, não só entre pastores, mas entre todos os batizados²⁷⁹.

Os diversos ministérios são expressão de um único sujeito eclesial²⁸⁰, «não podendo isolar-se uns dos outros, porque só se entendem em termos de complementaridade, tomando como paradigma a Trindade»²⁸¹. Se assim for, as comunidades paroquiais do futuro terão como horizonte palpável esta unidade. Aqui, já sem utopias, é possível fazer pastoral exigente e atraente onde, de forma ousada, se faça caminho desde o espaço geográfico até ao território humano, cheio de história e simbolismo.

²⁷⁷ J. POLICARPO, *Decreto de Ereção de «Unidade Pastoral»*.

²⁷⁸ Cf. G. BRUNET, *Unità Pastorali verso la maturità*, in *Settimana* 11 (1999), 16.

²⁷⁹ Cf. G. TREVISAN, *Forme di collaborazione interparrocchiali secondo il Codice*, in *Quaderni di diritto ecclesiale* 9 (1996), 164: «A colaboração entre paróquias não é só uma questão de colaboração entre pastores, mas também se alarga a outros membros do povo de Deus, a religiosos e leigos, envolve também associações de leigos e diáconos permanentes.».

²⁸⁰ Cf. A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, 162: «O ponto de partida do novo cenário é a comunidade local, chamada a realizar-se como Igreja de batizados, construída com o apoio de todos os membros, com os seus respetivos carismas e ministérios e, claro está, em comunhão com as outras comunidades.».

²⁸¹ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 17.

O impacto e os benefícios que, a longo prazo, resultam deste projeto necessário, consciente e exigente, comporta uma profunda mudança de mentalidades e comportamentos, tanto a nível pessoal como a nível comunitário. Contudo, «a mudança não pode ser imposta apenas por decreto ou por carta pastoral»²⁸², mas implica uma catequização das comunidades implicadas. Não se trata de formatar a vontade das pessoas para assumirem, na sua vida, novos ritmos pastorais, mas de as educar a fim de compreenderem a necessidade de, também elas, edificarem uma Igreja mais bela, configurada e impregnada pelas energias revitalizantes da comunhão, pois, ainda hoje, constata-se que «faltam às nossas unidades pastorais a conversão evangélica em que cada membro se despoja das suas pré-compreensões, dos seus particularismos, das suas ambições, da sua vaidade ou da sua timidez, para, com um coração convertido a cada um dos irmãos, buscar conjuntamente o mesmo Espírito de missão e a mesma paixão pelo Reino de Deus»²⁸³. Só com este ardor, típico da experiência de Cenáculo, é que a Igreja pode criar novos espaços de partilha de vida, de experiências de fé, de modos plurais de ler a realidade. Desta forma, tanto o agente pastoral clérigo como o fiel leigo caminharão lado a lado, movendo-se ambos numa simbiose construída pela contemplação e pelo compromisso, criando-se assim uma profunda unidade de pensamento e de ação.

Os desafios propostos pela pastoral diocesana e pelos agentes pastorais envolvidos serão aceites com maior consciência e menor resistência se em cada família, célula base da sociedade e verdadeira Igreja doméstica, se formar uma unidade pastoral, em todo o seu significado e alcance. Esta, mais do que nunca, tem sido tema de diálogo e de debate, devido à sua heterogeneidade, que não era sentida em tempos idos. Entendida como sujeito comunitário de evangelização, «a família é o primeiro sujeito evangelizador a promover»²⁸⁴. Porém, se é importante introduzir as famílias numa profunda consciência e pertença eclesial, fazendo com elas uma caminhada que conduzirá a um espírito de comunhão maior, há quem

²⁸² A. MONTAN, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, 162.

²⁸³ C. PAES, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, 21.

²⁸⁴ *Ibidem*, 22.

considere uma lacuna o facto de estas «raramente serem assumidas na nossa pastoral como um sujeito pastoral, como uma unidade pastoral»²⁸⁵. O mais comum é serem entendidas de forma dividida, tornando-se relativamente fácil aos agentes pastorais irem buscar determinados colaboradores para as mais diversas iniciativas. A Igreja deveria ser o primeiro elemento a propor e a refazer a unidade do lar pois, a partir deste núcleo, que se quer coeso, a família está sacramentalmente habilitada para assumir a sua vocação na Igreja.

Se a família for o útero onde se desenvolve uma autêntica multiplicidade de ministérios e carismas, nunca perdendo de vista a rede da unidade, mais facilmente se caminha numa Igreja que sabe propor uma «pastoral aberta, orgânica, programada e preparada»²⁸⁶. Desde as células familiares até à comunidade mais alargada, tem que haver especial atenção para com as unidades pastorais, de modo que estas consigam, em qualquer circunstância, «escutar os seus medos e esperanças, perguntas e angústias»²⁸⁷ de todos os que nelas se implicam. Esta *nova paróquia*, constrói-se verdadeiramente como família de famílias, ou seja, comunidade de comunidades, com funções definidas entre si na Igreja diocesana²⁸⁸.

Perante uma estrutura eclesial que se constrói a partir de um projeto pastoral comum, que age combinando forças e iniciativas, percebe-se que as unidades pastorais não são um mecanismo cómodo cujo objetivo é fazer menos pastoral. As unidades pastorais oferecem, localmente, um conceito mais positivo de Igreja. Não obstante, é necessário ter em conta que «antes de se formarem unidades pastorais é necessário formar a unidade na pastoral»²⁸⁹, como se constatou no ponto anterior, de forma mais pormenorizada. As unidades pastorais serão um projeto benéfico e saudável se, hoje e no futuro, forem percebidas a partir de uma fecunda positividade. Quer isto dizer que, mais do que recolher os elementos negativos ou

²⁸⁵ Cf. *Ibidem*, 22.

²⁸⁶ P. SILVA, *Identidade do Presbítero e as Unidades Pastorais*, Biblioteca da Faculdade de Teologia-Braga, Braga 2006, 67.

²⁸⁷ D. JOSÉ CORDEIRO, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*.

²⁸⁸ J. MARTINEZ, *Os leigos e o futuro da Igreja: uma revolução silenciosa*, Gráfica de Coimbra, 2006, 331.

²⁸⁹ Cf. P. SILVA, *Identidade do Presbítero e as Unidades Pastorais*, 70.

incompletos da pastoral para os integrar e orientar, as unidades pastorais são efetivamente um caminho percorrido no horizonte da fé e, sobretudo, da esperança. A Igreja deve estar imbuída de uma visão positiva²⁹⁰ que deposita fé e credibilidade na criatividade pastoral e nas atitudes missionárias²⁹¹ de todos os seus agentes. Assim, são tornadas possíveis as condições para esperar, a seu tempo, uma renovada primavera pastoral onde, de forma progressiva e natural, a comunidade cristã terá plena identificação com o modelo da unidade pastoral. Daqui em diante, a unidade pastoral será a nova célula pastoral territorial onde se realiza a mesma e única Igreja diocesana, manifestação da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.

Os valores e riquezas vivenciados em cada uma das nossas paróquias, e em conjunto nas unidades pastorais, «só poderão construir uma Igreja mais viva e dinâmica, onde as vocações diversas se complementam»²⁹². Todavia, ontem como hoje, a missão que define e identifica uma unidade pastoral potencia-se em três vetores, a saber: o anúncio do Evangelho, a celebração dos sacramentos da salvação, e servir Jesus Cristo, servindo aqueles a quem Ele envia.

As unidades pastorais, funcionando como uma só paróquia, em rede²⁹³, serão, no futuro, um tema nunca concluído, pois as potencialidades que delas podem advir cruzar-se-ão, sob múltiplas formas, com os condicionalismos e as contingências pastorais de sempre. Aliás, elas são entendidas como «o retrato da Igreja do futuro, a imagem da Igreja idealizada»²⁹⁴. Contudo, não se pense, ingenuamente, que o estudo, reflexão, organização e implementação das mesmas na vida eclesial das comunidades são a solução para todos os problemas pastorais. As unidades pastorais são apenas uma solução, um mote fecundo para quem quer

²⁹⁰ Cf. C. FLORISTÁN, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, 1529: «A resposta pastoral das unidades pastorais, como outras respostas pastorais novas, não devem nascer resignadamente e na defensiva, mas como uma busca positiva de uma melhor vivência e anúncio do Evangelho, em cada situação histórica nova».

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² B. GENOUD, *Abrir-se ao futuro com confiança*.

²⁹³ Cf. S. LANZA, *La parrocchia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, 308: «Impõe-se uma reconfiguração do mapa pastoral segundo a figura da rede: articulando as comunidades territoriais e enlaçando outras múltiplas formas de agregação e pertença eclesial(...). É o modo de viver a unidade e catolicidade da Igreja que o nosso tempo requer».

²⁹⁴ A. TONIOLO, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo di transizione?*, 27.

fazer mais e melhor, com menos agentes pastorais mas, por sua vez, mais dedicados no compromisso de valorizar a Igreja representada e viva no povo que lhe confere um rosto visível e dinâmico.

Com uma pastoral mais acertada e melhor direcionada onde, sob o mesmo programa, a mesma orientação e os mesmos critérios, se constrói uma *nova página*, é possível promover uma alargada e consistente comunhão eclesial. Este organismo, na medida em que constitui um verdadeiro desafio, é também «uma oportunidade que o Espírito de Deus suscita»²⁹⁵, por meio de situações concretas, em ordem à renovação da Igreja e à evangelização da sociedade.

6. Limites e potencialidades das Unidades Pastorais

Pelo caminho percorrido, abundante nas nuances que se foram encetando, não será difícil assumir que, apesar das intempéries presentes, as unidades pastorais são equacionadas e vividas sob um ímpeto de esperança muito significativo. Não obstante, é necessário ter em conta que nenhum mecanismo/método pastoral é infalível ou eficazmente aplicável a toda e qualquer realidade.

Vai-se, contudo, tornando necessário e pertinente elencar algumas debilidades ou aspetos menos positivos que, inevitavelmente, circundam as unidades pastorais. Para começar, deve-se admitir que estas, «imprecisas na forma como se apresentam»²⁹⁶ criam, não raras vezes, uma manifesta confusão de proposta pastoral. Sérgio Lanza constata que, nas unidades pastorais, existe a tentação e o perigo da reflexão teológico-pastoral se tornar abstrata²⁹⁷, onde predomina a teoria e escasseia a aplicabilidade. Aliado a este fator de

²⁹⁵ G. ROCHA, *Paróquia e Unidades Pastorais*, 164.

²⁹⁶ ARCIDIOCESI DI MILANO, *La Comunità Pastorali*, 14.

²⁹⁷ Cf. S. GAETA; S.LANZA, *Cultura e pastoral nel terzo millennio. Da Palermo il nuovo cammino*, Paoline, Milano 1996, 354: «Não se vai à raíz do fenómeno, não se investigam as causas, não se verificam os modelos pastorais subjacentes. Não se questiona qual a forma concreta que a Igreja local deve assumir: não numa ideia geral (eclesiologia de comunhão), mas na sua figura operativa (novo modelo de paróquia)».

imprecisão está, também, o da improvisação. Frequentemente, as unidades pastorais surgem após um período de gestação demasiado curto, ou seja, não existe tempo suficiente para, de forma ponderada, interpretar o território, a história e os recursos disponíveis. Deste fator surgem os frutos mais indesejados e contraditórios, porque a fugacidade com que são implementadas só conduz à dispersão e à confusão de identidades, não se promovendo, como seria de esperar, a coesão e a organização que o substantivo *unidade*, por si só, já é capaz de intuir.

É interessante evidenciar que as unidades pastorais, quando dão os primeiros passos, são sufocadas por uma profunda falta de comunicação que se deve, em larga medida, a uma postura pouco dialogante da parte de quem está confiada a missão pastoral e organização territorial. Aquando da constituição e da elaboração do plano que preside à implementação de uma unidade pastoral, tem de haver uma «fase de transição»²⁹⁸, condição imprescindível para que as comunidades sejam preparadas e ouvidas. Nesta fase, o conselho pastoral apresenta-se como um valioso instrumento de avaliação e, uma vez tido em conta, revela as necessidades e os desafios das comunidades que se pretendem reorganizar.

Não será difícil observar, por exemplo, entre os pastoralistas mais conservadores, uma postura reticente que, de forma redutora, compreende este modelo como especulativo ou irreal. Porém, qualquer projeto pastoral diferente, que se distingue pela novidade e pela ousadia que propõe, é sempre interpretado, por alguns, com significativa relutância e apreensão.

Uma postura que, de certa forma, impossibilita a proliferação saudável deste novo mecanismo pastoral é a nostalgia. Perante a mudança, as comunidades vão deambulando através de uma atitude de lamento por tudo aquilo que foi e já não é. Tal atitude, paralisante

²⁹⁸ ARCIDIOCESI DI MILANO, *La Comunità Pastorali*, 20.

na sua génese, «inibe a identificação de oportunidades no presente e mutila a construção de um futuro com esperança»²⁹⁹.

Outro aspeto que, sendo real, se apresenta como um manifesto limite das unidades pastorais prende-se com a possível «ausência de um projeto compartilhado»³⁰⁰ que tende a causar, necessariamente, «instabilidade na configuração das mesmas»³⁰¹. Não basta constatar a urgência de um plano de fundo que unifique as paróquias que se querem em unidade mas, num espírito de profunda reflexão, os responsáveis pela pastoral devem, antes de tudo, munir-se de conteúdos consistentes e ajustados à realidade, e não de esperanças incertas que, em muitos dos casos, não passam de uma interpelativa teoria.

Por vezes, na unidade pastoral, verifica-se a falta ou a precaridade de uma gestão unificada. Ainda que esta contemple e integre a colaboração de vários presbíteros, a gestão da mesma é pensada e aplicada como se de uma paróquia tradicional se tratasse. A pastoral de conjunto, a que as unidades deveriam ser fiéis, é, frequentemente, reduzida a algumas iniciativas e dinâmicas que, com algum esforço, se vão conseguindo. Estas novas células pastorais veem o seu potencial largamente condicionado devido a uma mentalidade individualista que, pelas perspetivas atuais, está longe de ser superada.

As unidades pastorais não são compreendidas em toda a sua verdade pelo facto de, ainda hoje, serem analisadas como um «percurso provisório de um novo cenário»³⁰². A provisoriedade a que estão sujeitas implica, inevitavelmente, que estas sejam encaradas a partir de uma perspetiva efémera, fragmentada, instável e volátil. A incerteza que, forçosamente, tende a fazer caminho com as unidades pastorais, impede que estas enveredem sob uma orientação esclarecida e direcionada, não alcançando, assim, o objetivo para o qual

²⁹⁹ Ibidem, 39.

³⁰⁰ Ibidem, 14.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, 69.

foram pensadas. Tardam em ser consideradas, em toda a sua extensão, como um *nova questão pastoral*, imagem desenvolvida pelo notável pastoralista Domenico Sigalini.

Um fator que, apesar das suas potencialidades, pode ser considerado precário e incompleto, prende-se com a génese das unidades pastorais. Estas, na realidade, compreendem a ação pastoral, orgânica e unitária, que se vai desenvolvendo numa área territorial que apresenta relativa homogeneidade sociocultural³⁰³. Porém, não raras vezes, as unidades pastorais são acusadas de não saber responder às permanentes mudanças e transformações³⁰⁴ pois, «o que hoje é socialmente compatível, amanhã pode não o ser»³⁰⁵. Numa ótica mais negativa, há quem considere que «as unidades pastorais se limitam a repetir a pastoral da paróquia, mas com uma competência territorial ampliada»³⁰⁶.

Hoje, como no passado, as pessoas são excessivamente críticas e, como sabemos, esta dimensão adquire proporções mais visíveis em alguns assuntos que caracterizam e definem a esfera eclesial. Como tal, as unidades pastorais interferem, inevitavelmente, na forma como as comunidades compreendem a imagem do presbítero e a sua missão. Uma visão fechada, que compreende o pastor como propriedade privada, não compartilhável, não permite, a curto prazo, que uma equipa presbiteral coesa, alicerçada na comunhão, seja razoavelmente compreendida e interpretada. A comparação e, por vezes, um jogo de interesses desonesto, típico de quem só espera receber benefícios, é uma tentação fácil de quem perverte a natureza e a fecundidade da missão da Igreja.

A mentalidade, predominantemente bairrista, que vai caracterizando a cultura e o *modus vivendi* da população em geral, coloca, inevitavelmente, inúmeros entraves e dissabores aos organismos civis e eclesiásticos. Este fenómeno, apanágio de quem não é

³⁰³ Cf. *Ibidem*.

³⁰⁴ *Ibidem*, 69-70: «Permaneça duvidosa a possibilidade de se poder identificar áreas territoriais homogêneas pois, na verdade, vivemos numa sociedade complexa, caracterizada pela fragmentação, pelo pluralismo sociocultural e religioso e pelos novos ambientes de vida».

³⁰⁵ A. TONIOLO, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo di transizione?*, 31.

³⁰⁶ A. SANTAGIULIANA, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, 69.

capaz de ver mais longe, sente-se, de forma mais acentuada, nas unidades pastorais. Não é compreensível, para o comum dos mortais, que determinada atividade, integrada num sistema de pastoral comum, decorra no território paroquial vizinho, ainda que a proposta, a iniciativa, a participação e o desenrolar da mesma diga respeito a várias paróquias, ou seja, àquelas que dão rosto a uma mesma célula pastoral.

Não existem fórmulas mágicas para combater o bairrismo, mas a equipa pastoral responsável pode, de forma progressiva e prudente, ser um antídoto eficaz para combater um síndrome já tão impregnado. Os agentes de pastoral, sobretudo os presbíteros, devem ser capazes de mostrar que a entrega que caracteriza a sua missão não é desproporcional, ou seja, que dão a vida, da mesma forma, pelas diferentes comunidades que lhes estão confiadas, e que os díspares critérios numéricos (população, colaboradores) não são razão para que a dedicação seja doseada ou mais fragmentada. Como sabemos, o bairrismo prende-se, predominantemente, com dois fatores: a vaidade de uns, que julgam usufruir de estruturas e de privilégios mais favoráveis, e o medo de outros que, por possuírem meios menos prósperos, temem ser menosprezados. Se o trabalho dos agentes de pastoral for persistente, tais esforços serão sentidos nas comunidades e então, com grande propriedade, todos estarão em condições de perceber que o objetivo não é comparar as diferenças mas, a partir das mesmas, criar pontes de diálogo, a fim de se promover um trabalho pastoral uno e coeso.

A pastoral de acompanhamento é um bem precioso em qualquer realidade que à esfera eclesial diga respeito. Esta, será sempre uma ajuda eficaz, na medida em que sabe respeitar ritmos pastorais e, em função disso, ajuda a garantir a consistência de determinado organismo³⁰⁷. Porém, é com frequência que se verifica que a Igreja tende a demitir-se desta insubstituível missão, daí que muitos projetos morrem ao nascer e, quando dão os primeiros passos, fazem-no por pouco tempo, de forma imperfeita. O que foi aqui explanado, que a

³⁰⁷ Cf. *Ibidem*.

todos deve alertar e, a seu tempo, conduzir a uma profunda conversão, acontece, de forma evidente, nas unidades pastorais.

A falta de acompanhamento pastoral, por parte dos responsáveis, faz com que muitas unidades não passem de um idílico projeto ou de um sonho a ser concretizado no futuro longínquo. As dioceses não podem deixar este projeto caminhar à sua sorte, mas devem ajudar a definir a fisionomia de cada unidade pastoral, garantindo, assim, que o moderador, com frequência, dá conta de quanto se tem conseguido desenvolver naquela mais vasta célula territorial que, como se sabe, é parte da esfera diocesana.

Todavia, o verdadeiro desafio das unidades pastorais não passa tanto por identificar áreas territoriais mas, de forma mais consistente, por promover, em ambientes diversificados e fragmentados, uma pastoral unificada e coesa³⁰⁸. Não obstante as dificuldades que a proposta acarreta, tal repto é, sem dúvida, a grande potencialidade pela qual as unidades pastorais se devem pautar e cingir. As unidades pastorais serão, certamente, um eficaz mecanismo de reflexão pastoral, na medida em que são capazes de conceber uma nova forma de ser Igreja, num determinado lugar.

A Igreja compreende-se pela matriz do diálogo³⁰⁹ e, neste âmbito, as unidades pastorais têm o mérito de promover um debate sobre as vicissitudes que, permanentemente, afetam a instituição eclesial. Na verdade, a figura das unidades pastorais torna-se, de forma exacerbada, lugar sintomático onde sobressaem as dificuldades e as frustrações de uma instituição eclesial que, a muitos níveis, vive com apreensão as mudanças que ocorrem no seu corpo social³¹⁰. Portanto, a potencialidade e a positividade das unidades pastorais também se

³⁰⁸ Cf. *Ibidem*, 70.

³⁰⁹ Cf. S. LANZA, *La parrocchia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, 263: «Só o diálogo garante que a pluralidade não decline em pluralismo, mas em universalidade; torna-se, assim, modalidade insubstituível de comunhão».

³¹⁰ Cf. L. BRESSAN, *Prove di comunione. Fare unità pastorale oggi, ovvero: come cambia la parrocchia in una Chiesa che si fa locale*, in *La Scuola Cattolica* 127 (1999), 432-433.

evidencia na medida em que estas são simbólicas de uma Igreja em redescoberta e redefinição da própria identidade³¹¹.

Existem valores intemporais que, sendo alicerces vivos de qualquer sociedade, devem presidir a toda a teologia desenvolvida sobre as unidades pastorais. A referência que aqui está implícita centra-se, essencialmente, no respeito pelos outros e no meticuloso cuidado por discernir as sensibilidades presentes nas diferentes gerações. Esta atenção é redobrada quando o fator em questão é a especificidade do tempo e da respetiva cultura em que os presbíteros foram formados. É uma herança indelével que, necessariamente, tende a resistir aos sinais dos tempos. Este respeito pelas pessoas que precisam de descobrir uma nova forma de colaborar numa comunidade mais ampla e de alicerçar, verdadeiramente, uma Igreja constituída na comunhão, e o cuidado a ter com os presbíteros mais idosos é um tesouro evangélico que nasce do desafio e da radicalidade que as unidades pastorais para todos constituem.

A medida alta das unidades pastorais passa, em grande parte, por «acelerar a hora dos leigos»³¹², relançando assim o compromisso eclesial e secular, imprescindível para que o fermento do Evangelho penetre nos mais variados contextos da vida quotidiana. Torna-se premente delinear uma autêntica antropologia das unidades pastorais que, refazendo assim o tecido cristão de uma comunidade, edificará uma cultura de comunhão feita de compromissos quotidianos. As unidades pastorais são exemplo vivo de que a diversidade exige uma permanente atenção à multiforme riqueza dos dons que Deus a todos concede.

Através de uma renovada consciência de Igreja, os leigos, compreendendo-se e colaborando fraternalmente, dão corpo à única missão de Cristo conjugando, de forma sapiencial, a fidelidade à Igreja nascente e as aspirações da cultura contemporânea. A corresponsabilidade laical conseguirá, não obstante as intempéries circunstanciais a que está

³¹¹ Ibidem: «As unidades pastorais transformara-se em ocasião para a Igreja local dar início a uma operação de releitura da sua identidade, enquanto figura institucional».

³¹² ARCIDIOCESI DI MILANO, *La Comunità Pastorali*, 33.

sujeita, que a comunidade se edifique nas diferenças e, nela, todos os atores, tomando consciência da unidade em função da fidelidade, procurarão edifica-la na linha da renovação³¹³. Todo o caminho até aqui percorrido, parco em deambulações e rico em propostas e desafios, é possível e sustentado na medida em que a Igreja, a cada tempo e em cada dificuldade ou rutura, for capaz de se concretizar e de se promover através de uma adequada pedagogia pastoral que, embora morosa, é permanentemente necessária.

³¹³ Cf. J. S. LIMA, *Teologia Prática Fundamental*, 319.

CONCLUSÃO

Depois de termos percorrido esta sumária reflexão teológica, eclesiológica e predominantemente pastoral, percebemos que as questões, interpelações e desafios deixados a uma constante renovação são mais significativos do que as certezas absolutas que, hipoteticamente, daqui se possam intuir.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que seria redutor percorrer um caminho sério e complexo trilhando, essencialmente, as coordenadas de um autor, ainda que a sua autoridade e credibilidade não sejam, de forma alguma, questionáveis. Porém, facilmente se verifica que os contributos e respetivos esclarecimentos propostos pelo notável pastoralista Casiano Floristán se traduzem numa oportunidade favorável para que cada crente tome verdadeira consciência da realidade eclesial que o envolve e na qual participa, bem como das suas respetivas metamorfoses que, permanentemente, a atingem.

A paróquia, como sabemos, é uma realidade frágil e volátil, mas simultaneamente duradoura e imprescindível para que todo o batizado possa ser formado na fé, alicerçado pela comunidade a fim de, em cada tempo, redescobrir a sua identidade cristã. Desta forma, o referido autor, plenamente imbuído e impregnado na radicalidade a que o Concílio Vaticano II convida e comporta, defende, como sucintamente se verificou, que este organismo vital só se compreende numa abertura constante à realidade diocesana, à Igreja local, da qual é célula integrante. Quando este pressuposto se torna um dado adquirido, a paróquia encarna, transmite e perpetua uma autêntica eclesiologia de comunhão, onde não permanecerá uma ilha isolada, mas uma escola de carismas e de partilha de vidas.

Esta célula vital, tendo nascido de um consistente e organizado trabalho de evangelização, reúne os cristãos em torno da Palavra de Deus, da celebração da Eucaristia e da partilha fraterna. Ela permanece, assim, desde o início, como uma autêntica referência de

identificação, de fé e de vida, de tal maneira que é a um território paroquial que nos referimos quando dizemos de onde somos.

Deste modo, orientados por este luzeiro esclarecedor, Casiano Floristán, percebemos que hoje, como no passado, não existe um sentido unívoco de paróquia. Na verdade, a diversidade de ritmos de caminhada cristã, os costumes impregnados e a forma como cada comunidade vai expressando o seu modo de ser Igreja é quase tão abundante como o número de paróquias que, ao longo de séculos, proliferou no nosso território. Daí que este trabalho foque, de forma desenvolvida, os vários tipos de paróquias que, com as suas potencialidades e imperfeições, constituem a mesma Igreja.

Após uma leitura objetiva, atenta e cuidada desta reflexão, percebemos, rapidamente, que as duas partes que a compõem, para além de estarem pericoreticamente ligadas, dão rosto e atualizam, em cada parágrafo, a dinâmica do caminho que, de forma explícita, foi presidindo a quanto aqui se disse.

A paróquia, muitas vezes limitada e isolada para a exigência da missão a que se propõe realizar, é oportunidade para que a Igreja, revisitando as propostas do Concílio, nem sempre devidamente exploradas, consiga descobrir novas formas de se apresentar ao mundo. As unidades pastorais, conjugando a criatividade pastoral com as circunstâncias presentes e possíveis, constituem uma das muitas respostas encontradas para que a Igreja se possa assumir e definir como comunidade, sempre aberta à partilha e pronta a dar razões da esperança que habita no coração dos seus (Cf. 1 Pe3, 15).

Sendo assim, ao longo destes últimos anos, a reflexão teológica e pastoral pôde granjear-se com um enriquecimento, em qualidade, ainda que diminuto e contido, sobre um mecanismo organizacional que, se bem aproveitado e rentabilizado, é uma manifesta vantagem para que, com menos recursos, sobretudo no que ao clero diz respeito, se possam

garantir projetos fecundos e formativos ao nível da liturgia, catequese, evangelização, anúncio e caridade.

Nas considerações que aqui foram deixadas, ficou bastante explícito que as unidades pastorais são um excelente meio para que, organizando diversas paróquias segundo um critério relativamente homogêneo (identidade, geografia, cultura, tradições religiosas), os presbíteros consigam trabalhar em conjunto, segundo a pluralidade de saberes que os identifica e, necessariamente, unifica. Estes, como responsáveis primeiros por tudo quanto se faz e concretiza, devem consciencializar-se e fazer perceber que, ainda que entre si, não conseguem, nem devem, concentrar a vida das comunidades na esfera eclesial.

As unidades pastorais vêm, neste sentido, acelerar a hora do laicado e, quando combinadas com adequada formação, que instrui e evangeliza aqueles que a recebem, os seus leigos podem sair da sombra e da inércia onde, não por culpa própria, tinham sido esquecidos, para tomar parte dos assuntos vitais desta complexa comunidade em rede. Estes, já livres das amarras do passado, assumirão funções ao nível da gestão económica, darão corpo aos diversos conselhos e setores de evangelização que, na verdade, são o rosto de uma comunidade mais ampla.

Mergulhando nos documentos conciliares, que são claros na proposta que apresentam, tivemos oportunidade de redescobrir, nesta reflexão, a pertinência e a utilidade do diaconado permanente. Os diáconos não devem ser vistos como meras ajudas do pároco nem, tão pouco, como ministros que socorrem as comunidades quando a necessidade assim o obriga. Na verdade, quando integrados em toda a amplitude pastoral de uma determinada unidade, podem ser um contributo imprescindível e uma mais-valia na medida em que, sem confusão de papéis, forem capazes de assumir setores específicos. Isto pressupõe, claro está, um profundo diálogo e entendimento com o (s) pároco (s).

As unidades pastorais estão, também, limitadas por inúmeros contingentes, tais como o conflito de gerações e mentalidades, o bairrismo, o individualismo atroz e a conseqüente carência espiritual para que se consiga abraçar projetos (com) partilhados. Estas são condicionantes reais e flagrantes e, aliás, se disséssemos o contrário, não estaríamos a ser realistas nem justos. Contudo, o que até agora foi conseguido ou, melhor dizendo, o que ainda não o foi, e está longe de o ser, é desafio permanente para que todos possam, em cada circunstância e oportunidade, vencer a lepra da instalação e do hábito, dos preconceitos, da distância e do egoísmo para criar comunidade com o outro que caminha lado a lado e no mesmo sentido.

Não é com grande regozijo que verificamos que as unidades pastorais, nas dioceses portuguesas, deambulam entre a precária reflexão e a incipiente implementação pastoral. Junta-se a este perigoso diagnóstico a ânsia de obter resultados imediatos, sem o cuidado prévio de se avaliarem, paulatinamente, as condições, estruturas e ritmos pastorais anteriores. Estes fatores não permitem que o tempo, com a sua mestria e sapiência, conceda a este projeto a maturidade pastoral suficiente para que se consiga impor como uma referência estável e equilibrada.

Também só agora, em função de uma alarmante diminuição de vocações sacerdotais, é que os responsáveis começaram a equacionar este mecanismo de forma clara, com o mero objetivo de que todas as comunidades, com os recursos possíveis, possam ser pastoralmente servidas. É, claro está, um ponto de partida mas, como facilmente se depreende, muito redutor, por se tratar de um projeto eclesiológicamente fundamentado e com uma amplitude pastoral tão vasta.

Após estas linhas de reflexão podemos, efetivamente, questionar o facto de as unidades pastorais contribuírem, ou não, para o crescimento qualitativo e formativo das nossas comunidades. Podemos, ainda, duvidar se elas são a componente que faltava para

impulsionar a tão desejada conversão pastoral, capaz de esbater a dispersão e a fragmentação. Estas e outras interrogações permanecem e, certamente, permanecerão pois, como sabemos, o teólogo não é um adivinho nem, tão pouco, um futurólogo capaz de delinear o futuro a partir dos fatores calculáveis do presente.

Mesmo assim, perante os factos que aqui fomos discutindo e avaliando, podemos afirmar que o prognóstico é manifestamente positivo. Quer isto dizer que se as unidades pastorais, na sua aplicação prática e conseqüente durabilidade, continuarem a ser fiéis à matriz teológica segundo a qual foram concebidas, estão em condições de inaugurar comunidades saudáveis, onde quem impera é, sem dúvida, a lógica da partilha.

As unidades pastorais, para além de inaugurarem um novo estilo de paroquiar são, acima de tudo, oportunidade singular para quem quer servir. A lógica da partilha e do serviço, se não calculada, constitui uma comunidade inédita, irrepetível, diferente de qualquer outra. Uma unidade pastoral, cingindo-se deste horizonte, sem posse e sem perda, marca pela diferença, eterniza-se e perpetua este fermento unificador e testemunhal.

Contudo, seria bom que as unidades pastorais existissem como um mecanismo de hoje que, saudavelmente, vive em constante tensão com o futuro. Se, no imediato, devem ser implementadas, segundo as possibilidades e as realidades presentes em cada porção do povo de Deus, este mecanismo não é eterno nem infalível; deve, a partir das suas limitações, preparar já um novo caminho, outra alternativa, para que a Igreja possa continuar a aprofundar as razões da fé cristã, valorizando assim o esforço humano que, inspirado pela ação divina, sempre cria, questiona e transforma.

Mais do que ousar refletir a teologia de um território composto por múltiplas identidades, as unidades pastorais põem em evidência a dignidade e a humanidade de cada pessoa que, quando é educada sob a pedagogia da proposta, e não da imposição, é passível de se tornar um evangelizador capaz de promover, em si e nos outros, o florescimento dos

diversos dons e carismas. Esta intemporal sabedoria é que fará de todos, sem exceção, instrumentos fecundos e vitais da unidade.

BIBLIOGRAFIA

Casiano Floristán

FLORISTÁN, Casiano, *Conceptos Fundamentales de Pastoral*, Ed. Cristandad, Madrid 1983.

_____, *La Iglesia, Comunidad de creyentes*, Ed. Sigueme, Salamanca 1999.

_____, *Nuevo Diccionario de Pastoral*, Centro Iberoamericano de Editores Paulinos, Madrid 2002.

_____, *Para comprender a paróquia*, Gráfica de Coimbra, Navarra 1995.

_____, *Para comprender la evangelización*, Ed. Verbo Divino, Estella 1993.

_____, *Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral*, Ed. Sigueme, Salamanca 1993.

_____; TAMAYO, Juan José, *Conceptos fundamentales de Pastoral*, Ed. Cristandad, Madrid 1983.

_____; USEROS, Manuel, *Teología de la acción pastoral*, Ed. Católica, Madrid 1968.

GRANADOS TEMES, Álvaro, *Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo*, Edicep, Valencia 2010.

Paróquia

ALMEIDA DE SOUSA, Manuel, *A realidade paroquial*, in *Cenáculo* 124 (1991), 58.

ALVES, João, *Conselho pastoral paroquial como órgão de corresponsabilidade*, in *Communio* 1 (1990), 82.

BASSINI, Pedro, *Paróquia, Rede de Comunidades*, in *Vida Pastoral* 52 (2011), 16-24.

BERGER, Peter, *The sacred Canopy, Elements of a sociological Theory of Religion*, New York 1967.

BIANCHI, Enzo; CORTI, Renato, *A Paróquia*, Ensaios, Paulinas, São Paulo 2006.

BÍBLIA SAGRADA, 5º Edição, DIFUSORA BÍBLICA, Centro Bíblico dos Capuchinhos, Fátima/Lisboa, 2006.

BINGEMER, Maria Clara, *Viver como crentes no mundo em mudança*, Paulinas, São Paulo 2014.

BLÁZQUEZ, Ricardo, *L'glesia del Concilio Vaticano II*, Sigueme, Salamanca 1988.

BORRAS, Alphonse; ROUTHIER, Gilles, *A nova paróquia*, Gráfica de Coimbra, Coimbra 2010.

BRAMBILLA, Franco Giulio, *La parrocchia nella chiesa, Riflessioni fondamentali*, in *Teologia* 13 (1998), 44.

BRIGHENTI, Agenor, *A Pastoral dá o que pensar, A inteligência da prática transformadora da fé*, Livros Básicos de Teologia – SIQUEM, vol.15, Paulinas, São Paulo 2006.

CALMEIRO MATIAS, José, *Renovação paroquial e missão da Igreja*, Ed. Perpétuo Socorro, Porto 2002.

CASTILLO, José María, *Los ministerios en la Iglesia: de una valoración clerical e una instancia comunitaria*, Sal Terrae, 1974.

CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. XIV, decreto *De reformatione*, c.13 in *Conciliorum oecumenicorum decreta*, Bologna 1973.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium* (4 de Dezembro de 1963), in VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.

_____, Constituição Dogmática sobre a Igreja *Lumen Gentium* (21 de Novembro de 1964), in VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.

_____, Decreto sobre a atividade missionária da Igreja *Ad gentes* (7 DE DEZEMBRO DE 1965), in VATICANO II, *Documentos Conciliares e Pontifícios*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998.

CONGAR, Yves Marie, *Ensayos sobre el misterio de la Iglesia*, Barcelona 1996.

COUTO, António, *Ide e fazei discípulos*, Carta Pastoral, 2013.

FORTE, Bruno, *A missão dos Leigos*, Paulistas, Lisboa 1986.

FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Paulus, São Paulo 2013.

HERVIEU-LÉGER, Danièle, *La religion en mouvement: la pèlerin et le converti*, Flammarion, Paris 1999.

JANELA, António, *Igreja presente na cidade*, in *Communio* 1 (1990), 18-31.

JOÃO PAULO II, *Congresso Paróquia evangelizadora*, Lombardia 1987.

_____, exortação apostólica *Catechesi tradendae*, in *Acta Apostolicae Sedis* 71 (1979), 1322-1323.

LANZA, Sergio, *La parrocia in un mondo che cambia, Situazioni e prospettive*, Edizioni OCD, Roma 2004.

LEGRAND, Hervé, *Compromisos teológicos de la revalorización de las Iglesias locales*, Conc 71 (1972).

LLABRÉS, Pere-Joan, *Teología y pastoral de la celebración cristiana de la muerte*, 1997.

LOBO ANTUNES, João, *Sobre a Mão e outros Ensaio*s, Gradiva, Lisboa 2005.

MADRIGAL TERRAZAS, Santiago, *Eclesiologia en devenir: el estudio de la Iglesia en el ciclo institucional de la teologia*, in *Fundamentos de Teologia Sistemática*, Universidad Pontificia de Comillas, Madrid 2003.

MANICARDI, Luciano, *Ao lado do doente, O sentido da doença e o acompanhamento dos doentes*, Paulinas, Prior Velho 2012.

MARTINEZ, Jesús, *Os leigos e o futuro da Igreja: uma revolução silenciosa*, Gráfica de Coimbra, Coimbra 2006.

PANNET, Robert, *L'Avenir de la paroisse, la paroisse de l'avenir*, Fayard, Paris 1979.

PASCAL, Thomas, *Que devient la paroisse? Mort annoncée ou nouveau visage?*, DDB, Paris 1996.

PAULO PP VI, Abertura da 2ª sessão, de 29.IX.1963, e abertura da 3ª sessão, 14.IX.1964.

_____, Littera Encyclica *Ecclesiam Suam*, in *Acta Apostolicae Sedis* 56 (1964), 609-659.

_____, *Inter Mirifica, Sobre os meios de comunicação social*, in *Acta Apostolicae Sedis* 56 (1964), 97-138.

_____, *Motu Proprio Ecclesiae Sanctae*, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1966), 212-215.

PELINO DOMINGUES, Manuel, *A Paróquia como espaço de evangelização*, in *Communio* 1 (1990), 51.

PIRES FERREIRA, Sebastião, *Paróquia e corresponsabilidade do leigo*, atas das Jornadas de Direito Canónico, in *Lusitana Canónica* 15 (2010), 93-106.

PRAT I PONS, Ramón, *Tratado de teología Pastoral, Compartir la alegría de la fe*, Ed. Secretariado Trinitario, Salamanca 1997.

RIBEIRO, António, *A integração da paróquia na pastoral diocesana*, in *Communio* 1 (1990), 65-69.

RODRÍGUEZ, Amadeo, *Pastoral sanitaria en la parroquia*, Edice, Madrid 1989.

SÍNODO DOS BISPOS, *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo a vinte anos do Concílio Vaticano II. Instrumento de trabalho*, Secretariado Geral do Episcopado, 1988.

SOBRINO, Jon, *Evangelización e Iglesia en América Latina*, ECA, 1977.

TOFFLER, Alvin, *Os Novos Poderes*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa 1991.

VALDRINI, Patrick, *Fonction de sanctification et charge pastoral*, in *La Maison-Dieu* 194(1993), 47.

ZULEHNER, Paul, *Teología Práctica, Diccionario de conceptos teológicos*, Barcelona 1990.

Unidades Pastorais

BENTO XVI, *Luz do Mundo – O Papa, a Igreja e os Sinais dos Tempos*, Paulinas, São Paulo 2010.

BRESSAN, Luca, *Prove di comunione. Fare unità pastorale oggi, ovvero: come cambia la parrocchia in una Chiesa che si fa locale*, in *La Scuola Cattolica* 127 (1999), 432-433.

BRUNET, Giampietro, *Unità Pastorali verso la maturità*, in *Settimana* 11 (1999), 16.

CALVO, Francisco Javier, *Organismos y estructuras para una pastoral de conjunto*, in *Pastoral de conjunto. Reflexiones y sugerencias*, Madrid 1966.

CAPRARO, Giuseppe, *Unità pastorali tra sociologia e teologia*, in *Il Regno - Attualità* 38 (1993), 629-630.

CASTEGNARO, Alessandro, *Crisi del clero, silenzio del laicato, Una lettura sociologica*, in A. TONIOLO, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo de transizione?*, EMP, Padova 2003.

CORDEIRO, José, *Carta Pastoral sobre as Unidades Pastorais*, Bragança 2012.

DE CLERCQ, Paul, *Deis laics ministres des sacraments?*, in *La Maison Dieu* 195 (1993), 45.

DIAS, Antonino, *Portalegre: Caminhar em direção às unidades pastorais*, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/portalegre-caminhar-em-direcao-as-unidades-pastorais/>, acedido em 22/06/2015, às 14:55.

DELICADO, José, *Pastoral diocesana al día. El arciprestazgo en la pastoral de conjunto*, Estella 1966.

DIOCESI DI MILANO, *Sínodo de Milão*, 47, *Le Unità Pastorali nella Pastorale d'Insieme*, Centro Ambrosianon, Milano 1995.

GAETA, Saverio; LANZA, Sérgio, *Cultura e pastoral nel terzo millennio. Da Palermo il nuovo cammino*, Paoline, Milano 1996.

GAETANO, Bonicelli, *Unità pastorali e futuro de la Chiesa Locali*, in *Unità Pastorali, verso un nuovo modello di parrocchia?*, EDR, Roma 1994.

GENOUD, Bernard, *Abrir-se ao futuro com confiança*, Carta Pastoral, Lausanne 2003.

GORETTI, Sergio, *Per una pastorale d'insieme, Le unità pastorali*, Assisi 1992.

GROLLA, Valentino, *Unità Pastorali, nel rinnovamento della pastorale parrocchiale*, EDR, Roma 1996.

MARTINI, Carlo Maria, *Le unità pastorali*, Omelia del Cardinale Arcivescovo nella Messa crismale del giovedì santo, Centro Ambrosiano, Milano 1994.

MONTAN, Agostino, *Unità Pastorali, contributo per una definizione*, in *Quaderni di diritto ecclesiale* 9 (1996), 139-163.

ORTIGA, Jorge, *Significado histórico e eclesial do Diaconado Permanente*, in <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/significado-historico-e-eclesial-do-diaconado-permanente/>, acedido em 12/05/2015, às 21:30.

PAES, Carlos, *Repensar a Pastoral da Igreja em Portugal*, Ed. Paulinas, Prior Velho 2011.

POLETTI, Severino, *Chiamati per stare insieme*, Lettera pastorale ai Sacerdoti, Diaconi, Religiose, Religiosi e Fidei laici per la presentazione delle Unità Pastorali e l'indizione della visita pastorale, Asti 1992.

POLICARPO, José, *Decreto de Ereção de «Unidade Pastoral»*, Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa, 2005.

RAMOS, Júlio, *Teología Pastoral*, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid 1995.

ROCHA, Georgino, *Paróquia e Unidades Pastorais*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra 2008.

RODRIGUES DA SILVA, Paulo Sérgio, *Identidade do Presbítero e as Unidades Pastorais*, Biblioteca da Faculdade de Teologia-Braga, 2006.

SANTAGIULIANA, Ampelio, *Parrocchia Territorio Unità Pastorali*, EDB, Bologna 2003.

SESBOÛÉ, Bernard, *Les animateurs laïcs. Une prospective Théologique*, Études, 1992.

SILVA LIMA, José, *Teologia Prática Fundamental*, Universidade Católica Editora, Lisboa 2009.

SÍNODO EXTRAORDINÁRIO DOS BISPOS, *Viver o Concílio, «Relação» Final*, I, nº6, Secretariado Geral do Episcopado, 2ª edição, Lisboa 1986.

SULLIVAN, Francis, *L'Église dans le monde, La création de nouvelles paroisses et le manque de prêtres*, in *La documentation catholique* 2026 (1991), 395-400.

TONIOLO, Andrea, *Unità Pastorali, Quali modelli in un tempo de transizione?*, Edizioni Messaggero Padova, Padova 2003.

TREVISAN, Gianni, *Forme di collaborazione interparrocchiali secondo il Codice*, in *Quaderni di diritto ecclesiale* 9 (1996), 164-173.

ÍNDICE

Introdução	3
I. CONCEÇÃO DE PARÓQUIA EM CASIANO FLORISTÁN	9
1. Casiano Floristán: resumo biográfico	9
2. Conceito de Igreja em Casiano Floristán	12
3. Da Igreja local ao conceito de paróquia	17
4. Características da paróquia	20
5. Tipos de Paróquia	26
6. A renovação da paróquia	30
7. A paróquia capaz de evangelizar	33
8. O Conselho Pastoral Paroquial	42
9. Limitações da paróquia	46
II. O CAMINHO DAS UNIDADES PASTORAIS	51
1. Uma Igreja em mudança	51
2. A pastoral de conjunto	57
3. A acentuada diminuição de clero e o silêncio do laicado	63
4. Estrutura das Unidades Pastorais	71
5. Unidades Pastorais: a paróquia do futuro?	83
6. Limites e potencialidades das Unidades Pastorais	89
Conclusão	97
Bibliografia	103